



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MÁRA LEAL

**A CIDADANIA DESAFIADA:
O DIREITO A CONSUMIR CONSUMIU O CIDADÃO**

**Florianópolis
2008**

MÁRA LEAL

**A CIDADANIA DESAFIADA:
O DIREITO A CONSUMIR CONSUMIU O CIDADÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área Direito, Estado e Sociedade, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Professora Doutora Vera Regina Pereira de Andrade.

**Florianópolis
2008**

MÁRA LEAL

**A CIDADANIA DESAFIADA:
O DIREITO A CONSUMIR CONSUMIU O CIDADÃO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área Direito, Estado e Sociedade.

Florianópolis, junho de 2008.

Banca examinadora:

Presidente: Professora Doutora Vera Regina Pereira de Andrade (UFSC)

Membro: Professor Doutor Rogério Silva Portanova (UFSC)

Membro: Professora Doutora Daniela Cademartori (UNIVALI)

Coordenador do Curso: Professor Doutor Antonio Carlos Wolkmer (UFSC)

Dedico este trabalho a meu filho Théo e a seu pai, Jorge, Milagres do Amor em minha Vida.

Agradecimentos

Agradeço à energia maior – que convenciono chamar de Deus –, que me concedeu minha família, meus amigos e as oportunidades em minha vida.

Às “Marias” do meu dia-a-dia – minha mãe, Maria das Dores, minha comadre e irmã do coração, Rosemar Maria, e minha irmã, Maria Aparecida –, por acreditarem em mim mesmo nos momentos em que duvidei.

À pequena grande figura Maria Luiza, pela presença meiga e alegre, e ao “pré-adolescente” Vinícios, pelo apoio tecnológico e Fabrícia E. Souza pela ajuda imediata em “horário de domingo, bandeira dois” – o que não tem preço.

À minha avó Rosa Lima, por ter me ensinado a rezar e a ouvir histórias.

Ao professor Orides Mezzaroba, pela franqueza das palavras, e aos professores Vera Regina Pereira de Andrade e Antonio Carlos Wolkmer, verdadeiros Mestres.

Às crianças da 4ª série (2005) da Escola Estadual Padre Anchieta, lugar para o qual, pretensiosamente, pretendíamos levar “lições de cidadania”, e acabamos por aprender humildemente as “lições da inocência”, e à Luciana Luz Bayer, companheira nesse projeto.

Ao padre Vilson Groh e aos colegas dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia, especialmente Luzia Cabreira e Mário Davi Barbosa, pela oportunidade de conhecer o seu trabalho e o seu valor;

Às colegas mestrandas Adriana A. Biller, Marina Vital Borges, Yuri Frederico Dutra e Marília Denardin Budó, pela partilha de esperanças e de saberes; aos colegas do Projeto de Extensão Universidade Sem Muros, pela prática da teoria.

Agradeço, ainda, aos colegas da Contadoria Judicial da Justiça Federal, Evandro Ávila, Terushi Kawano e André Gonçalves Martins, pelo companheirismo e compreensão; aos amigos Thelma Merida Bomfim e João Alfredo Dias Filho, pela troca de idéias e pelas boas risadas – tão necessárias à inspiração.

A aprovação da presente dissertação não significará o endosso do professor orientador, da Banca Examinadora e da Universidade Federal de Santa Catarina à ideologia que a fundamenta ou que nela é exposta.

RESUMO

O presente ensaio busca verificar a atuação das regras do *Mercado capitalista* impostas pela *Globalização hegemônica* –, que dilui as fronteiras geopolíticas e desafia o exercício da cidadania e a satisfação das subjetividades individual e coletiva. Por privilegiar a atividade do *consumo*, esse movimento promove o desinteresse e a despolitização da esfera pública, além de modificar as funções do Estado e as relações tradicionalmente delineadas com a Sociedade Civil/Comunidade, numa constante influência sobre a esfera privada. Destarte, a *condição humana*, encerrada pelos conceitos de *Vita activa – labor, trabalho e ação* na obra de Hannah Arendt – sofre a restrição dos aspectos condicionantes dessa nova ordem global, reduzindo o *Homem de Ação a Homem de trabalho e consumo*, estabelecendo nova referência à trajetória humana pela busca de sentidos através da *secularização* e da *liberdade criadora*. Os recursos naturais são explorados ao extremo, e os povos periféricos sofrem o impacto exercido pela articulação de organismos de poder global que condicionam as práticas e manifestações político-culturais locais. Tal situação faz emergir a exigência de uma nova lógica pela construção de uma *cidadania* que se mostre *emancipatória* e plena, além das limitações da *cidadania liberal* – colonizada pelos ideais do consumismo –, em que o cidadão possa superar o *consumidor*. Os espaços negligenciados na esfera da *Comunidade devem focar* a articulação e a convergência de ações que contemplem um consumo necessário e consciente que possibilite a criação de alternativas para a construção da nova prática que se disponha a ser a base de uma nova cidadania. Essa nova ética – gestada na solidariedade e no respeito às diferenças – irá emergir da vivência e da apropriação dos efeitos positivos da *Globalização* por meio de respostas *contra-hegemônicas* – manifestadas em práticas políticas alternativas – de forma a fortalecer os potenciais de *cidadania* para produzir tensão e reduzir o impacto da lógica do *Mercado*. Contempla-se assim uma nova ética da *Comunidade* que articule a convergência de ações a partir de suas necessidades, democratizando o poder emanado e realizando a *Utopia* – proclamada entre *Academia e Rua, teoria e prática, conhecimento científico e saberes populares* – num compromisso de alteridade, *emancipação* e respeito que redescobrirá o *cidadão além do consumidor*.

Palavras-chave: Cidadania. Consumo. Mercado. Globalização. Sociedade Civil. *Vita activa*. Labor. Trabalho. Ação. Comunidade. Emancipação.

ABSTRACT

This study intends to verify how *capitalist market* rules imposed by *hegemonic globalization* act. Hegemonic globalization fades away geopolitical boundaries and challenges sense of citizenship and satisfaction of individual and general subjectivities. As this change gives a privilege to *consumerism*, it promotes disinterest and politicizing weakness of public sphere. It also modifies the State functions and traditional relations between this change and civil society/community, in a continuous influence on private sphere. Thus, *human condition*, represented by *Vita activa* concepts - *labour*, *work* and *action* in Hannah Arendt work – is affected by restraint of aspects which have a regulator role in new global order, reducing the *Man of Action* to *Man of work and consumption*. It establishes a new reference to human course of searching for signification by *secularization* and *creative freedom*. Natural resources exploitation occurs on a large-scale and outskirts people feel the impact caused by the joint between global power members that lead local, political and cultural practices and expressions. Because of this situation, emerges the need of a new logic in constructing a *sense of citizenship* that is *independent* and complete, beyond limitations of *liberal sense of citizenship*, infused by consumerism ideals, in which the citizen can surpass the *consumer*. Neglected spaces in *community should focus on* joint and convergence of actions which are consumerism-conscious and consider the necessary consumption. These actions should lead to creation of alternatives to construct a new practice to found a different sense of citizenship. This new ethics, based on solidarity and respect to the difference, will emerge from *globalization* life and its positive effects, through *non-hegemonic* answers, expressed by alternative political practices, strengthening possible sense of citizenship to cause tension and reduce the impact of market logic. Thus, a new *community* ethics can be considered, which articulates the convergence of actions based on its own needs, democratizing the arisen power and achieving the *utopia*, announced between *Academy and street*, *theory and practice*, *scientific and popular knowledge*, in a commitment of opposition, *independence* and respect that will rediscover the *citizen behind the consumer*.

Keywords: Sense of citizenship. Consumerism. Globalization. Civil society. *Vita activa*. Labour. Work. Action. Community. Independence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A TRADIÇÃO DA VITA ACTVA	15
1.1 Tradição da <i>Vita Activa</i>	15
1.1.1 Labor – Animal <i>laborans</i>	17
1.1.2 Trabalho – <i>Homo faber</i>	19
1.1.3 Ação	23
1.2 Secularização e maioria humana	28
1.2.1 A expulsão de <i>Deus</i> do espaço público.....	28
1.2.2 O homem vai à lua – rompendo laços com a <i>Mãe Terra</i>	32
1.3 A Globalização hegemônica.....	36
CAPÍTULO 2 – ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO	41
2.1 O homem: sujeito de ação.....	43
2.1.1 O discurso, a retórica – o homem como ser político	46
2.2 O Homem do Trabalho	48
2.2.1 Da era industrial à tecnológica	48
2.2.1.1 A supervalorização do produto.....	52
2.2.2 A permanência no mundo	57
2.2.3 A negação/restrrição do pensar.....	58
2.3 O espaço alargado do consumo.....	61
2.3.1 Artíficos para libertar o homem da condição humana.....	61
2.3.2 A ciência que não se sustenta.....	62
2.3.2.1 Efemeridade dos discursos	65
2.3.2.2 Provisoriedade das <i>verdades</i>	66
CAPÍTULO 3 – O CIDADÃO CONTEMPORÂNEO	69
3.1 O consumo que insere – mercantilização dos direitos	71
3.2 O consumo que exclui – limites à cidadania.....	74
3.3 O consumo que não satisfaz	78
3.3.1 Sem limites	78
3.3.2 Exclusão e criminalidade	81
3.3.3 Ciclos viciosos	86
3.4 O papel do Estado na Globalização	88
3.4.1 A redefinição do Estado-nação	88
3.4.2 A nova ordem interna – imposições do capital globalizado.....	91
3.4.3 As corporações de poder planetário.....	93
CAPÍTULO 4 - A OCUPAÇÃO CIDADÃ DO ESPAÇO PÚBLICO	96
4.1 Reconquista do espaço público – resposta ao movimento	96
4.1.1 Alternativas ao espaço público formal	100
4.1.2 Deslocamento e construção da cidadania.....	104
4.1.3 O <i>Morro</i> desce à <i>Cidade</i> – a busca por inclusão.....	108
4.1.3.1 Projetos sociais do Centro Cultural Escrava Anastácia – Mont Serrat	111

4.1.4 A Academia sobe o Morro – desafios além da teoria	117
4.1.4.1 Projeto Universidade Sem Muros – UFSC	120
4.2 O consumidor comprometido	123
4.2.1 Compromisso com a Mãe Terra – reatando os laços, redescobrimo o mistério	126
4.2.1.1 Responsabilidade pelos atos.....	128
4.3 Ciclos virtuosos	129
4.4 O direito a consumir consumiu o cidadão?.....	130
CONCLUSÃO	133
Uma confissão necessária	135
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	141
Anexo A - Cartilha Verde Greenpeace	141

INTRODUÇÃO

A existência humana caracteriza-se por uma série de elementos que constituem a *condição humana*, os quais vão desde a imposição do ciclo biológico até a necessidade de associação política, passando pela transformação e pela violação da natureza para satisfação das necessidades e dos desejos humanos.

O *homem*, então, trava uma batalha inglória por espaço e pela permanência na *arena de visibilidade*, procurando contar a sua história num tempo considerado insignificante em relação ao ciclo de vida do Planeta. Assim, convida Deus a retirar-se de seu espaço, secularizando a vida pública e privada, desencantando a existência, substituindo o *divino* pela *razão*, ocupando o lugar de *Criador*, transpassando barreiras físicas e desvendando mistérios, rompendo laços com a *maternidade da Mãe Terra*, violando as regras naturais de sua trajetória.

Com o *contar da história*, o *homem* criou produtos para as suas necessidades e criou necessidades para os seus produtos, que se modificam de acordo com os períodos históricos, as ideologias dominantes e os interesses defendidos.

Então o extremo dos esforços para superar a sua *condição humana* e *criar uma vida artificial* resulta na *Globalização hegemônica (ainda entendida como Globalização do capital, Globalização econômica)*, que subjuga continentes e *manufatura povos*, no auge de uma procura insana por vantagens e por lucros, usurpando direitos, impondo violações e desesperança.

De outra sorte, a resistência e a luta por inclusão dos *indivíduos* na condição de *sujeitos* de direitos e garantias também sofrem com as transformações ideológicas, econômicas e sociais ocorridas com o *contar da história*.

A cidadania contemporânea, por sua vez, foi conquistada a duras penas: lutas pelos direitos humanos, fundamentais, sociais, políticos, coletivos, de geração em e para geração.

Com a *Globalização* – que dilui as fronteiras geopolíticas – e a consolidação de suas imposições de consumo, o indivíduo vê-se tentado por uma série de produtos e necessidades que condicionam o exercício da cidadania e a própria satisfação pessoal e coletiva.

A supervalorização desse espaço que privilegia a atividade do consumo traz a efemeridade das necessidades e a futilidade dos valores construídos para a

sustentação do *Mercado* e de seus interesses (abordado, primeiramente, em confronto com os elementos *Estado* e *Sociedade Civil*, e, num segundo momento, na análise dos conceitos de Santos, confrontando-o com os elementos *Estado* e *Comunidade*), revelando o desvirtuamento da esfera pública e expondo as relações da esfera privada.

O espaço público, na condição de garantidor do exercício democrático, do desenvolvimento e da emancipação por meio da cidadania, sofre as transformações impostas pela lógica capitalista, que desconstitui o *Homem de Ação* – *sujeito* dessa arena de encontros.

Também o espaço privado, reservado aos assuntos individuais e particulares, vê-se condicionado à influência de uma nova configuração de estruturas historicamente delineadas (*Estado*, *Mercado* e *Sociedade/Comunidade*), impingida pela *Globalização hegemônica*.

Com o presente trabalho, buscar-se-á verificar a atuação das regras de Mercado capitalista globalizado que influenciam e restringem as manifestações no espaço público, reduzindo o *Homem de Ação* política a *Homem do Trabalho* e *Consumo*. Pretende-se examinar de forma ilustrativa as conotações atribuídas aos conceitos de *Vita Activa*, contidos na obra de Hannah Arendt, relacionando os elementos *Labor*, *Trabalho* e *Ação* na construção da cidadania consumidora e na sua relação com os espaços constituídos.

Esclarece-se, no entanto, que tais conceitos serão utilizados por seu *potencial explicativo forte*, capaz de sustentar a discussão proposta sem, no entanto, haver comprometimento com a integralidade da obra e das teorias de Hannah Arendt.

Pretende-se contextualizar as expectativas, os avanços e os retrocessos da discussão de *cidadania* exercida no espaço público e, com base nessa contextualização, relacionar os conceitos e a mercantilização dos direitos, buscando compreender o atual esvaziamento da esfera pública de debates, típica do *Homem de Ação*, e a crescente insatisfação das esferas individuais e coletivas.

Destarte, apresentar-se-á a análise crítica interdisciplinar sobre as conexões e vivências locais que expressam os efeitos das manifestações globais, bem como as possíveis conseqüências e respostas à imposição econômico-cultural efetivada pela *Globalização hegemônica*, que impõe a divisão, nos dizeres de Santos, entre *Norte central* e *Sul periférico*, numa relação de dependência e submissão.

O problema principal que se apresenta trata da despolitização levada a cabo pela homogeneização das condutas impostas pela *Globalização econômica* – e por suas vertentes cultural, política e social –, pela transformação das relações entre *Estado, Mercado e Sociedade/Comunidade* e pela conseqüente modificação das práticas políticas comunitárias restritas aos espaços alternativos.

Procurar-se-á estabelecer as possibilidades de transformação de oferta de uma *cidadania liberal limitada – colonizada pelos ideais do consumo* – em uma *cidadania participativa, exigente e plena* – baseada no consumo solidário, ético e comprometido com os espaços de *emancipação*.

Utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica e elementos de modelo empírico, numa abordagem crítico-interdisciplinar.

Neste trabalho optou-se por não utilizar o recurso das *notas de rodapé*, dando-se preferência aos esclarecimentos no *corpo do texto*.

Destarte, a primeira seção tratará de conceituar os elementos componentes da *Vita Activa: Labor, Trabalho e Ação*, verificados na obra de Hannah Arendt – de forma ilustrativa – e dos aspectos condicionantes impostos à *trajetória humana* pela busca por sentidos através da *secularização* e da *liberdade criadora*.

Na segunda e terceira seções, será exposta criticamente a problematização dos conceitos do *Mercado capitalista globalizado*, a sua expansão e influência sobre o exercício pleno de uma cidadania em transformação – a *cidadania é desafiada* pelos desejos de consumo – bem como, de forma ilustrativa, o impacto percebido sobre as práticas e as relações sociais locais.

É importante salientar que, além de Arendt e Santos, serão adotados conceitos de outros autores, podendo existir aqueles que se sobrepõe sem, no entanto, se excluírem, sendo também utilizados por seu potencial explicativo (principalmente citados no segundo e terceiro capítulos).

Após a descrição dos elementos que contribuem para o desinteresse pelo espaço público e pelo desvirtuamento de valores da esfera privada – momento de encontro e argumentação –, a quarta seção propõe a retomada dos assuntos políticos e sociais, além da condição imposta pela *cidadania liberal*, procurando identificar uma *reação contra-hegemônica* à ordem imposta.

Por fim, de forma ilustrativa, apresentar-se-ão as experiências das parcerias locais que se propõem a ocupar um *espaço de ausências e de faltas*, compartilhando saberes e desmistificando papéis historicamente constituídos,

propondo parcerias entre *academia e rua, saberes cultos e populares, prática e teoria*, na busca pela superação das deficiências dos poderes constituídos e na formação de uma nova abordagem local do exercício da cidadania – além e aquém do *Mercado*, em um espaço em que o *cidadão possa superar o consumidor*.

CAPÍTULO 1 – A TRADIÇÃO DA VITA ACTVA

[...] *Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir. Nessa cidade, a cadeia social não pesará sobre um número reduzido, qualquer coisa que aconteça nela não será devido ao acaso, à fatalidade, mas sim à inteligência dos cidadãos. Ninguém estará à janela a olhar enquanto um pequeno grupo se sacrifica, se imola no sacrifício. E não haverá quem esteja à janela emboscado, e que pretenda usufruir do pouco bem que a atividade de um pequeno grupo tenta realizar e afogue a sua desilusão vituperando o sacrificado, porque não conseguiu o seu intento. Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes.*

Gramsci

1.1 Tradição da *Vita Activa*

A *Vita Activa* constitui-se como o conjunto das atividades exercidas pelo homem que compõem e caracterizam a existência dele. Teve a sua importância condicionada aos períodos históricos e aos pensamentos dominantes, bem como à liberdade e à dignidade atribuídas a cada indivíduo e à sua relevância na vida da comunidade.

Tão antiga quanto o pensamento político, a expressão *Vita Activa* carrega o peso da tradição ocidental. E essa tradição, longe de abranger e conceitualizar todas as experiências políticas da humanidade ocidental, é produto de uma constelação histórica específica: o julgamento de Sócrates e o conflito entre o filósofo e a *pólis*. (ARENDDT, 2005, p. 20).

A tradução da filosofia medieval do *bios politikos* de Aristóteles encontra-se em Agostinho como uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos (*vita negotiosa ou actiosa*).

Para Aristóteles, a liberdade constituía-se como o elemento determinante das atividades da vida (*bio*): aquele que possuía a sua liberdade limitada e condicionada, exercendo atividades de relevância somente para a manutenção da vida biológica, corpórea, não possuía um modo de vida digno, aí incluídos, então, nesse período da história, o escravo, a mulher e o artesão.

A atividade humana, por excelência, era voltada à vida política, aos assuntos públicos e à ação, obrigatoriamente exercida na *polis*.

Por sua vez, a inquietude e a ocupação com assuntos terrenos, opunham-se à atividade política.

Nem o labor nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes da necessidade e privações humanas. (ARENDR, 2005, p. 21).

A importância atribuída ao conceito grego de vida na *pólis* garantiu a ênfase dada aos assuntos humanos e políticos. A escolha livre pela dedicação e pela organização da *pólis*, que impelia os cidadãos à *práxis*, motivava-os além da mera necessidade irresistível imposta pelos processos biológicos.

Destarte, o significado da expressão *Vita Activa* perdeu o seu sentido político com o desaparecimento da antiga cidade-estado, passando a designar os assuntos e as coisas do mundo. No entanto, isso não bastou para atribuir um maior *status* às atividades de labor e trabalho.

De fato, o oposto era verdadeiro: a ação passou a ser vista como uma das necessidades da vida terrena, de sorte que a contemplação (*bios theoretikos*, traduzido como *vida contemplativa*) era o único modo de vida realmente livre. (ARENDR, 2005, p. 22).

A filosofia de Platão considerava a superioridade da vida contemplativa antes do advento da cristandade e a sua pretensão de vida *apolitia* – livre dos assuntos mundanos.

Desta feita, a organização utópica da *pólis* devia não só ser dirigida pelo filósofo como também objetivar o modo de vida filosófico.

A quietude e a contemplação das atividades humanas passaram então a designar a *Vita Activa*.

Todo movimento, os movimentos do corpo e da alma, bem como o discurso e o raciocínio, devem cessar diante da verdade. Esta, seja a antiga verdade do Ser ou a verdade cristã do Deus vivo, só pode revelar-se em meio à completa quietude humana. (ARENDR, 2005, p. 24).

A superioridade da atividade de contemplação buscava preservar a distinção e a beleza do *kósmos*, do que é *dado*, segundo a tradição grega. Nada que as mãos possam fazer deve perturbar a eternidade serena do mundo físico. Os movimentos devem cessar e contemplar as manifestações da verdade revelada, que se apresenta imutável.

Assim, a expressão *Vita Activa* permaneceu até o início da modernidade ligada à tradição grega.

Desse modo, para a filósofa e pensadora política Hannah Arendt (2005), a condição humana, contemplada no conceito de *Vita Activa*, comporta três atividades que *estão* ao alcance de todo ser humano e que se constituem como fundamentais para sua existência: *Labor*, *Trabalho* e *Ação*.

O exercício dessas atividades expressa o esforço do ser humano em manter-se e desenvolver-se diante das limitações e dos desafios impostos à vida na Terra, desde os processos biológicos, encerrados na atividade do *Labor*, atingindo a atividade do *Trabalho* até a inserção política manifestada pela atividade da *Ação*.

As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (ARENDR, 2005, p. 16).

O aparecimento e a manutenção do homem na esfera terrestre, o seu sonho de ultrapassar os limites naturais de sua existência, desafiados por sua *singular pluralidade*, condicionam-no a uma peregrinação em busca da permanência e da história.

1.1.1 Labor – Animal *laborans*

O *Labor* é a atividade destinada à satisfação das necessidades biológicas da vida, num contínuo produzir e consumir, encerrando as características da efemeridade.

Realmente, é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência; motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele. (ARENDT, 2005, p. 98).

O produto do *Labor* é consumido no mesmo processo de sua criação, cumprindo função imprescindível à existência humana, esgotando-se em sua utilidade cíclica, vital e repetitiva.

Consideradas em sua mundanidade, são as coisas menos mundanas e ao mesmo tempo as mais naturais. Embora feitas pelo homem, vêm e vão, são produzidas e consumidas de acordo com o eterno movimento cíclico da natureza. Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, sem exclusão do corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia o seu ser e o torna vivo. A vida é um processo que, em tudo, consome a durabilidade, desgasta-a, fá-la desaparecer, até que a matéria morta, resultado de pequenos processos vitais, singulares e cíclicos, retorna ao ciclo global e gigantesco da própria natureza, onde não existe começo nem fim e onde todas as coisas naturais circulam em imutável, infundável repetição. (ARENDT, 2005, p. 108).

A natureza não percebe os limites da vida humana e não sofre o aparecimento e o desaparecimento da história individual: permanece na condição de guardião da *Bio*, renovando-se em sua própria essência pela energia e pela força irresistível que conduz à posteridade, a despeito dos seres que perecem pelo caminho.

No entanto, ao ser incorporada na rotina do homem, a natureza sofre as conseqüências do nascimento e da morte, tão caras à espécie humana, limitando assim a sua existência.

É somente dentro do mundo humano que o movimento cíclico da natureza se manifesta como crescimento e declínio. Estes, como o nascimento e a morte, não são ocorrências naturais propriamente ditas; não têm lugar no ciclo incessante e incansável no qual todo o reino da natureza perpetuamente evolve. Somente quando ingressam no mundo feito pelo homem podem os processos da natureza ser descritos como crescimento e declínio; somente quando consideramos os produtos da natureza – determinada árvore ou determinado animal – como coisas individuais, retirando-os, com isso, de seu ambiente “natural” e colocando-os em nosso mundo, é que eles começam a ter crescimento e declínio. (ARENDT, 2005, p. 109).

O homem nasce, cresce, conta a sua história de uma forma ou de outra e morre. Num espaço de tempo vivido entre o nascimento e a morte, o homem singulariza a sua existência, ocupa o seu espaço e deixa lembranças, ainda que, no plural, faça parte de um sistema natural – divino? – que permanece.

A natureza e o movimento cíclico que ela imprime, à força, a todas as coisas vivas, desconhecem o nascimento e a morte tais como os compreendemos. O nascimento e a morte de seres humanos não são ocorrências simples e naturais, mas se referem a um mundo ao qual vêm e do qual partem indivíduos únicos, entidades singulares impermutáveis e irrepetíveis. (ARENDR, 2005, p. 108).

Então, o homem trava uma luta inglória contra as forças naturais que o impelem ao finito: luta desesperadamente pela permanência no mundo e pela superação de seu limite natural.

A ocupação dos espaços e a impressão deixada pelo indivíduo precisam mais do que o simples *Labor* para permanecer no mundo além da efêmera existência num intervalo de tempo insignificante para a história da Terra.

De outra sorte, o *Labor* vai sempre existir enquanto o homem não superar a sua *condição humana* e necessitar suprir as suas exigências biológicas essenciais, insubstituíveis e inevitáveis.

1.1.2 Trabalho – *Homo faber*

No *Trabalho* encontra-se a transformação da natureza para benefício do homem, criando, segundo Arendt (2005), a *mundanidade* em que as coisas produzidas permanecem além do efêmero, além do simples labor.

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo – o *homo faber* que “faz” e literalmente “trabalha sobre” os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e “se mistura com” eles –, fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. (ARENDR, 2005, p. 149).

Destarte, as coisas produzidas também sofrem com o uso e o tempo, desgastando-se e retornando em um processo contínuo e cíclico.

A durabilidade do artifício humano não é absoluta; o uso que dele fazemos, embora não o consuma, o desgasta. O processo vital que permeia todo o nosso ser também o atinge; e se não usarmos as coisas do mundo elas também perecerão mais cedo ou mais tarde, e retornarão ao processo natural global do qual foram retiradas e contra o qual foram erigidas. (ARENDR, 2005, p. 149).

A temporalidade que condiciona a existência dos objetos, no entanto, não encerra o artifício humano, que emprega a sua força criativa inserindo objetos que permanecem no mundo, ainda que substituídos por outros, em uma contínua evolução de necessidades e de adaptações.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem, os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra, e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana, ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. (ARENDR, 2005, p. 17).

A criação que resulta no objeto de uso permite o aparecimento deste produto que permanecerá no mundo visível e artificial criado pelo homem enquanto servir ao interesse deste mundo, muito além da existência individual de seu criador. A sua existência ideal garante a sua multiplicação, se necessária, recolocando-a no mundo das coisas e a serviço dos homens.

Em outras palavras, contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico, em harmonia com o movimento cíclico maior do reino da natureza. Somente

nós, que erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece, que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele, podemos ver a natureza como algo “objetivo”. Sem um mundo interposto entre os homens e a natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade. (ARENDR, 2005, p. 150).

Os produtos criados para o uso, apesar das diferenças de origem, podem confundir-se com os produtos do consumo. Possuem várias destinações, funções e são adaptados às mais variadas necessidades e utilização.

O uso contém, realmente, certo elemento de consumo, na medida em que o processo de desgaste ocorre através do contato do objeto de uso com um organismo vivo cuja natureza é consumir; e, quão mais íntimo é o contato entre o corpo e a coisa usada, mais plausível parece o equacionamento dos dois. (ARENDR, 2005, p. 151).

A transformação empreendida sobre os elementos da natureza contém o signo da violação: o material retirado para ser trabalhado e transformado pelo homem resulta da violência exercida sobre a substância natural, transformando-a ou destruindo-a, em homenagem ao antropocentrismo.

Este elemento de violação e de violência está presente em todo o processo de fabricação, e o *homo faber*, criador do artifício humano, sempre foi um destruidor da natureza. O animal *laborans*, que, com o próprio corpo e a ajuda de animais domésticos, nutre o processo da vida, pode ser amo e senhor de todas as criaturas viventes, mas ainda servo da natureza e da terra; só o *homo faber* se porta como amo e senhor de toda a terra. Como a sua produtividade era vista à imagem de um Deus criador – de sorte que, enquanto Deus cria *ex nihilo*, o homem cria a partir de determinada substância –, a produtividade humana, por definição, resultaria fatalmente numa revolta prometéica, pois só pode construir um mundo humano após destruir parte da natureza criada por Deus. (ARENDR, 2005, p. 152).

A criação artificial do mundo por meio da força exercida sobre os elementos da natureza expõe a angústia da criatura que busca superar a sua condição pelo emprego da astúcia sobre os elementos ofertados pelo *criador*.

A satisfação imediata trazida pelo *labor* é substituída pelo êxtase da condição de criador, artificialmente exercida. Enquanto no *labor* encontra a resposta imediata

para sua necessidade vital, no *trabalho*, prolonga a sua existência finita condicionando e medindo forças com a natureza.

A sensação desta violência é a mais elementar sensação da força humana e, portanto, o exato oposto do esforço doloroso e exaustivo experimentado no simples labor. Pode produzir no homem a satisfação e a segurança de si mesmo, e até mesmo enchê-lo de confiança durante toda a vida – coisas estas todas elas bem diferentes da bem-aventurança que pode advir de uma existência dedicada ao labor e às lides da vida, ou do próprio prazer de “laborar”, que é passageiro mas intenso, e que resulta quando o esforço é coordenado e rítmico, essencialmente equivalente ao prazer provocado por outros movimentos rítmicos do corpo. (ARENDDT, 2005, p. 153).

Desta feita, a satisfação e a segurança que podem resultar da atividade do trabalho, de outra sorte, podem trazer a busca incessante por artifícios humanos para dar respostas a essas necessidades.

Assim como os novos produtos, as novas necessidades vão sendo criadas, num ciclo interminável de artifícios e artificialismos. O homem, como senhor de seu mundo artificial, imprime uma escalada sem limites muito além de sua carência vital: imagina e cria produtos para a satisfação de seus intermináveis e inacreditáveis caprichos e conveniências, e produz ferramentas e instrumentos para atingir o seu fim.

Na medida em que é *homo faber*, o homem “instrumentaliza”; e este emprego das coisas como instrumentos implica em rebaixar todas as coisas à categoria de meios e acarreta a perda do seu valor intrínseco e independente; e chega um ponto em que não somente os objetos da fabricação, mas também “a terra em geral e todas as forças da natureza” – que evidentemente foram criadas sem o auxílio do homem e possuem uma existência independente do mundo humano – perdem seu valor por não serem dotadas de reificação resultante do trabalho. (ARENDDT, 2005, p. 151).

A instrumentalização imposta pela atividade do *homo faber* a toda categoria de elementos e de atividades naturais e humanas, na busca única pelo fim pretendido, gera a desvalorização das experiências, resumindo-as a simples objetos a serem transformados e agregados.

O que está em jogo não é, naturalmente, o conceito de instrumento em si, o emprego de meio para atingir um fim, mas antes a generalização da experiência da fabricação, na qual a utilidade e a serventia são estabelecidas como critérios últimos para a vida e para o mundo dos homens. Esta generalização é inerente à atividade do *homo faber* porque a experiência de meios e fins, tal como existe na fabricação, não desaparece com o produto acabado: prolonga-se até o destino final deste último, que é o de servir como objeto de uso. (ARENDDT, 2005, p. 170).

A despeito do processo biológico exercido pelo *labor* que se impõe independentemente da vontade do homem, o *Trabalho* e seu produto, resultantes do domínio e da violação sobre a natureza, existem para trazer satisfação às novas demandas que o homem faz surgir com a sua peregrinação na Terra. Para essas demandas, reais ou imaginárias, o homem procura desesperadamente mais respostas do que a simples satisfação imediata do *Labor*: a satisfação de estar vivo.

Este valor consiste unicamente na estima da esfera pública na qual as coisas surgem como Mercadorias; e o que confere esse valor a um objeto não é o labor nem o trabalho, não é o capital nem o lucro nem o material, mas única e exclusivamente a esfera pública, na qual o objeto surge para ser estimado, exigido ou desdenhado. O valor é aquela qualidade que nenhuma coisa pode ter na privatividade, mas que todas adquirem automaticamente assim que surgem em público. (ARENDDT, 2005, p. 177).

A aparição do objeto na esfera pública e o valor real ou imaginário atribuído por ela condicionarão a sua existência e permanência no mundo *fugaz das coisas essenciais*.

Cabe às estratégias de Mercado suprir as carências da esfera pública, que, então, recorre ao ciclo interminável da produção de coisas para serem exibidas e desejadas pelo público, superando as reais necessidades que ele tenha.

E a medida dessa qualidade e seletividade é condicionada pela exigência imposta pelo Mercado das necessidades atuais dos *consumidores de coisas*.

1.1.3 Ação

A *Ação*, por sua vez, eleva o *animal* e o *homem* à condição política, atividade desenvolvida no espaço público de debates e argumentação tipicamente partilhado.

A vida humana prescinde do *Discurso* e da *Ação* para se manifestar, distinguindo os seres em sua individualidade e pluralizando-os pela humanidade. Assim, o homem constitui-se como *diferente e único entre os iguais*.

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposto pela necessidade do labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. (ARENDR, 2005, p. 180).

O nascimento revela o novo, o desconhecido e o possível. A *Ação* comporta o novo, e a sua manifestação traz a expectativa da revelação do *Discurso*.

Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (ARENDR, 2005, p. 191).

A identidade revelada no *Discurso* imprime as características que singularizam a existência do homem, expondo-o muito além da simples aparição e ocupação do espaço físico: comporta a tomada de posições e as atitudes diante da *vida e do outro*.

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. (ARENDR, 2005, p. 192).

Sem o *Discurso* que identifica a *Ação*, esta passa a ser mero produto resultante da fabricação e da manipulação, sem sentido ou valor. A partilha do *Discurso* é essencial para a permanência do homem no espaço de debate das

idéias. Sem a convivência humana, o *Discurso* passa a encerrar um fim em si mesmo, não se pretendendo mais como elemento de partilha e expressão de sua identidade.

Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Isto ocorre sempre que deixa de existir convivência, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os outros, como ocorre, por exemplo, na guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos contra o inimigo. Nestas circunstâncias, que naturalmente sempre existiram, o discurso transforma-se, de fato, em mera “conversa”, apenas mais um meio de alcançar um fim, quer iludindo o inimigo, quer ofuscando a todos com propaganda. (ARENDR, 2005, p. 193).

Enquanto para a filosofia basta o diálogo do *eu consigo mesmo*, a ação política exige estar entre os outros, co-existir para a coletividade.

Expondo-se no mundo coletivo, o homem revela-se entre o emaranhado de *coisas* que com ele disputam espaço nesse mundo.

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas conseqüências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. (ARENDR, 2005, p. 193).

Os interesses e os discursos do homem na esfera política também são direcionados ao mundo das *coisas* criadas por ele, objetivando a sua existência mundana, coexistindo entre diversas vontades e intenções, disputando forças.

A *História sem fim*, resultante das relações entre os homens e seus objetivos, mundanos ou não, será contada independentemente da vontade de seus sujeitos e atores.

Embora todos comecem a vida inserindo-se no mundo humano através do discurso e da ação, ninguém é autor ou criador da história de sua própria vida. Em outras palavras, as histórias, resultado da ação e do discurso,

revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor. (ARENDR, 2005, p. 197).

A perplexidade dessa afirmação ronda a humanidade e a filosofia, gerando mesmo, desde Platão, o desprezo pelos negócios humanos, pela ação e pela política.

É digno de nota o fato de que Platão, que não tinha a menor idéia do moderno conceito de História, tenha sido o primeiro a inventar a metáfora do ator que, nos bastidores, por trás dos personagens, puxa os cordões e é responsável pela história. O deus platônico é apenas um símbolo do fato de que as histórias reais, ao contrário das que inventamos, não têm autor; nessa condição, é o verdadeiro precursor da Providência, da “mão invisível”, da Natureza, do “espírito do mundo”, do interesse de classe e de outras noções semelhantes mediante as quais os cristãos e os modernos filósofos da História tentaram resolver o desconcertante problema de que, embora a História deva a sua existência aos homens, obviamente não é “feita” por eles. (ARENDR, 2005, p. 193).

Assim, os homens vivem as suas histórias singularizando a sua existência, compondo a *História da humanidade*. O homem protagonista é revelado porque a sua experiência real não é produzida como pode ser a sua arte.

Só podemos saber quem um homem foi se conhecermos a história da qual ele é o herói – em outras palavras, sua biografia; tudo o mais que sabemos a seu respeito, inclusive a obra que ele possa ter produzido e deixado atrás de si, diz-nos apenas o que ele é ou foi. (ARENDR, 2005, p. 199).

Nos termos dados por Arendt (2005), este herói real constitui-se mais por sua coragem de expor-se no mundo pelo *Discurso* e pela *Ação* do que por atos de ousadia e heroísmo, como hoje concebemos.

Este homem que supera a solidão de seus pensamentos para entregar-se à aventura do encontro com o outro na visibilidade da arena dos negócios políticos é o detentor da verdadeira coragem que imprime sentido à *Ação* e ao *Discurso* que o apresentam ao mundo.

E esta coragem prescinde de liberdade para ser visível na *pólis* – lugar da ação conjunta, além do mero espaço físico – e permanente no mundo em seu potencial poder.

A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da *pólis* e os limites da lei fossem erguidos em torno de um espaço público preexistente, mas que, sem essa proteção estabilizadora, não duraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso. (ARENDDT, 2005, p. 210).

Este *palco real de aparências*, sempre potencial, no qual os atores se apresentam, não está disponível a todos: admite certos papéis a alguns sujeitos para atuarem em determinados momentos históricos.

Outros não são convidados ao palco, restringindo-se à platéia, ainda que de um bizarro espetáculo que os envolve no enredo.

Nem sempre este espaço existe; e, embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles – o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na antiguidade, o trabalhador e o artesão antes da idade moderna, o assalariado e o homem de negócios da atualidade – não vive nele. Além disso, nenhum homem pode viver permanentemente nesse espaço. Privar-se dele significa privar-se da realidade, que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. (ARENDDT, 2005, p. 211).

Fazer-se *visível* na esfera política de poder, ocupar o espaço do diálogo, do *Discurso* e da *Ação*, interferir nas questões de decisão, aparecendo como protagonista do espaço organizado de aparências, são desafios que se impõem ao homem por sua própria *condição humana*, a despeito da irresistível marcha da História.

Pois ainda é provável que as enormes mudanças da Revolução Industrial, no passado e as mudanças ainda maiores da revolução atômica no futuro sejam apenas mudanças do mundo, e não mudanças da condição básica da vida humana na Terra. (ARENDDT, 2005, p. 134).

E por mais extraordinárias que possam ser, tais mudanças, evoluções e revoluções ainda estão condicionadas ao que se apresenta como *humanamente possível*.

1.2 Secularização e maioria humana

1.2.1 A expulsão de *Deus* do espaço público

Deus, aqui entendido como a manifestação do *divino*, do *supremo*, *ente maior* ou *energia* que controla e equilibra a vida, foi convidado a se retirar do espaço público. A laicização dos poderes do Estado, assim como a independência dos assuntos terrenos, trouxe o espanto da efemeridade para a vida humana.

O homem, então livre das cobranças morais impostas pela tradição e pela religião, é dono e senhor de seu destino, não devendo obediência ou submissão a ninguém.

A liberdade, por sua vez, encerra a entrega do indivíduo à sua própria sorte sem predeterminações ou garantias divinas, sem elaborações sobrenaturais ou caminhos preestabelecidos. O abandono sem perspectivas de proteção e a dessacralização da vida expõem a incerteza e a insegurança que desafiam e confrontam.

Com o advento da Modernidade, a ascensão da subjetividade humana a *status* central nos assuntos políticos e sociais, e com a conseqüente subsunção da razão sobre a fé, os homens passaram a contratar novo pacto com seus iguais, sem se preocupar com as satisfações que deveriam prestar no Juízo Final. O contrato e a manifestação da vontade substituíram a hierarquia divina ou original imposta pelo nascimento e tão cara ao Antigo Regime.

Para Wolkmer (2004), “A existência, desde então, seria conduzida a partir da razão, com o conseqüente desencantamento do mundo, ou seja, a ciência substitui Deus e a Modernidade transfere as crenças religiosas para a vida privada”.

Assim, os planos da humanidade limitaram-se ao plano terreno, ao que pode ser projetado e executado num espaço previsto, determinado, sem contas a acertar depois da passagem pelo *vale de lágrimas*: céu e inferno são aqui e agora.

Esse homem futuro, que segundo os cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando), que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. (ARENDDT, 2005, p. 10).

O homem viu-se livre para praticar a usura, usufruir a luxúria, enriquecer sem escrúpulos, explorar sem sentimentalismos. Foi aberta a temporada dos pecados capitais sem penitências.

O poder terreno foi tirado das mãos da Igreja Romana, que se auto-intitulava detentora das mensagens divinas. Laicizaram o Estado bem como laicizaram a vida. A vida sem o divino, bastando em si mesma, esgotando-se com o tempo e limitando o eterno. A Igreja não poderia mais controlar as manifestações políticas da sociedade.

O homem, no entanto, não pôde privar-se da *Mística* existente, independentemente da Igreja, dos reis, dos governos, dos Estados e de seus desvarios, já que a *Mística* mantém a alteridade, o respeito, a dignidade dos seres viventes na Terra.

Quando nos referimos aqui à espiritualidade, entendemos o termo num sentido antropológico e menos num significado especificamente religioso. Significa a capacidade que o ser humano, homem e mulher, tem de dialogar com o seu profundo e entrar em harmonia com os apelos que vêm de sua interioridade. Essa compreensão pode ser realizada por professantes de algum credo religioso como por agnósticos e descrentes. Cada um se encontra com sua estrutura de desejo, com um horizonte utópico, com o masculino e feminino dentro de si, com o universo de sua interioridade. O processo de personalização supõe uma integração desta dimensão que confere serenidade e paz à vida humana. (BOFF, 1994, p. 34).

Trata-se do que Arendt (2005) chamou de *natureza humana*, que não se dá a conhecer tanto quanto a *condição humana*. O espanto com o *sobre-humano*, algo que está além dos conhecimentos sobre a natureza dos outros seres viventes, algo que nos impulsiona ao desconhecido, muito além das reflexões filosóficas ou especulações científicas.

Em outras palavras, se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la; e a condição prévia é que ele possa falar de um “quem” como se fosse um “quê”. O problema é que as formas de cognição humana aplicáveis às coisas dotadas de qualidades naturais – inclusive nós mesmos, na medida limitada em que somos exemplares da espécie de vida orgânica mais altamente desenvolvida – de nada nos valem quando levantamos a pergunta: quem somos nós? (ARENDDT, 2005, p. 18).

A secularização dos poderes políticos, afinal, não pôde comportar a fascinação pelo *Sagrado*, que na definição de Rudolf Otto (apud GAARDER, 2005, p. 20-21) é “das ganz Andere, o inteiramente outro, ou seja, aquilo que é totalmente diferente de tudo o mais e que, portanto, não pode ser descrito em termos comuns”.

Verifica-se igualmente hoje aquilo que já há anos H. Gadamer chamava de fusão de horizontes (Horizontverzhmelzung). Tradições espirituais e visões de mundo se encontram; junto com marcar a diferença tende-se a sublinhar a complementaridade. O que nos ensinam os sufis, os taoístas, os zenbudistas, os Upanishads e o Bhagavad-Gita não são apenas milenares e sábias lições vindas do Próximo ou do Extremo Oriente acerca do encontro com o Mistério e o Divino. São lições humanas. Por serem antes de tudo humanas podem ser entendidas e entrar no diálogo com outras tradições e assim aos poucos constituir um novo horizonte de sentido, um verdadeiro sincretismo criativo e enriquecedor. Ele não será nem ocidental nem oriental. Será simplesmente humano e planetário. (BOFF, 1994, p. 44).

Refere-se, ainda, a uma dimensão especial da existência, a que chama de *mysterium tremendum et fascinans* (em latim, mistério tremendo e fascinante), a uma força irresistível, independentemente de onde e de como se manifesta: em uma árvore, em uma pedra, na lua, em Jesus Cristo.

Evidentemente para a pessoa religiosa esse profundo é habitado por Deus, e dialogar e acolher essa dimensão implica acolher o amor incondicional de Deus e pôr-se na escuta de sua Palavra. Nota-se hoje, por todas as partes, do Ocidente ao Oriente, uma busca de caminhos espirituais, de meditação sobre o Divino que nos habita e de interiorização. (BOFF, 1994, p. 34).

Trata-se de uma força que está além, aqui e em toda a parte. É a religiosidade, além e aquém da religião, que se expressa em muitos símbolos,

linguagens e manifestações, em sua pluralidade, sincretismo e respeito às demais leituras do Divino.

Quando a religião ingenuamente se identifica com a fé, esquecendo-se de que é tradução particular dela, então faz da diferença uma exclusão de todos os que não têm a mesma tradução. A diferença, assim, cria divisões, guerras religiosas. Portanto, o que desagrega os homens/mulheres não é a fé (experiência do Mistério) mas as religiões (interpretações do Mistério) que se identificam com a fé. (BOFF, 1994, p. 52).

Religare, ligado a algo, energia superior que congrega e impõe sentido ao que não é entendido, faz compreender o que se dá como revelação, que se exterioriza num modo de vida que contempla a justiça, a busca pela igualdade, o exercício da compaixão e o desejo de vida plena compartilhada por todos os seres vivos.

A moderna cosmologia nos fez, pois, compreender que o universo é um imenso processo único, complexo, contraditório e complementar que une todos os seres, vivos e “inertes”, por uma teia de relações de tal maneira que nada existe fora da relação. Ela nos fornece a base científica indispensável para pensarmos uma planetização como momento de um processo infinitamente maior de convergência de energias, seres, mentes e corações, que desde sempre está agindo na história do universo e cujo sentido último permanente misterioso e talvez somente decifrável a partir de uma instância transcendente e religiosa. (BOFF, 1994, p. 36).

Revela, então, a fragilidade do *ser* que busca a resposta fundamental para a sua existência diante da falta de respostas que o mundo artificial oferece, mais que a simples condição de ser humano vivenciada num *vale de lágrimas*.

Cresce a convicção de que não basta apenas acumular e ter mais, saber mais sobre o universo e alargar nossa visão cósmica, mas importa ser mais e desenvolver nossa capacidade de experimentar, dialogar e aprender em contato com o diferente e com a Alteridade absoluta, convencionalmente chamada Deus. (BOFF, 1994, p. 37).

Tenta-se, desesperadamente, ocupar o espaço deixado por *Deus*, pelo divino, pelo *Mistério*. A humanidade avança em estudos e experimentos para logo recolher os seus instrumentos de pesquisa e declarar o retrocesso à condição anterior.

Os homens dão passos largos rumo à *maioridade*, à *libertação*, na insistência em serem além do que são, tudo para não admitir que constituem, realmente, parte de algo maior, a conseqüência e não a causa, que são irmãos solidários e não pais e criadores de toda a existência. Uma verdade inevitável.

1.2.2 O homem vai à lua – rompendo laços com a Mãe Terra

A ida do homem à lua representa mais do que o perceptível afastamento físico: representa o rompimento afetivo e efetivo com a *Mãe Terra*. É o sonho antigo de ver-se desligado do cordão umbilical, saído do útero que o gerou e o sustentou (ARENDETT, 2005, p. 10).

A *maioridade humana* o emancipa e o faz independente de qualquer *ser* que o tenha *limitado* e relegado aos limites do Planeta: deus, ou Deus, como quer que o conceba, o Ser que condiciona a origem e a permanência do homem na Terra, que sustenta e concede as circunstâncias necessárias e suficientes para a manutenção da vida.

O homem, saído do útero terreno/materno, busca a sua auto-sustentação, recria as condições para uma vida artificial, discute com a natureza as suas próprias regras, impõe violação, vida e morte.

Nessa perspectiva *emancipatória*, no rompimento das barreiras físicas, vai além do horizonte, ousando brincar de criador, invertendo as regras naturais e interferindo no curso de sua história.

Conforme Wolkmer (2004, p. 32), “emancipar significa, por um lado, libertar a consciência tutelada pelo mito e, por outro, usar a ciência para tornar mais eficazes as instituições econômicas, sociais e políticas, no intuito de aumentar a liberdade do homem”.

O rompimento do limite físico terrestre traz o signo da onipotência do ser humano, agora também visitante e viajante das galáxias, quiçá residente, manipulando a vida, criando e mantendo seres artificialmente.

Recentemente a ciência vem-se esforçando por tornar “artificial” a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da

natureza. O mesmo desejo de fugir da prisão terrena manifesta-se na tentativa de criar a vida numa proveta, no desejo de misturar, “sob o microscópio, o plasma seminal congelado de pessoas comprovadamente capazes a fim de produzir seres humanos superiores” e “alterar (lhes) o tamanho, a forma e a função”; e talvez o desejo de fugir à condição humana esteja presente na esperança de prolongar a duração da vida humana para além do limite dos cem anos. (ARENDDT, 2005, p. 10).

O homem rompeu a barreira imposta pelo divino, conquistou terras muito além das profetizadas. Pretensiosamente, desvendou os mistérios das Santas Escrituras: revelando-as *não tão santas*. Tornou mais mortais e humanos os prodígios divinos: descobriu-os *não tão divinos*.

Ledo engano. Com o passar dos tempos, o homem vê-se mais confuso diante de suas conquistas e descobertas, mais afoito por respostas e mais infeliz pelo vazio encontrado no silêncio do espaço – seja fora da proteção da *Mãe Terra*, seja dentro de seu coração.

A vida está dentro das potencialidades da matéria do universo que se revela, então, verdadeiramente o que sua etimologia sugere: a mãe (*mater* = mãe = matéria) de todas as coisas, da massa, da energia, da informação-comunicação, da vida. A matéria é algo também espiritual, sutil, misterioso, merecedor do fascínio e da contemplação dos místicos, como os salmistas, S. Francisco ou Teilhard de Chardin dentro de nossa tradição cultural. (BOFF, 1994, p. 36).

A maternidade foi posta em xeque: renegou-se o vínculo com a divindade terrena, com o solo fértil manifestado na abundância dos frutos, com as águas cristalinas que banham e sustentam a vida, com o ar puro que garante a sobrevivência.

Devem a emancipação e a secularização da era moderna, que tiveram início com um afastamento, não necessariamente de Deus, mas de um deus que era o Pai dos Homens no céu, terminar com um repúdio ainda mais funesto de uma terra que era a Mãe de todos os seres vivos sob o firmamento? (ARENDDT, 2005, p. 10).

Ainda que contestável a paternidade – revelada pelas diversas religiões, seitas, manifestações de religiosidade ou pela falta destas –, a maternidade e a entrega incondicional da *Mãe Terra* por seus filhos constituem-se em fato.

O ser humano precisa do contacto direto e imediato com o real complexo, contraditório, obscuro, luminoso e desafiador. Ele precisa ser o que a seta da evolução o destinou a ser: um ser co-criador, co-piloto da natureza, jamais acima dela mas sempre com ela, pois ele é parte e parcela da terra, um ser ético que se co-responsabiliza pelo seu mundo. (BOFF, 1994, p. 30).

O *inaceitável* é aceito, o impossível acontece, o certo é trocado pelo duvidoso: o homem revela-se *órfão* por opção.

A natureza é violada na medida em que é manipulada à exaustão na busca pela redefinição de sua essência. Reorganizar os seus átomos, realinhar o seu DNA, reagrupar os seus códigos, redefinir a sua origem para satisfação dos mais variados desejos do humano.

Há um vínculo, a dinâmica do universo, que perpassa tudo, tudo unifica e diversifica para elevar a patamares mais altos de convergência. Tal verificação propiciou a formulação da hipótese de Gaia, feita pelo cientista inglês James E. Lovelock. Segundo esta hipótese, Gaia (o nome mitológico dos gregos para a Terra), a Terra seria um superorganismo vivo cujo equilíbrio dinâmico mantém todos os elementos físicos, químicos e energéticos dosados de tal forma que garantem a vida e sua evolução. Assim como as células são parte dos órgãos e os órgãos parte de um corpo, de forma semelhante os seres vivos são parte de um ecossistema que por sua vez é parte do sistema-Terra que, por fim, é parte do sistema-cosmos. Todos eles agem e interagem sincronicamente para garantir o equilíbrio dinâmico (que inclui desordem-ordem-organização-interação-organização e permite a vida). (BOFF, 1994, p. 42).

Gaia pede socorro: enchentes periódicas, furacões constantes, doenças raras ou já extintas, extermínio, extinção, fogo, lava, gelo, degelo, fumaça, depressão. As estações do ano já não se definem: calor intenso no inverno, gelo e neve no verão, flores que desabrocham no outono por confundi-lo com a primavera.

As espécies animais têm seus ciclos de reprodução e desenvolvimento alterados, o que compromete a sua perpetuação. Um exemplo disso e resultado do aquecimento das geleiras do Sul do mundo são os pingüins da espécie imperador, na Patagônia, que precisam nadar muito mais em busca de comida em virtude de as placas de gelo estarem derretendo com rapidez assustadora, distanciando os cardumes de peixes (DISCOVERY, 2008). Dessa forma, essas aves ficam mais tempo no mar, retardando a sua volta para alimentar os filhotes (muitos acabam não

resistindo) e liberar o parceiro para a mesma jornada, que, por sua vez, será mais longa.

A cadeia natural de equilíbrio está sendo alarmantemente ameaçada. Como exemplo, as periódicas correntes marinhas que trazem os nutrientes para diversas espécies de seres têm sua direção e temperatura também modificadas, o que interfere em toda a cadeia alimentar e diminui a diversidade da fauna e da flora marinhas.

As populações costeiras que dependem dos produtos do mar acabam alterando o seu ciclo produtivo porque o mar já não lhes oferece alimento suficiente. Assim, migram para as cidades e engrossam a horda de desempregados ou subempregados. O ciclo de conseqüências se agrava.

Analogamente, as grandes empresas de exploração pesqueira, em decorrência da caça predatória e ilegal, varrem verdadeiramente o solo marinho, condenando à diminuição e ao desaparecimento diversas espécies ao utilizarem equipamentos proibidos e técnicas irresponsáveis, frise-se, em nome de um maior lucro.

Os últimos anos viram surgir dois dados que revelam o patamar avançado da mundialização, o perigo nuclear e o alerta ecológico. Pela primeira vez na história da hominização, o ser humano inventou uma máquina de destruição e de morte que pode destruir várias vezes a humanidade e ameaça toda a biosfera; são as armas nucleares e químicas projetadas pelas potências militaristas como os EUA e a Rússia. O alerta ecológico foi lançado em 1972 pelo Clube de Roma, no qual, na essência, se confessava: o tipo de desenvolvimento técnico-industrial tanto nos países da área capitalista quanto do campo socialista implica uma sistemática agressão à natureza, um paulatino esgotamento dos recursos não-renováveis e uma degradação crescente da qualidade de vida. O efeito estufa e o buraco de ozônio podem produzir malefícios irreparáveis para a biosfera. A morte mostra agora a máscara do biocídio (morte da vida), do ecocídio (morte dos ecossistemas) e do geocídio (morte da Terra). (BOFF, 1994, p. 38-39).

Tais modificações e alterações, acontecidas em períodos relativamente pequenos em relação ao ciclo natural da Terra, têm sido consideradas relevantes também no que diz respeito aos ventos, à qualidade do ar, à água, à quantidade de chuvas e estiagens, enfim, a alterações significantes, as quais estão apontando para um estado de vigília e de alerta permanentes.

Destarte, os recursos naturais não só estão sendo levados à sua capacidade extrema de exploração como estão sendo alterados e modificados em busca de maior produtividade, menos custos, mais lucros e menos responsabilidades com as conseqüências éticas, sociais e naturais geradas.

O esgotamento e a alteração provocados no meio ambiente há anos são denunciados por organismos de proteção e defesa das espécies da fauna e da flora, mas somente com a escassez dessas reservas naturais de exploração e lucro é que os governos começam a perceber a gravidade dos fatos e a emergência nas medidas de contenção e resgate do meio ambiente.

[...] tem sido óbvio há séculos que o capitalismo ruma para a autodestruição; isto é inerente à lógica do sistema – porque, na medida em que um sistema é capitalista, isto significa maximizar o lucro a curto prazo e não se preocupar com os efeitos a longo prazo. Na verdade, o lema do capitalismo era “vícios particulares, benefícios públicos” – de algum modo, vai dar certo. Bem, não deu certo e nunca vai dar certo; se você maximiza os lucros a curto prazo, sem preocupação com os efeitos a longo prazo, vai destruir o meio ambiente, em primeiro lugar. Isto é, pode-se, até um certo ponto, fazer de conta que o mundo tem recursos infinitos, que é um saco sem fundo – mas em certo ponto vai-se cair na real, ou seja, que isso não é verdade. Bem, estamos caindo agora nessa real – e ela é muito profunda. [...] mas tenham em mente com o que estamos lidando: o efeito previsível de um aumento na temperatura da Terra, devido ao efeito estufa, será o de subir o nível dos oceanos, e se o nível dos oceanos começar a subir alguns metros, não se pode afirmar que a civilização humana conseguirá sobreviver. (CHOMSKY, 2005, p. 422-423).

Com as previsões alarmantes sobre o futuro do Planeta, novas demandas surgirão pelo domínio de recursos ainda mais disputados pela escassez e pelas guerras por novas terras a serem conquistadas em nome da sobrevivência, gerando mais e mais conflitos e desesperança.

É mais uma das faces da perversão imposta pelo modo de vida capitalista, que incentiva o consumo irresponsável e sem limites, degradando o meio ambiente, exaurindo os recursos naturais e, por conseqüência, desprezando a *Mãe Terra*, que dá sinais de cansaço na luta por sua sobrevivência.

1.3 A Globalização hegemônica

Apresentado como *solução* para a *crise* então existente, o capitalismo introduziu medidas que, entre outros objetivos, buscaram diminuir os investimentos e as intervenções sociais e econômicas executadas pelo Estado, trazendo como consequência a contenção dos gastos com o prometido e não cumprido *Estado de bem-estar social*, proclamando a valorização da livre iniciativa, priorizando a liberdade e o *desenvolvimento do Mercado*.

Apregou, ainda, a redução dos impostos dos investidores, a restauração das taxas de desemprego e das desigualdades – necessárias para a manutenção e o equilíbrio do sistema então proposto.

A Globalização consolidou-se na Inglaterra de Margareth Thatcher – num modelo mais *rígido* com a elevação das taxas de juros, a criação de desemprego massivo, o enfretamento de greves, a imposição de uma legislação anti-sindical, etc. – e nos Estados Unidos de Ronald Reagan, adotando-se um modelo de investimentos nos esforços de guerra (anos 1980, na guerra do Afeganistão).

Já o modelo implementado na Europa primou pela disciplina orçamentária, pelas reformas fiscais e pelos cortes nos gastos sociais.

Em suma, a Globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações suscetíveis de serem objeto de propriedade intelectual (Robinson, 1995:373); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio. Dado o caráter geral deste consenso, as receitas em que ele se traduziu foram aplicadas, ora com extremo rigor (o que designo por modo da jaula de ferro), ora com alguma flexibilidade (o modo da jaula de borracha). Por exemplo, os países asiáticos evitaram durante muito tempo aplicar integralmente as receitas e alguns deles, como, por exemplo, a Índia e a Malásia, conseguiram até hoje aplicá-las apenas selectivamente. (SANTOS, 2001, p. 18).

Desta feita, a Globalização (ainda dita *Globalização hegemônica* ou *Globalização econômica*), conceituada como o fenômeno da expansão além das fronteiras de um modo de vida hegemônico, apresenta várias faces que são determinadas pelas regras impostas pela dimensão econômica, sem, no entanto, ser-lhe menos importante.

As interações econômicas, sociais, políticas e culturais intensificaram-se extraordinariamente nas três últimas décadas, um fenômeno que ficou conhecido pelo nome genérico de Globalização. Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da Globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. (SANTOS, 2001, p. 18).

Destarte, a forte tendência a reduzir a Globalização a uma ocorrência linear e pacífica esconde os conflitos e as contradições encerrados no processo:

A Globalização, longe de ser consensual, é [...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros, é esse consenso que não só confere à Globalização as suas características dominantes, como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas. [...]. (SANTOS, 2001, p. 21).

Assim, pressupõe a concordância em alguns aspectos e dimensões que possam legitimar a forma de expansão da ideologia e da política que se pretendem dominantes, apresentando uma *cartilha* a ser seguida.

Este Consenso é conhecido por “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington” por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Nem todas as dimensões da Globalização estão escritas do mesmo modo neste consenso, mas todas são afetadas pelo seu impacto. (SANTOS, 2001, p. 32).

A vertente e a base ideológica do capitalismo – o neoliberalismo – doutrinararam o Leste Europeu (após a queda do bloco soviético), a América do Sul e a Ásia (tigres asiáticos), revelando um espaço contingente para a introdução e a

expansão do *Mercado*, o novo Leviatã, bem como caracterizou as diferenças e as desigualdades globais e locais, numa rede mundial.

Como assinala Santos (2001), as últimas décadas têm demonstrado a intensidade dos processos de Globalização em suas várias dimensões e relações complexas.

Uma revisão dos estudos sobre os processos de Globalização mostra-nos que estamos perante um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Por esta razão, as explicações monocausais e interpretações monolíticas deste fenómeno parecem pouco adequadas. Acresce que a Globalização das últimas três décadas, em vez de se encaixar no padrão moderno ocidental de Globalização – Globalização como homogeneização e uniformização – sustentado tanto por Leibniz como por Marx, tanto pelas teorias da modernização como pelas teorias do desenvolvimento dependente, parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo por outro. [...]. (SANTOS, 2001, p. 32.).

Demonstram, também, o aumento das desigualdades entre o *Norte* e o *Sul* – *países centrais e países periféricos*, assim conceituados pelo autor:

Os países centrais, que presidem à Globalização hegemônica, são os que têm dela tirado mais vantagens, maximizando as oportunidades que ela cria e transferindo para outros países menos desenvolvidos os custos sociais e outros que ela também produz. Ser hoje um país central significa precisamente ter a capacidade para maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes da Globalização hegemônica. Pelo contrário, os países periféricos sofrem, em geral, mas duas últimas décadas uma degradação da sua posição no sistema mundial, de par com a degradação dos seus já muito baixos padrões de vida. E isto ocorreu porque, precisamente, ao contrário dos países centrais, foram forçados a arcar com os custos da Globalização hegemônica sem terem capacidade para usar as oportunidades por ela criadas. Ser um país periférico significa hoje em dia isto mesmo. (SANTOS, 2001, p. 20).

No entanto, o agravamento dos problemas gerados pelo capital especulativo provocou a mobilização dos movimentos sindicais e a reação social transnacional ante a dimensão mundial atingida, apresentando então um aspecto *contra-hegemônico*, positivo para uma *cidadania globalizada* em construção.

Os problemas enfrentados pelas populações nos diversos países vêm se agravando em decorrência das políticas adotadas em nível mundial, tais como ajuste fiscal, privatização, dívida pública, comércio exterior. Os cidadãos defrontam-se com realidades que desafiam sua capacidade de indignar-se e de intervir para reconquistar direitos que vão sendo eliminados por políticas que tendem às diretrizes globalizadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico cria oportunidades de maior contato com problemas de outros povos e suas formas de reagir. Muitas ações empreendidas pelos cidadãos e suas organizações no plano nacional recebem apoio, orientação e recursos de outras internacionais. (TEIXEIRA, 2002, p. 54).

Assim, a Globalização apresenta-se como um fenômeno contraditório quando, pelas imposições e pelas regras impostas aos Estados e países periféricos e semiperiféricos, provoca um *contradiscorso*, *uma contracultura* capaz de mobilizar as populações *locais de forma global* – unindo-as pelas semelhanças das demandas e pelos problemas surgidos na busca por soluções para a exterminação das experiências comunitárias e resistindo de forma solidária e criativa.

CAPÍTULO 2 – ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO

Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel, acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

Gramsci

Entende-se por *espaço público*, no presente contexto, aquele espaço da *visibilidade* que se opõe às atividades e aos negócios exercidos no *espaço privado*, constituindo local de debates e tomada de decisões sobre os assuntos de interesse da coletividade.

O termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos mas não perfeitamente idênticos, significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. [...] Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. [...] (ARENDR, 2005, p. 60-61).

Na atualidade expõem-se os fatos tidos na vida *privada/doméstica*, que se tornam assuntos de interesse e de debates nacionais, substituindo, mesmo, a discussão e desviando atenções da vida política coletiva.

Destarte, a vida do homem – na esfera *pública* ou *privada* – manifesta-se e é condicionada por vários aspectos, os quais variam de acordo com os períodos históricos, as conquistas científicas e os poderes exercidos.

Durante muito tempo, impunha-se que o sentido da vida não estava limitado à sua *peregrinação* pelo Planeta, e sim a uma *outra vida*, em um plano *divino* e *superior*, que viria para coroar a existência correta neste primeiro plano, tido por muitos como *expiatório*.

A condição para a vida humana na Terra, então, apropria-se das manifestações temporais dos poderes exercidos, exigindo satisfações para as demandas que surgem e para as necessidades que são criadas.

Essas necessidades tanto podem ser reais – referentes às condições impostas para manutenção biológica da vida – quanto satisfatórias para as diversas exigências de conforto e de capricho inseridas pelo *desenvolvimento humano*.

Com o avanço tecnológico e científico e com a conseqüente manipulação dos mais diversos produtos, os homens criam coisas para as suas necessidades e criam necessidades para as diversas coisas criadas, numa constante relação de dependência e condicionamento.

Para alguns indivíduos, a água, os alimentos, os agasalhos nestes nossos tempos não bastam somente para saciar a sede, a fome e proteger a pele do frio: a água precisa ter sabor, cheiro e cor, contrariando a sua própria essência; os alimentos não possuem mais sabor nem nutrientes originais, servem às exigências do agronegócio e reduzem-se nos pratos sofisticados e exclusivos, podendo constituir-se tanto em saúde quanto em doença. O agasalho não serve somente para *agasalhar*: precisa estar na *moda atual da estação*, enunciando a inserção do sujeito no mundo *visível*.

Assim, o que era exigência básica para a manutenção da vida passa a ratificar *status* dentro de uma sociedade de consumo de fugacidades.

A condição do homem, então, modifica-se de acordo com as exigências de comportamento, moda e culinária, evidenciando-se em nosso século o extremo contraste entre os que não suprimam as suas necessidades biológicas de sobrevivência e os que, por estarem bem alimentados e agasalhados (ou não), buscam respostas ilusórias para as suas vidas *cheias de tudo e vazias de significado*.

Diante dessa realidade, o espaço público de debates, discurso, argumentação e ação, típico do *homem político*, vê-se relegado ao espaço institucional de manobras e conveniências particulares: palco de exposição de tragédias e comédias pessoais, transmitidas via satélite em rede nacional, tão expressivas como um folhetim barato, tão permanentes e relevantes quanto revistas semanais, com o agravante de serem patrocinadas pela coletividade.

Desta feita, a influência negativa que tal realidade transmite traz a repulsa e a negação, provocando o esvaziamento da participação cidadã, que se limita, então, à troca periódica de favores e favorecimentos no período eleitoral.

O homem, no liberalismo, é aquele indivíduo atomizado, que deve exercer seus direitos (direito à vida, à liberdade, à propriedade, etc.) individualmente no espaço privado da vida: a sociedade civil. O cidadão, o status de cidadania, vincula o homem ao espaço público. O homem, transformado periodicamente em cidadão, transforma-se em fonte e objeto último do Estado de Direito, através de cujo status registra sua presença no espaço público – ao mesmo tempo em que o legitima – para, em seguida, despindo-se do status, retornar à condição de homem, restrito ao espaço privado e à domesticidade da vida. (ANDRADE, 2003, p. 68).

Assim, os fenômenos atuais de *publicização do particular* – exposição de fatos da vida privada em rede nacional de televisão, mobilizando e desviando atenções – e *particularização do público* – utilização do espaço e dos recursos públicos para fins e interesses particulares – imprimem o signo da influência do *Mercado* e do *consumo*, subvertendo valores, valorizando fugacidades e agravando o distanciamento do indivíduo da sua condição de cidadão, consciente e partícipe na tomada de decisões.

Compreender as modificações da condição humana e os interesses que se escondem por trás das benesses do Mercado global, no mundo atual, comporta um conhecimento de nossas limitações e expectativas, escolhas e influências, importando a (re)construção da sociedade, tanto quanto a (re)descoberta dos valores que nos movem: a permanência do mundo e a preservação do que realmente importa, o desafio de nos mantermos humanos.

De outra sorte, a transformação das condições atuais passa obrigatoriamente pelo conhecimento e pela compreensão dos discursos historicamente proferidos, das ações empreendidas e das respostas obtidas na busca pela definição necessária para superar as perplexidades contemporâneas e o aprimoramento da vida coletiva e individual.

2.1 O homem: sujeito de ação

O nascimento faz o homem surgir para o mundo. O nascimento e a acolhida no mundo privado de uma família fazem com que ele seja parte de uma comunidade fraterna com a qual aprenderá as suas primeiras lições de convívio social: conquistas, perdas, frustrações, vitórias, derrotas, avanços e retrocessos.

A inserção do homem no espaço público é efetivada pelas figuras coercitivas do Estado e do Direito, manifestadas por meio de registros, números, cadastros, filiações, alistamentos, protocolos e exames que o acompanharão durante a sua existência.

Os deveres já lhe são opostos, não existindo opção de *abdicar* do *contrato social* ou de *impugnar qualquer cláusula* que não esteja a contento, constituindo-se o Estado em *selecionador/etiquetador oficial de cidadãos*, ampliando a sua atuação coercitiva sobre uns enquanto se exime de satisfações e garantias sociais.

De fato, o Estado e o Direito só estão a se tornar mínimos no campo social (Direito do Trabalho, Previdenciário), que é precisamente o campo vital, o campo mais nobre para a construção da cidadania, do qual se retiram com a mesma selvageria que colonizam e se expandem pelo campo penal (administrativo, tributário), de modo que a caricatura do Estado mínimo equivale a sistema penal máximo x cidadania mínima para alguns. Ao Estado neoliberal mínimo no campo social e da cidadania passa a corresponder um Estado máximo, onipresente e espetacular, no campo penal. Os déficits de dívida social e cidadania são ampla e verticalmente compensados com excessos de criminalização; os déficit de terra, moradias, estradas, ruas, empregos, escolas, creches e hospitais, com a multiplicação de prisões, a instrumentalidade da Constituição, das Leis e direitos sociais, pelo simbolismo da Lei penal, a potencialização da cidadania pela vulnerabilidade à criminalização. (ANDRADE, 2003, p. 26).

Assim, o homem é *coercitivamente convidado* a assumir a sua condição de *cidadão negativo* – devedor de obrigações e submissão ao monopólio estatal – sob pena de marginalização de sua existência, constituindo-se, para muitos, como a única experiência possível dentro do espaço da vida pública institucionalizada.

A cidadania, então, responsabiliza-se pela *mediação* entre o Estado e a sociedade, numa constante afirmação de sua importância na transformação dos papéis historicamente inseridos entre o *discurso da igualdade formal* – proclamada e operacionalizada pelo Direito – e a *desigualdade material*, percebida nas relações e nas tensões sociais.

Trata-se, figurativamente, de um *Contrato de Adesão com cláusulas leoninas*: as obrigações são certas; os direitos, relativos: obrigações certas porque são impostas ao mais fraco, direitos relativos porque são reservados a poucos.

Dois terços da humanidade estão fora desta nova sociedade. Suas necessidades fundamentais estão ligadas à sobrevivência e ao trabalho do dia-a-dia. Precisa de ciência clássica e de técnica tradicional para garantir uma infra-estrutura higiênica mínima no bairro, com esgoto, serviço de água e gás, com transporte, escola, moradia, posto de saúde, segurança e espaço de lazer. A modernidade significa introdução do progresso necessário para a dignidade mínima da vida. Mas são majorias subalternizadas pelas elites nacionais mundializadas que se articulam já com o novo paradigma civilizacional. (BOFF, 1994, p. 23).

E nessa batalha por espaços e palcos para o *mundo visível*, a muitos são atribuídos os papéis de *Laboradores*, a outros os de *Trabalhadores* e a poucos privilegiados o palco e as luzes da *Ação*.

Destarte, a capacidade de interferência nas decisões que afetarão a vida em sociedade passa, obrigatoriamente, pela superação das imposições do *Labor* e do *Trabalho*.

Pois, como exigir conduta ética, pensamento crítico, manifestação de opiniões e liberdade nas escolhas de um indivíduo que, por sua *fome de pão* e pela própria necessidade natural e irremediável de sobrevivência, está exposto a toda forma de manipulação e subjugo?

O homem que sujeita o seu mundo e os seus semelhantes à sua *Ação* é o ser político por excelência, minimamente alimentado em suas necessidades e em seus direitos mais básicos.

A *Ação* que liberta também aprisiona. A prisão é imposta aos que estão sujeitos ao *discurso* e à *ação* e aos que têm a sua capacidade crítica limitada, seja pela fome, seja pelo analfabetismo ou pelo poderio econômico que deturpa as razões das políticas institucionais e partidárias, seja pela corrupção epidêmica, seja pela omissão voluntária ou pela ganância, ou ainda por interesses menos nobres.

De uma forma ou de outra, o princípio de liberdade é condicionado, sujeitando o indivíduo, voluntária ou involuntariamente, ao homem que por ele agirá.

De outra sorte, a *Ação liberta* quando é praticada em prol da coletividade, respeitando a pluralidade de pensamentos, a diversidade de opiniões democraticamente debatidas, determinando com alteridade e responsabilidade os melhores caminhos para si, para os outros – aqui incluídas as demais espécies viventes – e para o ambiente que cerca o homem.

O *conhecimento* traz responsabilidade: quanto mais consciente de sua condição de *Homem de Ação*, mais comprometido está o indivíduo com a promoção

dos demais membros de sua comunidade – *aos homens do Labor e do Trabalho* – que ainda não possuem a capacidade de argumentar e fazer defesa de seu discurso.

Um certo pós-modernismo míope, ao proclamar pseudo-radicalmente o fim da política, não faz mais do que levar a termo processo de despoliticização posto em curso pela modernidade ocidental. O conhecimento-emancipação visa, pelo contrário, uma repolitização global da vida coletiva, assente em duas idéias fundamentais. Em primeiro lugar, a idéia de que a hiperpoliticização do Estado, operada pela modernidade, é o outro lado da despoliticização da chamada sociedade civil. Confinado a um sector específico da ação social – a esfera pública –, o ideal democrático da política moderna foi neutralizado ou drasticamente limitado no seu potencial emancipatório. Em segundo lugar, a liberdade não é um bem natural da humanidade que tenha de ser defendida da política, como a teoria política liberal preconiza. Pelo contrário, quanto mais vasto for o domínio da política, maior será a liberdade. O fim da política significará sempre, duma forma ou doutra, o fim da liberdade. (SANTOS, 2007, p. 113).

Proporcionalmente, quanto mais negligente, omissivo ou desleal com a condição privilegiada que possui, mais responsável também o homem se torna pelas injustiças e pelas distorções no exercício da cidadania coletiva.

Consciência crítica e *Ação* legítima – condutas próprias do cidadão por excelência – pressupõem responsabilidade e comprometimento, sob pena de constituírem-se em mero discurso/retórica ou conveniente manobra política.

2.1.1 O discurso, a retórica – o homem como ser político

Com o discurso, o homem apresenta-se ao mundo visível: arena de aparições, encontros e discussões, momento do confronto dos argumentos, tomada de posições e ocupação dos espaços.

Diferentes dos bens de consumo e dos objetos de uso são, finalmente, os “produtos” da ação e do discurso que, juntos, constituem a textura das relações e dos negócios humanos. Por si mesmo, são não apenas destituídos da tangibilidade das outras coisas mas ainda menos duráveis e mais frágeis que o que produzimos para o consumo. Sua realidade depende inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, cuja existência possamos atestar. Agir e

falar são ainda manifestações externas da vida humana. [...] (ARENDDT, 2005, p. 106).

O discurso – a retórica – enuncia a *Ação*, que move e condiciona as manifestações políticas e sociais. O discurso convence e agrega valorização e comprometimento ao que é exposto e reconhecido como relevante à comunidade.

Quando o discurso perde a sua força criadora e se manifesta a serviço de conveniências pontuais, esgota o seu potencial transformador, diluindo-se em mera falácia, perdendo o sentido assim que atinge o fim específico.

Na era vitoriana, era proibido fazer menção às calças na presença de uma senhorita. Hoje em dia, não fica bem dizer certas coisas perante a opinião pública: o capitalismo exhibe o nome artístico de economia de Mercado; o imperialismo se chama Globalização; as vítimas do imperialismo se chamam países em via de desenvolvimento, que é como chamar meninos aos anões; o oportunismo se chama pragmatismo; a traição se chama realismo; os pobres se chamam carentes, ou carenciados, ou pessoas de escassos recursos; a expulsão dos meninos pobres do sistema educativo é conhecida pelo nome de deserção escolar; o direito do patrão de despedir o trabalhador sem indenização nem explicação se chama flexibilização do Mercado de trabalho; a linguagem oficial reconhece os direitos das mulheres entre os direitos das minorias, como se a metade masculina da humanidade fosse a maioria; em lugar de ditadura militar, diz-se processo; as torturas são chamadas constrangimentos ilegais [...] (GALEANO, 2005, p. 41).

Em nossa democracia liberal manifestadamente partidária, a instituição do *Discurso* é praticada diariamente. As tribunas, que na Antiguidade constituíam-se em locais de defesa e guarda do interesse coletivo, agora são ocupadas para discursos inflamados por interesses de facções, bancadas e grupos específicos, facilmente modificados e periodicamente negociados.

O discurso já não encerra ideais autênticos, ainda que antagônicos, já não comporta comprometimento ou revela as intenções de seu enunciador. Muito pelo contrário: o discurso se apresenta como arma poderosa de convencimento e mediação, prestando-se a meias-verdades convenientemente utilizadas.

Mas, existe uma palavra. Examinem qualquer outro termo do discurso político e vão descobrir a mesma coisa: os termos do discurso político são planejados para impedir o pensamento. Um dos principais é a noção de

defesa. Examinem, portanto, o registro diplomático de qualquer país que quiserem – Alemanha nazista, União Soviética, Líbia, escolham sua história de terror preferida –, vão descobrir que tudo que eles um dia fizeram foi “defensivo”; tenho certeza de que, se tivéssemos registros de Gengis Khan, descobriríamos que o que ele estava fazendo era “defensivo” também. (CHOMSKY, 2005, p. 66).

O sentido abandona as palavras, os significados não expressam a verdadeira motivação do ato. As palavras são estrategicamente colocadas para dizerem aquilo que não expressam ou para expressarem aquilo que não foi dito.

O *Discurso* presta-se a esconder ou distorcer a realidade, amenizando situações ou agravando outras, gerando pânico ou cautela desnecessária, ou, muito pelo contrário, contornando uma situação que deveria ser de emergência.

No jogo das palavras e da retórica, a vítima pode ser o réu ou o réu pode ser a vítima: escolha o seu *Discurso* e a sua melhor expressão. A dramatização que acompanha o *Discurso* revela muitos talentos.

2.2 O Homem do Trabalho

2.2.1 Da era industrial à tecnológica

As condições e exigências trazidas com as revoluções do processo de produção introduziram nova realidade e dimensão às relações existentes até então entre o trabalho e a atividade.

Observamos com a chegada da era industrial uma (r)evolução cultural de poder mundial expressa por suas máquinas e pela exploração do trabalho, interferindo nas condições de vida e nas relações sociais.

Até hoje toda a produção e grande parte da cultura estava baseada no trabalho humano. As constituições das nações enfatizam a centralidade do trabalho. [...] O trabalho emergia assim tanto para o capitalismo quanto para o socialismo, como o construtor do mundo e da cultura, como um direito humano fundamental, como a forma mediante a qual o ser humano constrói a si mesmo como criador. O desemprego, na sociedade clássica, significava um disfuncionamento passageiro. O ideal visado pela sociedade era criar o pleno emprego para todos. (BOFF, 1994, p. 13).

A era tecnológica e a manipulação de informação comportam atualmente a transformação de matérias em proporções e dimensões inimagináveis em décadas passadas.

O imenso salto, acontecido com o domínio e a exploração de outras áreas do conhecimento, impôs uma nova revolução dos processos produtivos e uma conseqüente transformação das relações e dos valores sociais antes existentes.

Essa nova realidade introduziu um novo alfabeto, o da informática. Tornou a realidade mais invisível e miniaturizada. [...] O efeito desta mutação tecnológica sobre as relações sociais de trabalho são diretas: dispensação continuada e irrecuperável da força de trabalho e exclusão crescente da participação humana no processo de produção. (BOFF, 1994, p. 12).

Atualmente, para ser reconhecido e participar da arena do mundo visível, o trabalhador não precisa necessariamente ser um trabalhador, no sentido histórico de exercício de atividade braçal ou intelectual: muito pelo contrário, as atividades mais valorizadas e cobiçadas na contemporaneidade têm relação com a exposição e a venda da imagem.

Estamos, portanto, diante de uma nova natureza do desenvolvimento técnico, originando uma nova natureza da relação social. A base não é mais o trabalho, mas a comunicação e a informatização. Outro elemento compõe a nova civilização, a imagem, fruto da informatização. Observador atento das mudanças mundiais, o teólogo da libertação, vivendo no Brasil, José Comblin, escreveu com acerto: "Na atualidade está se formando outra concepção da vida: o papel da pessoa na sociedade, ou melhor dito, no espetáculo da sociedade, é mais importante do que o trabalho.' Por isso as atividades sociais, de representação, de diversão, de espetáculo são as mais importantes. (BOFF, 1994, p. 15-16).

Precisa aparecer, mesmo que seja para *dizer ou fazer nada*, e *fazer o nada sem vestir nada* é o mais apropriado para a ascensão no mundo visível das *celebridades instantâneas da última semana*.

De uma era de *plena atividade* para uma era de *plena exposição*, em que as pessoas querem ser o que a imagem é (ou parece ser): bem-sucedidas, bem-vestidas, bem-penteadas, bem-alimentadas, com dinheiro, carros, festas. E com

essa *identificação*, as pessoas constroem os seus sonhos e seus projetos de vida sobre o terreno pantanoso do efêmero e do ilusório.

A natureza do consumo metamorfoseia-se. Para além de que alguns objectos de consumo não têm qualquer existência material (as imagens digitais, por exemplo), a retracção da produção em massa e a sua gradual substituição pela clientelização e personalização dos objetos transforma estes em características da personalidade de quem os usa e, nessa medida. Os objectos transitam da esfera do ter para a esfera do ser. O novo subjetivismo é objectístico e o culto dos objectos é o *ersatz* da intersubjectividade. Estas transformações são de tal modo profundas e arquetípicas que, para dar adequadamente conta delas, é necessário proceder a transformações também profundas e arquetípicas na teoria sociológica. [...] Nesta nova configuração simbólica, a hipertrofia do princípio do Mercado assinala um novo desequilíbrio entre regulação e emancipação. Desta vez, o excesso de regulação reside em que subjetividade sem cidadania conduz ao narcisismo e ao autismo. (SANTOS, 2003, p. 255-256).

A era da *imagem* (e ação) cria, então, o mundo paralelo que todos querem habitar desde criancinhas, pois é o mundo ideal, perfeito, de novela, de cinema, como se costuma afirmar, vide *Second Life* (jogo eletrônico em que os participantes escolhem a vida virtual paralela que *viverão*). É o mundo do espetáculo e do entretenimento, que desvia a atenção e alivia as *dores* do mundo real.

Imagem é tudo, já se ouvia num comercial de TV. A maioria das crianças (e também seus pais) e dos adolescentes, contando-se ainda com alguns adultos insistentes, concentram os seus esforços para serem modelo/cantora/atriz e aparecer na TV; mas o Mercado está inflacionado, as chances são escassas ou falta o talento (nem sempre imprescindível).

Os produtos usados e anunciados (anúncios muito bem-pagos) pelas *celebridades* passam a ser os produtos cobiçados pelos mortais telespectadores na esperança de *ser ou de ter* um pouco do que admiram em seus ídolos. Ídolos feitos de *pó-de-arroz* e *laquê*, que se desfazem no primeiro contato com a brisa e com a garoa, no primeiro contato com o *mundo real*. Ídolos forjados no oportunismo de *reality shows* (juram que o *Grande Irmão* é o Pedro Bial, referência à obra *1984*, de *George Orwell*), em escândalos políticos, com ascensão meteórica por meio das aparições em programas e revistas sensacionalistas, revezando-se em *quinze minutos de fama*.

E o *Mercado* capitalista está atento ao apelo existente nessa relação platônica, de dependência e alienação: estuda o seu público, orienta as suas ações, aplica as suas estratégias.

Na era cibernética, quando o direito à cidadania se fundamenta no dever do consumo, as grandes empresas espiam os consumidores e os bombardeiam com sua publicidade. Os computadores oferecem uma radiografia de cada cidadão. Pode-se saber quais são seus hábitos, seus gostos, seus gastos, através do uso que cada cidadão faz dos cartões de crédito, dos caixas automáticos e dos correios eletrônicos. De fato, assim ocorre cada vez mais nos países desenvolvidos, onde a manipulação do universo on-line está violando impunemente a vida privada para colocá-la a serviço do Mercado. (GALEANO, 2005, p. 274).

E nem mesmo as crianças estão a salvo da estratégia do *Mercado*; são expostas à mídia e ao *marketing* ostensivos por toda a parte, e seu comportamento é estudado exaustivamente por psicólogos, terapeutas, educadores e por uma infinidade de profissionais aptos a desvendar os mistérios e os desejos da mente infantil.

O que acontece com os milhões e milhões de meninos latino-americanos que serão jovens condenados ao desemprego ou aos salários de fome? A publicidade estimula a demanda ou, antes, promove a violência? A televisão oferece o serviço completo: não só ensina a confundir qualidade de vida com quantidade de coisas, como, além disso, oferece diariamente cursos audiovisuais de violência, que os videogames complementam. O crime é o espetáculo de maior sucesso na telinha. (GALEANO, 2005, p. 26).

Descobriu-se o *nicho Mercadológico* existente entre uma mamadeira e outra; as crianças são manipuladas para atingir o bolso de *pais e mães zelosos* com o desenvolvimento de seus rebentos. Assim, começam cedo as suas incursões aos *shoppings*, desfiles, salões de beleza, constituindo uma horda bastante promissora de *consumidores de coisas*.

2.2.1.1 A supervalorização do produto

A condição imposta pelo modo de vida hegemônico massifica a diversidade cultural, desvirtua a dignidade do homem, expõe o meio ambiente a agressões, condena as peculiaridades e as alternativas locais, gerando exclusão e possível criminalidade.

A sociedade de consumo é uma arapuca para bobos. Os que puxam os cordéis fingem ignorar, mas qualquer um que tenha olhos pode ver que a grande maioria das pessoas consome necessariamente pouco, pouquinho ou nada, para que se garanta a existência da pouca natureza que nos resta. A injustiça social não é um erro a corrigir, um defeito a superar: é uma necessidade essencial. Não há natureza capaz de alimentar um *shopping center* do tamanho do planeta. (GALEANO, 2005, p. 276).

O fenômeno observado exterioriza-se seja pela supervalorização do *Mercado* – publicidade, *marketing*, Globalização de conceitos estéticos, marcas, estilos, costumes – explosão de uma cultura de massificação; seja pela redução, seja pelo esvaziamento dos espaços públicos de discussão e de criação de alternativas locais, contemplando a ilusão de uma cidadania consumidora mundial.

A perspectiva de luta por ampliação e influência na tomada de decisões na esfera política de debates – típico dos movimentos de *emancipação* – está sendo negligenciada pelo forte apelo da polarização do mundo em *Norte* – *países centrais*, grandes potências econômicas e financeiras, que ditam as regras do modo de vida capitalista – e *Sul* – *periferia*, campo de pesquisas e experimentos que *mimetiza* os valores globalizados.

A implementação de políticas locais é subjugada por interesses de organismos de poder planetário, que expõem o seu patrimônio natural e humano às mais precárias situações de exploração e desrespeito, tanto físico quanto moral.

[...] Se para alguns ela [Globalização] continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema, já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados. (SANTOS, 2001, p. 59.).

O retrocesso na plataforma de valores de luta e conquista de espaço coletivo está afetando a própria garantia à vida e a um ambiente saudáveis, chegando a níveis extremos de degradação, indignidade e morte.

Os presidentes dos países do sul que prometem o ingresso no Primeiro Mundo – um passe de mágica que nos transformará em prósperos membros do reino do esbanjamento – deveriam ser processados por fraude e por apologia do crime. Por fraude porque prometem o impossível. Se todos consumíssemos como consomem os espremedores do mundo, ficaríamos sem mundo. E por apologia do crime: este modelo de vida que nos é oferecido como um grande orgasmo da vida, estes delírios de consumo que dizem ser a chave da felicidade, estão adoecendo nosso corpo, envenenando nossa alma e nos deixando sem casa: aquela casa que o mundo quis ser quando ainda não era. (GALEANO, 2005, p. 276).

A perversidade do *modo de vida capitalista* (hegemônico) e de seu processo de produção impõe regras de efetiva exclusão de cidadania e de cidadãos, seja pelo desprezo ao excedente humano – fruto da alta tecnologia e de métodos empregados em nome da maior produtividade e do menor custo e responsabilização –, seja pela adoção de medidas e procedimentos que subvertem a ordem de valores, substituindo a dignidade humana por valores econômicos.

Desta feita, para que possa efetivamente ser cidadão e inserir-se no *mundo visível* da sociedade, o indivíduo tem de acessar os bens de consumo. O consumidor substitui o cidadão.

Os sem-teto reivindicavam o direito de consumir. Não queriam ser cidadãos, mas consumidores. Ou melhor, a cidadania que reivindicavam era a do direito ao consumo, era a cidadania pregada pelos novos liberais. Se o direito a comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se vêem diminuídas. (CARVALHO, 2001, p. 228).

Segundo Arendt (2005, p. 108), a supervalorização da vida privada e do consumo traz o signo da efemeridade: “a transformação de todas as coisas em

objeto de consumo põe em risco a objetividade (o caráter de objeto) e durabilidade do mundo”.

Como afirma Boff (1994, p. 68): “Ora, o ser humano não é apenas um ser de necessidades [...]. É fundamentalmente um ser de relações, de solidariedade e de comunhão. Ele pode ter cuidado para com o mundo e ternura com as pessoas humanas”.

Ocorre que, na Globalização da economia e na conseqüente *planetarização* do modo de produção e vida capitalista, o espaço público de debate, típico do desenvolvimento e da atuação do homem social – cidadão, indivíduo *de ação*, está sendo substituído pelos excessos da produção. Isso reduz o cidadão a *animal laborans* – que é facilmente substituído e que labora em condições desumanas –, ou *homo faber* – quando incluído no processo produtivo, numa corrida desenfreada pela criação de novos e efêmeros produtos para consumo, a despeito de qualquer preocupação com a saúde do homem ou do Planeta.

A sociedade de consumo consome fugacidades. Coisas, pessoas: as coisas fabricadas para não durar, morrem pouco depois de nascer; há cada vez mais pessoas condenadas desde que chegam à vida. [...]. Os numerosos ninguéns, os fora de lugar, são ‘economicamente inviáveis’, segundo a linguagem técnica. (GALEANO, 2005, p. 100).

Os excluídos desse processo – que não produzem e/ou não consomem – são relegados à condição de excedentes, contingente sem cidadania, mão-de-obra não qualificada, consumidor sem consumo, que, no entanto, são atingidos por mensagens criadas especialmente pelo Mercado e disseminadas pelo poder da mídia (*marketing* agressivo em televisão, rádio, revistas, publicidade ostensiva e abusiva). Esta massifica conceitos culturais, vendendo sonhos e a ilusão de um cidadão consumidor globalizado, um mundo fictício no qual na realidade a sua passagem é impedida.

A mundialização produz uma grande homogeneização. Pelo mundo todo, os mesmos valores do sistema global, as mesmas tendências culturais, o mesmo estilo de consumo. A virulência do Mercado está destruindo as culturas indefesas. Tudo fica monotonamente igual no centro do Rio, no centro do México, no centro de Praga, igual ao centro de Paris, ao centro de Nova York e ao centro de Berlim [...]. A mundialização transforma tudo num

imenso Big Mac, o mesmo estilo de hotéis, de vestuário, de filmes, de vídeos, de musica, de programas de TV. (BOFF, 1994, p. 65).

Os indivíduos do Sul do mundo têm vergonha de sua origem, cultura, pele e sonoridade; preferem ser confundidos e tratados como cidadãos do *Primeiro Mundo*, buscam a cidadania européia como se fosse o seu berço original, querem respeito e reconhecimento como cidadãos de *Primeiro Mundo*, esquecendo que a sua *terra-mãe* foi violentada e que dessa violação surgiram *órfãos*.

Esse conflito e agressão geram descontentamento, frustração, inversão de valores, possível criminalidade e clientela do *sistema penal formal* – Estado – e *informal* – Sociedade Civil, família, escola, comunidade, etc.

Como assevera Andrade (2003, p. 24):

O que está a acontecer na atual fase do capitalismo globalizado – a Globalização neoliberal – todos sabem: desemprego estrutural, radicalização da pobreza e da exclusão social (ademais do aumento da complexidade dos problemas sociais). E é precisamente porque, em parte os produz, e porque este tem sido o preço da expansão do capital e do Mercado sem fronteiras, que não pode resolvê-los, sequer enfrentá-los diretamente.

Não existem no Mercado globalizado (organismos mundiais), na sociedade capitalista ou nas pretensões desses segmentos ideais de solidariedade, participação ou distribuição de oportunidades e benefícios; existe, sim, a vontade, o projeto do maior lucro com menores custos – mesmo que em detrimento da vida, da saúde e do meio ambiente –, de menos leis e de mais descumprimentos, mais benefícios e menos responsabilidades.

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em Mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento da tecnologia da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão científica em força produtiva, conduziu à espoliação do

chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul. (SANTOS, 2007, p. 56).

Como afirma Galeano (2005, p. 97), “Hoje em dia, a razão de estado é a razão dos Mercados financeiros que dirigem o mundo e que produzem tão-só a especulação”.

Esta lógica perversa resulta de um paradigma de Mercado que reduz as possibilidades de construção de cidadania como espaço de conquista e criação de oportunidades.

Uma nova perspectiva deve ser privilegiada, sob pena de esgotamento dos modos de vida e da superação do humano.

Tematizar a construção de uma nova cidadania implica, nessa esteira, tematizar uma vasta complexidade que inclui temas e problemas estruturais e transversais, antigos e recorrentes, novos e inéditos, de grande envergadura. Implica engajar-se, em definitivo, num esforço transdisciplinar de apreensão da cidadania [...] o desafio da cidadania está, ininterruptamente, posto, para a teoria e a práxis, o conhecimento e a ação, a academia e a rua, conjuntamente. (ANDRADE, 2003, p. 30).

Urge o resgate das alternativas de emancipação da cidadania, seja pelo esgotamento dos recursos naturais, seja pela luta impingida na busca de sobrevivência e realização da espécie que, num mesmo instante, mostra-se vítima e algoz em sua própria história.

Urge a tomada de um novo rumo que, para Santos (2008, p. 32-33), passa pela aprendizagem com um *Novo Sul*:

Proponho, ao contrário, como orientação epistemológica, política e cultural, que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e que aprendamos com o Sul. Mas advirto que o Sul é, ele próprio, um produto do império e, por isso, a aprendizagem com o Sul exige igualmente a desfamiliarização em relação ao Sul imperial, ou seja, em relação a tudo o que no Sul é o resultado da relação colonial capitalista. Assim só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído por essa dominação. Por outras palavras, só se aprende com o Sul na medida em que se contribui para a sua eliminação enquanto produto do império.

Almeja-se um *novo Sul* emancipado, construído de suas alternativas de resistências e de seus discursos libertários e contra-hegemônicos, na valorização da cultura nativa e dos saberes tradicionais que são desprezados pelo *neocolonialismo* que viola e violenta o que dele se difere.

2.2.2 A permanência no mundo

Com a descoberta da condição efêmera do homem, também se instalou a corrida insana pela perpetuação de seu legado. A sociedade de Mercado que nasce e é sustentada pelo capitalismo necessita de sonhos e de produtos: sonhos para criar os produtos, produtos que são criados para satisfazer os sonhos.

Todos sonham, portanto, todos querem os produtos que passam a ser denominados *sonhos de consumo*, e não *de realização*.

Assim, *um diamante é para sempre* (campanha publicitária da agência N.W.Ayer criada em 1947, considerada o slogan do século XX).

A frase clássica que alimenta o imaginário coletivo busca relacionar a aquisição da pedra com o amor eterno por ela encerrado. Na década de 1940, diante da crise enfrentada pela baixa procura pelo material na América do Norte, esta campanha publicitária muito bem-sucedida, criada para a *De Beers* – maior controladora dos negócios de diamante no mundo – instala a tradição dos anéis de noivado, os quais deveriam ser de diamantes.

Na década de 1960, a mesma campanha seduziu os japoneses, que, *literalmente, compraram a idéia*, hoje mistificada no mundo todo.

Assim, até os dias atuais, os casais mais abastados têm o seu compromisso e a promessa de *amor eterno* selados pelo anel de diamante, e quanto mais quilates, mais amor e *mais eternidade*.

De outra sorte, o encanto em torno da pedra só é mantido pelo simples fato de o Mercado apresentar-se altamente fechado, com lavras exclusivas e distribuição controlada (a maior produtora de diamantes, a *De Beers*, controla 80% do Mercado mundial, e somente 200 pessoas ou empresas são credenciadas a revender seus diamantes brutos), visto que a pedra já é produzida artificialmente por meio de alta tecnologia. Os similares apresentam tanta perfeição que até ao mais experiente

gemólogo torna-se difícil distinguir entre as pedras naturais e as produzidas em laboratório (BONSOR, 2007).

O mito criado por uma campanha publicitária, a exclusividade e a promessa do encanto eterno mantêm os interesses pelo produto anunciado e os lucros de seus controladores. Galeano (2005, p. 25) sentencia:

A publicidade manda consumir e a economia o proíbe. [...] Este mundo, que oferece o banquete a todos e fecha a porta no nariz de tantos, é ao mesmo tempo igualador e desigual: igualdade nas idéias e nos costumes que impõe e desigual nas oportunidades que proporciona.

Então, alimentar os *sonhos* e mantê-los por mais tempo e mais *reais* faz parte do jogo do Mercado capitalista, que cria e vende esses sonhos e, por consequência, cria e vende muitos produtos.

2.2.3 A negação/restricção do pensar

Os sonhos vêm prontos: não se precisa sonhar o novo, pensar, criar. As idéias são postas e são democráticas e planetárias. Todos têm direito aos mesmos sonhos: sonhos de consumo, mas sonhos.

Para Covre (2003, p. 72), “É um aceno de conteúdo passivo à igualdade. Conseqüentemente é uma cidadania de não-sujeitos, de seres passivos, de conformismo com a sociedade, de preocupação com o consumo.”

Já o pensar exige muito esforço e *enraizamento*, este encontro com o *radical*, com a raiz que faz diferença entre os iguais, que *singulariza a existência plural*.

Só o pensar interioriza as questões enfrentadas, buscando soluções verdadeiras e cheias de significado, prioriza o encontro com o *eu interior* e com as suas manifestações, descobrindo o sentido da busca e a satisfação verdadeira e perene.

Negando-se o direito/dever de pensar, o homem abdica de sua consciência e responsabilidade diante da vida, relegando-a a quem se dispõe a ditar as regras e a conduzi-lo sem maiores esforços.

[...] A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se revolta contra a inteligência e a sufoca. O que acontece, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heróico (de valor universal) pode gerar, não se fica a dever tanto à iniciativa dos poucos que atuam quanto à indiferença, ao absentismo dos outros que são muitos. O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa enrolar os nós que, depois, só a espada pode desfazer, deixa promulgar leis que depois só a revolta fará anular, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma sublevação poderá derrubar. A fatalidade, que parece dominar a história, não é mais do que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentismo. [...]. (GRAMSCI, 2006)

As pessoas simplesmente aceitam as ofertas da sociedade e do Mercado adotando-as como objetivo de vida, consumindo os sonhos em forma de produtos pela *razão de manada*: todos compram, todos ouvem, todos falam, todos têm.

Há fatos que amadurecem na sombra porque poucas mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva, e a massa não sabe porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões limitadas e com fins imediatos, de acordo com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens não se preocupa com isso. Mas os fatos que amadureceram vêm à superfície; o tecido feito na sombra chega ao seu fim, e então parece ser a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um gigantesco fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, de que são todos vítimas, o que quis e o que não quis, quem sabia e quem não sabia, quem se mostrou ativo e quem foi indiferente [...]. (GRAMSCI, 2006)

O que a TV mostra que está sendo adotado na Europa e no norte das Américas sempre vai ser mais do que os *tupiniquins* possam esperar. Por que contestar, por que resistir?

A restrição ao pensar traz o espanto com a futilidade das razões que movem as pessoas. A moda já está dada, a música já está dada, as idéias já estão dadas. Por que gastar energias em satisfações alternativas? Por que ser *local se pode ser global*?

Invisível a violência do Mercado: a diversidade é inimiga da rentabilidade, e a uniformidade manda. A produção em série, em escala gigantesca, impõe em todas as partes suas obrigatórias pautas de consumo. A ditadura de partido único: impõe, no mundo inteiro, um modo de vida que reproduz os

seres humanos como fotocópias do consumidor exemplar. (GALEANO, 2005, p. 260).

As alternativas e as culturas locais perdem espaço para a cultura e a tradição impostas pela exigência do Mercado global hegemônico.

A cultura é por definição um processo social construído sobre a intersecção entre o universal e o particular. Como salienta Wallerstein, “definir uma cultura é uma questão de definir fronteiras” (1991a:187). De modo convergente, Appadurai afirma que o cultural é o campo das diferenças, dos contrastes e das comparações (1997:12). Poderíamos até afirmar que a cultura é, em sua definição mais simples, a luta contra a uniformidade. (SANTOS, 2001, p. 54).

Assim, de forma a ilustrar a influência dos padrões globais de comportamento, os quais atingem culturas locais pelo fenômeno da Globalização cultural em massa, apresenta-se a experiência no projeto de extensão Universitária *Lições de Cidadania*, executado no ano de 2005, na Escola Básica Padre Anchieta, em Florianópolis/SC (local de forte apelo tradicional e de cultura açoriana). É espantoso observar o que ocorre nos intervalos das aulas: os alunos são brindados com o mais puro *rap* norte-americano, com seus apetrechos, gestos, vestimentas, sem ao menos entender uma palavra do que está sendo sussurrado.

O melhor que o mundo tem está nos muitos mundos que o mundo contém, as diferentes músicas da vida, suas dores e cores: as mil e uma maneiras de viver e de falar, crer e criar, comer, trabalhar, dançar, brincar, amar, sofrer e festejar, que temos descoberto ao longo de milhares e milhares de anos. (GALEANO, 2005, p. 25).

Como que *hipnotizados*, os alunos ficam durante todo o intervalo mimetizando grosseiramente as atitudes vistas, reproduzindo os gestos e as vestimentas, sem contestar ou pensar o que isso pode lhes trazer de bom, pura e simplesmente porque é o que todos estão ouvindo e imitando.

Essa atitude não expressa pluralidade cultural ou variedade de manifestação. Expressa o desprezo por seu próprio cotidiano e a negação do direito de escolha, porque simplesmente não se vislumbram alternativas.

A igualação, que nos uniformiza e nos apalerma, não pode ser medida. Não há computador capaz de registrar os crimes cotidianos que a indústria da cultura de massas comete contra o arco-íris humano e o humano direito à identidade. Mas seus demolidores progressos saltam aos olhos. O tempo vai-se esvaziando de história e o espaço já não reconhece a assombrosa diversidade de suas partes. Através dos meios massivos de comunicação, os donos do mundo nos comunicam a obrigação que temos todos de nos contemplar num único espelho, que reflete os valores da cultura de consumo. (GALEANO, 2005, p. 26).

Portanto, a manifestação da *cultura alienígena* impõe-se de forma incontestável, sendo aplicada na *veia* de toda uma geração que se esqueceu de ser original porque não reconhece mais as suas raízes. Pensar em procurá-las, então, nem chega a ser cogitado.

2.3 O espaço alargado do consumo

2.3.1 Artíficos para libertar o homem da condição humana

A busca pela *libertação e maioridade* humanas – símbolos *da liberdade própria de criador* – continua. Tentativas desesperadas pela juventude eterna põem em risco a saúde física e mental.

Tratamentos e técnicas milagrosas surgem todos os dias para, em seguida, serem superados por outras novidades. A indústria da beleza e da perfeição não tem fim e move um Mercado internacional e milionário.

Um aparato tecnológico que pode ser parcelado em muitas vezes é oferecido a quem estiver disposto a pagar o preço, que não raro supera o orçamento inicial: mutilações, cicatrizes, seqüelas para serem curadas e lembradas durante toda a vida. O risco é sempre iminente.

Seja a superação da condição humana no plano físico, excedendo os limites impostos pelo corpo humano, seja a superação das teorias e ideologias condicionantes, o homem continua à procura por seu *cálice da juventude eterna ou pela pedra filosofal*.

Religiões, seitas e grupos são formados na intenção ou de arrecadar mais dízimo e de ter isenção de tributos, o que se mostra um negócio bastante lucrativo em uma época de subempregos, ou de encontrar conforto para as almas atormentadas pelos problemas surgidos que se apresentam cada vez mais complexos e indissolúveis.

É uma época de profunda desesperança que reclama o prenúncio de um novo paradigma para gestar o futuro:

A configuração do paradigma que se anuncia no horizonte só pode obter-se via especulativa. Uma especulação fundada nos sinais que a crise do paradigma actual emite, mas nunca por eles determinada. [...] Por isso, ao falarmos do futuro, mesmo que seja de um futuro que já nos sentimos a percorrer, o que dele dissermos é sempre o produto de uma síntese pessoal embebida na imaginação, no meu caso, na imaginação sociológica [...] Eu falarei do *paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*. Com essa designação, quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 2007, p. 74).

Nos ensinamentos do autor lusitano, é necessário um paradigma que mantenha a natureza e os interesses no *humano* além do *individual e científico*, que resgate a *prudência das revoluções científicas* para uma vida social revolucionada e transformada para ser mais plena..

2.3.2 A ciência que não se sustenta

A última novidade científica é apresentada com o intróito: pesquisas recentes – da semana passada – apontam. E serão consideradas as *verdades científicas da semana* até a próxima pesquisa divulgada.

Assim, os avanços recentes da física e da biologia põem em causa a distinção entre orgânicos e inorgânicos, entre seres vivos e matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano. As características da auto-organização, do metabolismo e da auto-reprodução, antes consideradas

específicas dos seres vivos, são hoje atribuídas aos sistemas pré-celulares de moléculas. E, quer num quer noutros, reconhecem-se propriedades e comportamentos antes considerados específicos dos seres humanos e das relações sociais. Todas as recentes teorias científicas que mencionei introduzem na matéria os conceitos de historicidade e de progresso, de liberdade e autodeterminação e até de consciência que antes o homem e a mulher tinham reservado para si. (SANTOS, 2008, p.89-90).

Até hoje ainda não sabemos os benefícios/malefícios de um cálice de vinho, ou se o chocolate faz bem ou se a cafeína faz mal.

Até há poucas décadas, as máquinas usadas pelos vivos não ameaçavam o futuro dos que ainda não tinham nascido. Hoje, os que ainda não nasceram não votam, mas seus destinos são definidos pela construção de uma central nuclear, pela autorização do uso de transgênicos, pelo consumo desvairado de um recurso esgotável. (BUARQUE, 2001, p. 22).

Desconfia-se que as pesquisas avançam não somente para o bem da humanidade, mas que o Mercado planetário expõe a natureza e o homem em experimentos em busca do maior lucro, da maior produtividade e, o que não é divulgado, com maiores riscos. É o que aponta uma recente pesquisa (ou a falta dela) sobre os alimentos transgênicos.

No Brasil, à revelia da proibição do cultivo de alimentos geneticamente modificados existente à época, agricultores do Rio Grande do Sul comprometeram toda a sua safra – por sua conta e risco – com a utilização de sementes de soja geneticamente modificadas, fornecidas pela grande *Monsanto* -que a Europa expurgou de suas terras (THUSWOHL, 2007).

Na iminência de serem barradas as suas vendas, o *lobby* feito aos nossos Homens de Ação aprovaram um projeto junto à *Comissão de Biossegurança*, garantindo o cultivo e a venda de tais sementes, sob o argumento de *perda da safra e de prejuízos inestimáveis aos agricultores*, que assim se *beneficiaram com a sua própria torpeza*.

O mesmo caminho de riscos e irresponsabilidades está sendo trilhado pelas sementes de milho e algodão.

[...] como é que a ciência moderna, em vez de erradicar os riscos, as opacidades, as violências e as ignorâncias, que dantes eram associados à pré-modernidade, está de facto a recriá-los numa forma hipermoderna? O

risco é actualmente o da destruição maciça através da guerra ou do desastre ecológico, a opacidade é atualmente a opacidade dos nexos de causalidade entre as acções e as suas conseqüências. A violência continua a ser a velha violência da guerra, da fome e da injustiça, agora associada à nova violência da *hubris* industrial relativamente aos sistemas ecológicos e à violência simbólica que as redes mundiais da comunicação de massas exercem sobre as suas audiências cativas [...]. (SANTOS, 2007, p. 58).

Resta claro que as *conquistas e descobertas científicas* também estão sujeitas às regras impostas pelo Mercado capitalista, pelas corporações de negócios planetários e pelos interesses por elas defendidos, expondo complexas e contraditórias relações.

A evolução dos debates tem a ver com uma pluralidade de factores: com o crescimento exponencial da produção científica e a conseqüente proliferação das comunidades científicas; com o extraordinário aumento da eficácia tecnológica propiciada pela ciência, uma eficácia posta tanto ao serviço da guerra como da paz; com as transformações na prática científica à medida que o conhecimento científico foi transformado em força produtiva de primeira ordem e a **questão das relações entre ciência e o Mercado se transmutou na questão da ciência como Mercado**; com a crescente visibilidade de conhecimentos não científicos cujas relações epistemológica e pragmática com a ciência moderna são complexas, relações que podem ir da complementaridade à confrontação e à incomensurabilidade. (SANTOS, 2008, p. 139, grifo nosso).

Assim, os riscos e os prejuízos trazidos à saúde e à biodiversidade constituem os chamados *riscos do negócio ou* efeitos colaterais que serão sofridos por todos.

O instituto do *ajuste de conduta* realizado perante o poder constituído, após o dano efetivamente causado à saúde e ao meio ambiente, serve somente para amenizar a situação do investidor, empresário que, afinal, só quer contribuir com o desenvolvimento regional e com a diminuição do desemprego e da desigualdade.

Dessa forma, o risco e o prejuízo causados são socializados, e o lucro é contabilizado. Os *ajustes sociais* servem de incentivo à irresponsabilidade, potencializando os experimentos, as suas incertezas, a violação e os danos iminentes.

2.3.2.1 Efemeridade dos discursos

Os discursos mudam de acordo com as conveniências e os interesses de ocasião. Tanto os discursos científicos quanto os discursos, os posicionamentos políticos e as críticas sobre arte, música, cinema ou moda: tudo pode ser relativizado, revisto, reeditado, dependendo do que e a quem isso importa.

As promessas e os argumentos de ontem podem ser *esquecidos* se assim convier, então *esqueçam o que foi dito*. As palavras perdem o seu significado em discursos vazios, e tanto podemos observar defesas inflamadas sobre determinados termos por *esquerdistas* quanto por *direitistas* ou *centristas*. Aliás, as posições anteriormente conhecidas e marcadas perderam sentido diante da dança e da troca de opiniões.

As grandes indústrias e as empresas que degradam o meio ambiente e exploram as populações mais carentes e desorientadas pagam propagandas muito bem produzidas em veículos e horários nobres para vender a sua imagem comprometida com a *responsabilidade social* e com o *compromisso ético*.

Usam de distorções de discursos, meias-verdades e omissões, e pagam um preço irrisório por investimentos com o plantio de árvores ou financiam programas culturais, esportivos e campanhas de solidariedade em troca de imensos lucros obtidos à custa da degradação ambiental, do desmatamento, do cultivo de sementes transgênicas, da contaminação de nascentes e de rios, e da exploração de crianças, jovens e adolescentes em trabalhos insalubres.

Pagam alguns trocados para garantir a sua imagem social, numa atitude típica: *ficam os dedos, vão-se os anéis* (ditado popular). O *discurso* não necessariamente precisa ser fiel à realidade, valendo-se muito bem de suas assessorias de imprensa e fazedores de opinião.

O conservador pode ser progressista, o *democrata* pode ser *republicano*, o de *esquerda* pode chegar um pouquinho para a *direita*, e todos se encontram no grande espaço reservado às tendências do vazio em que *tudo pode ser*.

E a impressão mais evidente é que esse fenômeno não constitui manifestação democrática, argumentação, convencimento e amadurecimento do discurso político: constitui mera conveniência e manipulação.

Acho que as pessoas deviam ser extremamente céticas quando a vida intelectual constrói estruturas que não são transparentes – porque a verdade quanto a essa questão é que, na maioria das áreas da vida, nós simplesmente não entendemos coisa alguma muito bem. Existem algumas áreas, como, digamos, a física quântica, em que não há falcatrua. Mas a maior parte do tempo é só fingimento, acho: qualquer coisa que seja bem entendida pode provavelmente ser descrita simplesmente. (CHOMSKY, 2005, p. 310).

Os repressores de ontem falam em *cidadania*, defendem direitos humanos como se fosse seu discurso mais precioso e histórico. Palavras vãs que sustentam ações vãs. Ações que não condizem com as palavras, discursos perdidos que dizem nada.

2.3.2.2 Provisoriedade das verdades

As verdades são *verdadeiras*, até prova em contrário que costuma revelar-se mais cedo do que se imagina. Verdades também são produzidas e manipuladas por conveniência e interesse.

Com o advento das grandes agências mundiais de notícias, monopólios da informação, as verdades são unânimes porque os discursos apresentados são os mesmos vendidos em várias línguas.

As transmissões partem de Nova York, relatando os fatos ocorridos no Iraque, na China, na Sibéria, fatos esses que são contados da mesma maneira pelos diversos veículos de comunicação em seus diversos horários e ao mais variado público.

Verdades são criadas, condicionadas, inventadas, e misturam-se ao cotidiano, fazendo parte dele a ponto de não se distinguir mais o que é real do que é imaginado e criado. O domínio do poder pelo conhecimento necessita dos segredos e das verdades preservadas. Produzem-se estórias, reis e rainhas, celebridades, estrelas, ídolos.

A pauta das notícias periódicas também é conhecida: festas em todos os continentes saúdam o Ano-Novo; os famosos e as suas superstições, as expectativas e os prognósticos para o ano que se inicia; mortes nas estradas com o feriadão; aumento do consumo de álcool nas estradas; lucros no comércio com as

vendas de final de ano; movimento nas praias na temporada de verão, quem namora quem, as expectativas e os preparativos para o Carnaval; nova rodada da ONU sobre o aquecimento global, briga de celebridades à frente da bateria das escolas de samba, turistas chegam para a folia de Momo, racionamento de água, governo anuncia a distribuição de preservativos; mais mortes nas estradas, denúncias de corrupção e CPI no Congresso, início do ano letivo, pesquisa de preços do material escolar, a moda das mochilas, filas aguardam a venda do *mega-boss-mini-game*; aumento nas mensalidades escolares gera descontentamento, fiéis se preparam para a Quaresma, combates no Oriente Médio aumentam as vendas de chocolates, divórcio de celebridades, a Páscoa no mundo, comércio comemora aumento nas vendas, escândalos no Senado, lançamentos da moda outono/inverno (do ano seguinte); mais cheques sem fundos no comércio, polícia rodoviária contabiliza mortes no feriadão com a operação Corpus Christi; o comércio e as novidades para o Dia das Mães; casamento de celebridade, comércio lucra com o segundo maior período de vendas do ano, cresce o número de homicídios na região, as festas de junho e os quitutes da época, cidades disputam o maior São-João do mundo; governo anuncia medidas polêmicas, programe-se para as férias de julho, Mega-sena acumulada gera sonhos, EUA não assina tratado de paz, expectativa no comércio com a chegada do mais novo produto da tecnologia mundial, agosto – mês do desgosto? Tantos anos sem Lady Di, novidades reveladoras sobre o caso, preparativos para o feriadão da Independência, o Sete de Setembro em Brasília, a garotada escolhe seus presentes para o Dia das Crianças, lançamento do mais novo filme da Disney, recorde de vendas e aumento do crediário, acumula a Mega-sena, a nova novela e seus personagens, você sabe o que o feriado de 15 de novembro comemora? Cante o Hino da Independência, prepare-se para o verão com as dietas e os novos produtos, feriado de Finados com morte nas estradas, novas vagas para o comércio de final de ano, expectativa de vendas, megaturnê de Madonna, o fantasma do Vestibular, o mais novo milionário da Mega-sena, lançamentos para a estação mais quente, fique em forma para o verão, os biquínis diminuem, chegam as férias escolares, a celebridade do ano, expectativas do comércio para o Natal, estórias de Papai-noel, aumento de vendas na data mais esperada do comércio, o Natal no mundo, aumento na venda de panetone, Missa do Galo, chega o verão, movimento nas praias, o que se veste para o Ano-Novo, festas saúdam novo ano em

todos os continentes, entre outras perfumarias que, com certeza, constituirão as próximas pautas dos anos seguintes.

As fantasias, as expectativas, os sonhos e os desejos de uns tornam-se as fantasias, os sonhos e os desejos de muitos, porque estes muitos não têm *matéria original* para constituir os seus próprios sonhos.

Nossa tradição cultural desenvolveu duas aproximações à verdade: uma de corte epistemológico, segundo a qual a verdade é a conformação de nossa representação com a realidade. A segunda é de corte ontológico, segundo a qual a verdade é aquilo que se revela da realidade mesma em nossa existência. A verdade vivida se chama veracidade, vale dizer, a capacidade de sermos ouvintes atentos e espectadores diligentes do que se nos revela. (BOFF, 1994, p. 26).

A explosão da cultura de massa e as inovações tecnológicas que estreitam as distâncias entre pessoas e mundos criaram o fenômeno do *sonho coletivo*, planetário, global: o perfume, a cor, o carro, a jóia, a música, o estilo, a roupa, etc., podem ser relacionados mundialmente reverenciando as diversas *tribos mundiais*, inserindo o cidadão contemporâneo e a sua vocação para a vida cosmopolita.

CAPÍTULO 3 – O CIDADÃO CONTEMPORÂNEO

A Terra é suficiente para as necessidades básicas de todos, mas não para a voracidade dos consumistas.

Gandhi

Forjado pelo conceito liberal de cidadania na tradição da sociedade brasileira, o indivíduo torna-se cidadão quando acessa o direito à representação política – votar e ser votado – e ao exercício de cargo público, constituindo senso comum e limitando-se ao preconceito sobre o tema.

O conceito liberal de cidadania se institucionaliza no bojo do Estado de Direito capitalista de tal modo que referi-lo é recortar o conceito moderno de cidadania que encontra seu marco mais emblemático ou simbólico – pela repercussão universal que alcançou – na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791. A cultura jurídica dominante no Brasil é herdeira de duas grandes matrizes (alienígenas) das quais derivam suas condições de produção e possibilidade: do positivismo normativista, em nível epistemológico, e do liberalismo, em nível político-ideológico, donde resulta sua caracterização como uma cultura jurídica positivista de inspiração liberal. (ANDRADE, 2003, p. 65-66).

No entanto, a reivindicação pela efetividade de direitos sociais enunciados pela Carta Constitucional de 1988 confere a necessidade de ampliação do conceito de cidadania, além da simples reprodução apresentada pela cultura jurídica.

O tempo presente parece ser, contudo, o de ultrapassagem e mudança deste senso comum, não apenas no âmbito da Ciência (particularmente das Ciências sociais e humanas), mas na dimensão capilar da rua, pois parece cada vez mais socializada a percepção de que cidadania evoca, antes que as noções de nacionalidade/direitos políticos/elegibilidade, a noção (igualitária) de direitos ou de direito a ter direitos. (ANDRADE, 2003, p. 67).

O discurso liberal sobre cidadania – a cidadania liberal proclamada e legitimada pelo discurso jurídico que garante a *igualdade formal* – percebe-se inadequado diante da *desigualdade material*, evidente nas relações sociais e aprofundado pelas relações de consumo.

Destarte, diante da diversidade de imagens e produtos e da inversão de prioridades e valores, o cidadão tradicional, que ansiava por direitos tradicionais de inclusão e participação social e política, vê-se relegado à arena de conveniências.

Na era do capital globalizado, os abismos mostram-se intransponíveis: milhões insistem na sobrevivência, percebendo a sua vida como uma luta diária para manterem-se humanos satisfazendo as suas necessidades biológicas, constituindo-se tão-somente no *homem labor*, sem comida, sem água, sem esgoto, sem perspectiva, sem direitos; outros são desumanizados pelo esforço de produção, horas intermináveis de exaustão, ambientes insalubres e perigosos, salários indignos, exploração e morte, típico do *homo faber* (homem trabalho).

Ambos têm a sua condição de vida controlada pelo *Homem de Ação*, que por meio do discurso e da argumentação traça os rumos das políticas sociais e econômicas que interferem diretamente no cotidiano de seus iguais por natureza.

As condições que determinam a ascensão do *Homem de Labor e Trabalho* à *Homem de Ação* são estabelecidas pelas políticas locais que se submetem por diversos motivos e circunstâncias aos organismos e às instituições de poder mundial.

Ao *Homem Labor* – aqui incluídos a *mulher, a criança, a família, a comunidade labor* – cabe sofrer as conseqüências negativas dessas políticas que impedem o seu desenvolvimento e a sua dignidade, mesmo porque ele não tem aptidões para interferir nas decisões que afetam diretamente a sua vida.

No domínio da Globalização social, o consenso neoliberal é o de que o crescimento e a estabilidade econômicos assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o Mercado de trabalho, reduzindo os direitos laborais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo. (SANTOS, 2001, p. 40).

O *Homem do Trabalho* submete-se ao que lhe é oferecido sob a ameaça constante de converter-se em *homem labor*: aceita diminuição de salário, aumento da jornada de trabalho, ambientes insalubres, flexibilização de direitos – entenda-se usurpação e retrocesso em anos de conquistas trabalhistas.

Na América Latina, a nova realidade do mundo se traduz num vertical crescimento do chamado setor informal da economia. O setor informal, que traduzido significa trabalho à margem da lei, oferece oitenta e cinco de cada cem novos empregos. Os trabalhadores à margem da lei trabalham mais, ganham menos, não recebem benefícios sociais e não estão amparados pelas garantias trabalhistas conquistadas em longos anos, duros anos, de luta sindical. Tampouco é muito melhor a situação dos trabalhadores legais: desregulamentação e flexibilização são os eufemismos que definem uma situação na qual cada um deve se arrumar como pode. (GALEANO, 2005, p. 183).

Desta feita, vidas são ofertadas diariamente em nome das benesses consumistas e de suas promessas de conforto, vendidas pelo voraz e insaciável Mercado capitalista e distribuídas a poucos privilegiados.

3.1 O consumo que insere – mercantilização dos direitos

A roda da história capitalista precisa girar: o que vem primeiro? As necessidades para as coisas criadas ou as coisas criadas para as necessidades?

Você é o que você veste. Se você não tem, você está fora. Seja um cliente exclusivo. Dirija um sonho. Compre batom. Compre, compre, compre.

As mensagens já não são subliminares, discretas, subentendidas ou sutis, apresentam-se ostensivamente e têm o caráter de confrontar e desafiar.

[...] O consumo deixou de ser apenas um epifenómeno para se converter num lugar estrutural e autônomo de relações sociais, uma forma nova de poder, de direito e de conhecimento. Esta característica estrutural, por muito enraizada que esteja nas práticas sociais das sociedades centrais, está também presente, de forma selectiva, nas sociedades periféricas e semiperiféricas: a cultura-ideologia do consumismo está já muito mais amplamente distribuída no sistema mundial do que a prática do consumo, e, na verdade, parece continuar a expandir-se mesmo quando a segunda se retrai. (SANTOS, 2007, p. 276).

Os *shoppings* constituem os templos sagrados do encontro e da partilha de experiências *profundas* sobre moda e estilos, momento de ser visto e de ver. O encontro dos cidadãos antes acontecido na *Ágora*, agora (perdão ao trocadilho) acontece na *praça de alimentação*.

Beatriz Sarlo observou que os habitantes dos bairros suburbanos vão ao center, *ao shopping center*, como antes iam ao centro. O tradicional passeio de fim de semana do centro da cidade tende a ser substituído pela excursão a esses oásis urbanos. Lavados, bem passados e penteados, trajando suas melhores roupas, os visitantes vêm a uma festa para a qual não foram convidados, mas que, enfim, podem olhar. Famílias inteiras empreendem a viagem na cápsula espacial que recorre o universo do consumo, onde a estética do Mercado desenhou uma paisagem alucinante de modelos, marcas e etiquetas. (GALEANO, 2005, p. 270).

O acesso a esses templos de consumo e aos produtos que lá são oferecidos é cobiçado tanto por quem efetivamente os adquire quanto os que sonham em adquiri-los e traçam as suas vidas e metas com o objetivo de aquisição de bens de consumo. Contam-se os dias para que as prestações sejam quitadas de modo que se possam obter novos produtos, num ciclo interminável e insustentável.

O *cidadão é o consumidor*, e o consumo se coloca no lugar do interesse político. Só estão inseridos no novo contexto mundial em evidência os que podem consumir, porque os produtos e a sua conseqüente ostentação incluem o indivíduo na arena de visibilidade e importância social.

No mundo atual, as horas vagas de muitos trabalhadores são gastas em consumir, negligenciando-se o debate público, o exercício prático da cidadania. Ao mesmo tempo, sem a ocupação da esfera pública pelos homens, não pode existir de fato a esfera pública – não pode existir realmente cidadania. (COVRE, 1999, p. 72).

Esta é a importância que muitos dão à sua existência e internalizam como sendo vital, condicionando a sua satisfação à aceitação no clube de exclusividades e de futilidades.

Com a ênfase no consumo, há a economia de desperdícios e do descartável, em que todas as coisas (Mercadoria material, valores e idéias) são devoradas e abandonadas tão rapidamente quanto possível. Isso se deve não só aos traços estruturais sobre os quais os poderes econômico e político se apóiam (e podem manipular os cidadãos), mas também à opção dos sujeitos que compõem determinada sociedade por um tipo de vida. (COVRE, 1999, p. 72).

E se o *morro* – local simbólico dos excluídos, em contraposição à *cidade* dos incluídos – desce ao *shopping* para ver – já que não pode consumir e não deve ser visto –, precisa-se de um lugar mais exclusivo, porque o popular desencanta e ofende.

Assim, criaram-se os *bunkers*, lugares exclusivíssimos para clientes exclusivíssimos, onde tudo é artificial, partindo das luzes, até o ar, chegando aos freqüentadores. Com segurança extrema e acesso restrito aos cartões de crédito sem limites, oferecem todo o conforto para as compras, longe da insegurança e dos inconvenientes do mundo externo.

Esses gigantescos supermercados, transformados em cidades em miniatura, estão também sob a vigilância de sistemas eletrônicos de controle, olhos que vêem sem ser vistos, câmeras ocultas que seguem os passos da multidão entre as Mercadorias. Mas a eletrônica não é usada apenas para vigiar e castigar os indesejáveis que podem sucumbir à tentação do fruto proibido. A tecnologia moderna também serve para que os consumidores consumam mais. (GALEANO, 2005, p. 274).

Constrói-se, então, um mundo para a exclusividade e ostentação, mesmo à custa de sonegação de tributos e desvio de dinheiro, crimes e contravenções justificáveis, já que tais valores sociais têm o seu preço e os seus destinatários, os quais também atribuem valores às pessoas e às coisas para assim se manterem.

De outra sorte, as instituições do sistema da Justiça também cederam espaços para as forças que preferem *os direitos do consumidor* em detrimento aos *direitos do cidadão*: ao indivíduo consumidor foi atribuída a titularidade de *direitos exclusivos*, os mecanismos jurídicos e o aparelhamento judicial foram adaptados para mediar as relações de consumo – *fornecedor x consumidor* –, constituindo um local privilegiado de obtenção de acordos, para o breve retorno do *cidadão-consumidor* satisfeito à arena do consumo.

Dessa forma, o Estado presta a tutela jurisdicional aos interesses do consumidor, garantindo-lhe – pela *regulação* – a igualdade perante a lei, a eficácia dos dispositivos de defesa e a efetividade de tais garantias proclamadas, aprimorando e simplificando o acesso às formas de resolução dos conflitos surgidos no espaço do *consumo* – ex.: Juizados Especiais, PROCON, Órgãos de Defesa do

Consumidor, Ouvidorias, entre outras iniciativas, pela manutenção dos *interesses do comércio para a satisfação do freguês*.

3.2 O consumo que exclui – limites à cidadania

O *discurso do consumo* se apropria da *cidadania*. Tendo o cidadão o seu potencial transformador restrito a consumidor, as chances de avanços e de conquistas de direitos e solidariedade, bem como a aquisição de consciência e de responsabilidades, são reduzidas.

E o *cidadão trabalhador*, que é parte do processo de transformação das estruturas sociais e econômicas, também sofre as conseqüências desse fenômeno de restrição da cidadania.

De um lado, ela advém da proposta de transformar o trabalhador em consumidor, servindo para estimular o consumo, e neutraliza os trabalhadores enquanto sujeitos atuantes, tornando-os sujeitos que “recebem”. Desmobilizando, portanto, as organizações trabalhistas e, assim, melhor servindo à acumulação de oligopólios; daí resulta um conglomerado de consumidores [...]. (COVRE, 1999, p. 70).

Assim, numa complexa rede de fins e conseqüências, meios e processos, esse fenômeno transforma as potencialidades desse *cidadão trabalhador* – sujeito de direitos e reivindicações, capaz de escolhas e da livre negociação por sua força de trabalho, num *homem labor/trabalho* – que se entrega sem expectativa à dura lida diária por sobrevivência, sujeitando-se às contingências e incertezas do *Mercado*.

Também os tradicionais movimentos comunitários, de base, pastorais, associações e clubes de bairro, sofrem a desmobilização e a influência incentivada pela *nova ordem social*.

Apesar de todas as diferenças, o regresso do princípio do Mercado nos últimos vinte anos representa a revalidação social e política do ideário liberal e, conseqüentemente, a revalorização da subjetividade em detrimento da cidadania. Também neste domínio a resposta do capital aproveita e distorce sabiamente algumas das reivindicações dos movimentos contestatários dos últimos trinta anos. A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é

transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. (SANTOS, 2003, p. 255).

Por vezes – para a permanência na arena de reivindicações – tais movimentos buscam a institucionalização para recebimento de verbas estatais, comprometem-se com políticos profissionais corruptos e governos locais em busca dos financiamentos públicos. Geram uma situação que limita a liberdade e condiciona a ação neste espaço público institucionalizado que privilegia a *regulação* em detrimento da *emancipação*.

Quanto à relação entre organizações espontâneas e partidos, há sempre a possibilidade de as primeiras serem cooptadas pelos segundos. Também aqui reaparece a dubiedade no encaminhamento do exercício da cidadania. De um lado, elementos de partidos se infiltraram nessas organizações, no sentido de torná-las mais efetivas. Se, nesse processo, eles as respeitam, então são catalizadores do que esses movimentos fazem e podem até ajudar a esclarecer o que realmente se deseja, desde que exista aquela experiência da *pólis* – a da coisa pública tornada visível, resolvendo-se tudo pelo diálogo, pela persuasão, pelo argumento. Mas tal situação poder ser ambígua se os elementos de partidos “persuasivos”, manipularem e transformarem os espaços conquistados para a democracia e cidadania em espaço cooptado que lhe seja útil, partidária e estruturalmente. (COVRE, 1999, p. 70).

Com liberdade vigiada e condicionada pelas verbas recebidas, os movimentos comunitários militam por causas típicas da obrigação estatal: saúde, educação, condições básicas de higiene e moradia, ou mesmo causas pontuais de seu interesse (iluminação e calçamento de ruas, obtenção de quadras de esporte, jogo de camisetas de futebol, renda para o Carnaval), reduzindo a sua atuação no debate e na conquista de novos direitos.

A distância dos NMSs (Novos Movimentos Sociais) ao Estado é mais aparente do que real, pois as reivindicações globais-locais acabam sempre por se traduzir numa exigência feita ao Estado e nos termos em que o Estado se sinta na contingência política de ter de lhe dar resposta. Aliás, a prova disso mesmo é que os NMSs não raro jogam o jogo da democracia representativa, mesmo que seja pelo *lobbying* e pela via extraparlamentar, e entram em alianças mais ou menos oficiais com sindicatos e partidos quando não se transformam eles próprios em partidos. (SANTOS, 2003, p. 262).

A militância popular, restrita à militância institucionalizada e burocratizada dos movimentos regulares e tradicionais, passa a depender de financiamentos não somente concedidos pelo Estado, mas, principalmente, ofertados por políticos, empresas e corporações que, dessa forma, controlam as ações e os objetivos pretendidos.

São lobos em pele de cordeiro que estrategicamente impõem a troca de favores e a venda de dignidade, atribuindo preços às coisas, às necessidades, aos sonhos e às pessoas: quanto vale um militante atuante, um jornalista inconveniente ou um líder sindical? Quem dá mais por um ambientalista impertinente ou um cientista pacifista? Um automóvel do ano, uma viagem à Europa, roupas de grife, uma capa de revista?

Dada a grande diversidade dos NMSs, é impossível falar de um padrão único de relações entre democracia representativa (quando esta existe, pois, na América Latina a luta dos NMSs tem sido muitas vezes por ela) e a democracia participativa. O facto de essas relações, quaisquer que sejam, serem sempre caracterizadas pela tensão e pela convivência difícil entre as duas formas de democracia não me parece em si mesmo negativo, uma vez que é dessa tensão que se têm libertado muitas vezes as energias emancipatórias necessárias à ampliação e redefinição do campo político. (SANTOS, 2003, p. 265).

De qualquer sorte, seja a descrença nas ações estatais, seja a desconfiança nas iniciativas privadas, seja pela *venda de sua alma*, o indivíduo se afasta dos movimentos reivindicatórios e de discussão, cedendo o seu espaço democrático – espaço de lutas duramente conquistado – aos manipuladores de opiniões e formadores de mandatos, os quais se confundem erroneamente com os homens de ação.

Sondagens recentes feitas na América Latina revelam que em alguns países a maioria da população preferiria uma ditadura desde que lhe garantisse algum bem-estar social. Acrescente-se que as revelações, cada vez mais freqüentes, de corrupção levam à conclusão que os governantes legitimamente eleitos usam o seu mandato para enriquecer à custa do povo e dos contribuintes. Por sua vez, o desrespeito dos partidos, uma vez eleitos, pelos seus programas eleitorais parece nunca ter sido tão grande. De modo que os cidadãos se sentem cada vez menos representados pelos

seus representantes e acham que as decisões mais importantes dos seus governos escapam à sua participação democrática. (SANTOS, 2006).

Estes homens de *ação política institucionalizada*, que democraticamente foram conduzidos ao poder, representam interesses bem definidos e defendem posições que se afastam das bases que os elegeram.

A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; o deputado apóia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais. (CARVALHO, 2001, p. 223).

Aos homens do *labor e do trabalho* resta a descrença e a frustração de uma escolha malfeita, ou um orgulho equivocadamente em afirmar que não se interessam pela *política*. Como afirma Brecht (2008):

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacão dos exploradores do povo.

Ao cidadão cabem responsabilidades, além da mera reivindicação de direitos. Responsabilidade com o outro e com a natureza, com seus descendentes e com o futuro do Planeta, transcendendo gerações e governos.

A cidadania exige o conhecimento e a informação para então provocar as microrevoluções individuais e a inevitável transformação necessária ao *novo*.

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população. (COVRE, 1999, p. 10).

Voltam-se, então, aos casos privados e às estórias de folhetim, ao mundo fictício e às ilusões do *Mercado*, buscando a satisfação imediata de suas necessidades ou de vontades trazidas por produtos dos mais variados. A descrença e a desesperança se instalam.

3.3 O consumo que não satisfaz

3.3.1 Sem limites

Como o *Mercado* baseado no *giro* e no *acúmulo de capital* necessita do consumo, as novidades não podem parar de surgir. E elas surgem em todos os setores da vida: promessas e milagres anunciados na indústria estética, farmacêutica, mais conforto e alta *performance* nos esportes, mais eficiência e desempenho na indústria automobilística, mais tecnologia e facilidades nos eletroeletrônicos e portáteis, mais beleza e *design* para todos. Os novos modelos do ano seguinte já estão disponíveis no segundo semestre deste ano.

A cultura do consumo, cultura do efêmero, condena tudo ao desuso imediato. Tudo muda no ritmo vertiginoso da moda, posta a serviço da necessidade de vender. As coisas envelhecem num piscar de olhos e são substituídas por outras de vida não menos fugaz. Neste final de século em que só a insegurança é permanente, as Mercadorias, fabricadas para não durar, resultam tão voláteis quanto o capital que as financia e o trabalho que as gera. (GALEANO, 2005, p.2 72)

Ao telefone não basta falar e escutar: é necessário tirar fotos, conectar-se à internet, ouvir e transmitir música e dados. O aparelho é cobiçado por executivos,

empresários e até estudantes e donas-de-casa. Não importa a utilidade e a aplicação para a sua vida, o que importa é tê-lo. É a *ideologia do consumismo*.

[...] A verdade é que o mesmo princípio básico da troca desigual que preside à distribuição desigual dos bens materiais na sociedade e no sistema mundial também preside à distribuição desigual das dimensões materiais e não materiais dos bens em geral, o que tem como resultado que vastos grupos sociais estejam confinados apenas ao consumo das dimensões não materiais dos bens, ou seja, à cultura do consumismo. No fundo, trata-se da ideologia do consumismo sem a prática do consumismo – de um consumo *in absentia*, um consumo de que se consome activamente a sua ausência. (SANTOS, 2007, p. 271).

É preciso se apressar para conhecer e possuir a mais nova máquina, a qual já estará ultrapassada na próxima quinzena de lançamentos. Novidade e exclusividade custam caro. Depois que outros similares aparecem no Mercado, popularizando o mais *novo produto velho*, o interesse não é o mesmo, cabendo a novidade aos retardatários e desinteressantes.

Filas e noites não dormidas para adquirir um produto e ter a satisfação efêmera e fugaz de uma semana, sendo o único do andar a possuir a engenhoca mais moderna que facilitará a sua vida e lhe trará o conforto até o próximo lançamento. E todo o ciclo se repete, pois as carências precisam ser satisfeitas.

Houve uma discussão muito consciente sobre a necessidade de criar carências – e, de fato, foram realizados extensos esforços para fazerem exatamente o que se faz na TV hoje em dia: criar carências, fazer você querer o mais novo par de tênis de que você na verdade não precisa, para que as pessoas então sejam impulsionadas a uma sociedade de trabalho assalariado. E esse padrão foi se repetindo sempre ao longo de toda a história do capitalismo. De fato, o que toda a história do capitalismo mostra é que as pessoas tiveram que ser levadas a situações que então se alega serem da sua natureza. Mas se há algo que a história do capitalismo mostra é que isso não é da natureza delas, elas tiveram que ser forçadas a isso, e que esse esforço teve de ser mantido até os dias de hoje. (CHOMSKY, 2005, p. 276).

Esperar, sonhar, conseguir, ser, esquecer. Arrumar outro sonho transformado em produto para ocupar as prateleiras empoeiradas da garagem para coisas inúteis necessárias à satisfação imediata.

Uma das campeãs na arte de vender sonhos é a multimilionária e midiática indústria estética: shampoos, cremes, loções e poções, estica e puxa, torce e retorce, espeta e pica, retira e põe, preenche e esvazia, completa e retoca, aspira e pira.

Num mundo de imagens e aparências, é imprescindível parecer bem. A batalha insana e inglória contra a natureza e o passar dos anos rende milhões e milhões ao Mercado mundial, seja em produtos que melhoram instantaneamente a aparência, seja em cirurgias que prometem devolver o viço e a juventude perdida.

Só os pobres estão condenados a ser feios e velhos. Os demais podem comprar cabeleiras, narizes, pálpebras, lábios, pômulos, seios, ventres, bundas, coxas e panturrilhas que eventualmente precisem para corrigir a natureza e deter a passagem do tempo. Os ambulatórios dos cirurgões plásticos são os *shopping centers* onde se oferecem a cara, o corpo e a idade que você está procurando. A “cirurgia é uma necessidade da alma”, explica o Rodin argentino Roberto Zelicovich. (GALEANO, 2005, p. 264).

Algumas dessas práticas põem em risco a saúde física e mental das pessoas, e atingem cada vez mais cedo as suas vítimas: é moda atual na Venezuela (local conhecido pelo culto à beleza e produção de *misses*) presentear as debutantes de 15 anos com cirurgias de colocação de próteses de silicone, a *despeito* dos riscos impostos pela precocidade evidente.

Assim, atitudes que geram desejos e satisfações imediatas e efêmeras trazem a possibilidade de decepções, e quanto mais se busca a realização pessoal através dos produtos e ilusões, mais distante ficam os relacionamentos humanos e verdadeiros.

E as pessoas estão condenadas à insônia, pela ânsia de comprar e pela angústia de pagar. Esse modo de vida não é bom para as pessoas, mas é muito bom para a indústria farmacêutica. Os Estados Unidos consomem a metade dos sedativos, tranquilizantes e demais drogas químicas que se vendem legalmente no mundo, e mais da metade das drogas proibidas se vendem ilegalmente, o que não é pouco, levando-se em conta que os Estados Unidos somam apenas cinco por cento da população mundial. (GALEANO, 2005, p. 272).

Na atualidade, nota-se que mais e mais indivíduos experimentam os sentimentos de frustração e fracasso, vez que a satisfação de seus desejos sempre é provisória e será substituída pela necessidade irresistível de aquisição de um novo produto.

Quero dizer que os indivíduos-sujeitos também são responsáveis (e não apenas vítimas) por esse tipo de comportamento da chamada sociedade e cultura de massa. Falta-lhes realizar a sua revolução individual-cultural e desenvolver uma nova ética social. (COVRE, 1999, p. 72).

E esse sentimento de insatisfação permanente gera a depressão e a desesperança, afetando todos aqueles que acreditam na *ilusão* imposta pelo *Mercado das coisas*. Os ricos e consumidores efetivos também são vítimas do Mercado que os aprisiona em um ciclo de desejos, compras e frustrações, vivendo condicionados a uma interminável seqüência de ofertas.

As pessoas se ocupam das coisas e se esquecem do fundamental contato com a sua essência e com o outro, a busca por sua identidade e pelo conhecimento, o encontro e a realização de sua própria história.

3.3.2 Exclusão e criminalidade

Todos estão expostos aos apelos dos produtos que são criados para alimentar o Mercado voraz. As mensagens publicitárias fazem parte do dia-a-dia de todos os indivíduos, pois todos são *clientes potenciais*. As ofertas estão estampadas nos ônibus, são entregues em panfletos, expostas em *outdoors*.

Existe uma multidão de indivíduos que está fora do ciclo de consumo tradicional, que não produz e não consome, que não interessa porque apenas sobrevive, não compra. São os *fora do Mercado*, os *fora-da-lei*, gente sem identidade, sem renda e sem crédito para assumir as *48 prestações do carnê*.

A economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência. Os pobres são os insolventes (o que inclui os consumidores que

ultrapassam os limites do sobreendividamento). Em relação a eles deve adoptar-se medidas contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem, a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento económico e na competitividade a nível global. (SANTOS, 2001, p. 40).

A eles não são ofertados cartões, empréstimos ou crédito. Não possuem ao menos *status ou nome de família* e não são bem quistos na praça do comércio.

No entanto, as mensagens do Mercado não poupam a sua atenção, impondo-se em todos os lugares, por todos os meios e dominando os seus sentidos, seduzindo-os e convidando-os ao consumismo, vendendo a *idéia da inclusão no mundo visível das pessoas visíveis*, a *idéia do poder e da satisfação* adquiridos como acessórios do produto anunciado.

O suplício de Tântalo atormenta os pobres. Condenados à sede e à fome, também estão condenados a contemplar os manjares que a publicidade oferece. Quando aproximam a boca ou levam a mão, as maravilhas se afastam. E se, aventurando-se ao assalto, conseguem dar de mão em alguma, vão parar na cadeia ou no cemitério. Manjares de plástico, sonhos de plástico. É de plástico o paraíso que a televisão promete a todos e a poucos dá. (GALEANO, 2005, p. 255).

Seja para possuir diretamente o produto, seja para ter acesso a outros produtos por meio do dinheiro existente nas relações de consumo, a *idéia* é assimilada por todos os indivíduos a ela expostos. O consumo insere e faz ser visto. *O cidadão quer ser visto e consumir ou consumir para ser visto.*

O *fetichismo* das Mercadorias é a forma de poder do espaço do Mercado. O sentido em que aqui utilizo a expressão é semelhante ao de Marx. À medida que adquirem qualidades e significados autónomos que vão pra além da estrita esfera económica, as Mercadorias tendem a negar os consumidores que, enquanto trabalhadores, são também os seus criadores. Dado que a autonomia das Mercadorias é obtida à custa da autonomia do consumidor enquanto actor social (como criador das Mercadorias e como consumidor livre), o consumidor transforma-se, através do *fetichismo* das Mercadorias, de sujeito de consumo, em objecto de consumo, de criador, em criatura. (SANTOS, 2007, p. 286).

As meninas *filhas da pobreza* têm os gestos e gostos das meninas da classe média e alta, mimetizados dos cliques, revistas e TV: mesma roupa e acessórios – de qualidade e marcas diversas, mas com o mesmo estilo – porque quem não se *apresenta* dessa forma *não é, está fora*, ou melhor, *está out*, já que o inglês é a melhor expressão de suas identidades *neocolonizadas*.

As massas consumidoras recebem ordens num idioma universal: a publicidade conseguiu aquilo que o esperanto ambicionou e não fez. Qualquer pessoa entende, em qualquer lugar, as mensagens que o televisor transmite. No último século, os gastos de publicidade duplicaram no mundo. Graças a eles, as crianças pobres tomam cada vez mais Coca-Cola e cada vez menos leite e o tempo do ócio vai-se tornando tempo de consumo obrigatório. Tempo livre, tempo prisioneiro: as casas muito pobres não têm cama, mas têm televisor, e o televisor tem a palavra. (GALEANO, 2005, p. 266).

Falta o pão, falta o material escolar, mas não falta o tamanco de salto plataforma ou a bota de camurça, o brinco de argola, a jaquetinha rosa, pranchinha no cabelo e, claro, na melhor expressão colonial, o *legging* (para não dizer calça justa de malha porque é *out*).

E a crueldade da exclusão pelo não consumo evidencia-se na adolescência, momento de crises e de questionamentos, já tão debatidos por especialistas e educadores. Os valores que os jovens adquirem são repassados por pais inseguros e conformados pela inserção em suas vidas de conceitos sociais preestabelecidos e não contestados.

A impossibilidade de aquisição dos produtos ofertados gera mesmo o desejo por satisfação, seja pela forma *tradicional*, seja pelas formas *alternativas*.

A publicidade lhes dá água na boca e a polícia os expulsa da mesa. O sistema nega o que oferece: objetos mágicos que transformam sonhos em realidade, luxos que a tevê promete, as luzes de néon anunciando o paraíso nas noites da cidade, esplendores de riqueza virtual. Como sabem os donos da riqueza real, não há *valium* que possa atenuar tanta ansiedade nem *prozac* capaz de apagar tanto tormento. A prisão e as balas são a terapia dos pobres. (GALEANO, 2005, p. 260).

A inserção através dos produtos consumidos se impõe como falsa medida, a qual se apresenta como necessária ao desenvolvimento social e à aceitação como

indivíduo. Se os valores pregados pela comunidade, escola e família reforçam o senso comum difundido pelos meios de comunicação, que trabalham para um Mercado que privilegia o consumo, o indivíduo vê-se limitado em suas opções e entregue ao abandono das circunstâncias.

Por um lado, mediante a sua transformação cultural, o fetichismo das Mercadorias vai muito para além da exploração. Convertido num sistema semiótico globalmente difundido pelo imperialismo cultural, o fetichismo das Mercadorias é, com frequência, um posto avançado da expansão capitalista, o mensageiro da exploração que se avizinha. [...] por último, a crescente esteticização do consumo converte as Mercadorias numa configuração de mensagens expressiva que fomentam uma concepção materialista da vida no mesmo processo em que desmaterializam os produtos. A marca, o logotipo, o mapa das cores, o traço do estilo, multiplicam os valores de uso e, com isso, prolongam a eficácia dos produtos para além daquela que pode decorrer do trabalho produtivo. (SANTOS, 2007, p. 286).

Evidencia-se uma exclusão não só material como também ideológica: quem não se enquadra ou opta por caminhos de satisfação diversos dos oferecidos pelo Mercado, é tido como *esquisito, fora de foco, bicho-grilo, maluco*, entre outros adjetivos de sentido puramente pejorativo.

Quem não tem, não é: quem não tem carro, não usa sapato de marca ou perfume importado, está fingindo existir. Economia de importação, cultura de impostação; no reino da tolice, estamos todos obrigados a embarcar no cruzeiro do consumo, que sulca as agitadas águas do Mercado. A maioria dos navegantes está condenada ao naufrágio, mas a dívida externa vai pagando, por conta de todos, as passagens dos que podem viajar. Os empréstimos, que permitem a uma minoria se empanturrar de coisas inúteis, atuam a serviço do boapintismo de nossas classes médias e da copiandite de nossas classes altas, e a televisão se encarrega de transformar em necessidades reais, aos olhos de todos, as demandas artificiais que o norte do mundo inventa sem descanso, exitosamente, projeta sobre o sul. (GALEANO, 2005, p. 26).

Aos *não consumidores*, aos fora das pesquisas Mercadológicas, aos milhares de *ninguéns* produzidos a cada intervalo de novela, a cada data comemorativa no calendário capitalista, cabe a forma alternativa de consumo mais difundida do momento: o consumo pela força.

O mesmo sistema que precisa vender cada vez mais, precisa também pagar cada vez menos. Este paradoxo é mãe de outro paradoxo: o norte do mundo dita ordens de consumo cada vez mais imperiosas, dirigidas ao sul e ao leste, para multiplicar os consumidores, mas em muito maior grau multiplica os delinqüentes. Ao apoderar-se dos fetiches que dão existência real às pessoas, cada assaltante quer ter o que sua vítima tem, para ser o que sua vítima é. Armai-vos uns aos outros: hoje em dia, no manicômio das ruas, qualquer um pode morrer a balaços: o que nasceu para morrer de fome e também o que nasceu para morrer de indigestão. (GALEANO, 2005, p. 26).

Força da arma, força do medo, força da vontade de ser. Mata-se por um tênis *nike*, por um boné dos *Laker's*, por um *iPod*, por um celular que tira fotos, muito mais que se mata por um pão ou por um prato de comida.

O criminologista Anthony Platt observou que os delitos de rua não são frutos tão-só da pobreza extrema. Também são frutos da ética individualista. A obsessão social do êxito, diz Platt, corre decisivamente na apropriação ilegal das coisas. Sempre ouvi dizer que o dinheiro não traz a felicidade, mas qualquer telespectador pobre tem motivos de sobra para crer que o dinheiro traz algo parecido, tão parecido que a diferença é assunto para especialistas. (GALEANO, 2005, p. 267).

E não só: matam-se muitos e muito mais pelos desvios de recursos públicos, pelo roubo da merenda escolar, pela extorsão à qual se permite o serviço público, pela compra e pela venda de vantagens que a iniciativa privada impõe, pela corrupção ativa e passiva, pela passividade e omissão.

E o Estado não se furta ao direito/dever de punir *uns*, fazendo uso do Sistema Penal, em proteção à boa vida de *outros*:

Com efeito, no senso comum, existem os homens de bem e os homens maus, sendo os primeiros os artífices dos sadios valores e da boa vida que os segundos, em alarmante expansão, estariam impedindo de viver. A função declarada do sistema penal seria a de controlar a totalidade das condutas dos homens maus (criminalidade) para garantir a boa vida dos homens bons (a cidadania). [...] Os etiquetados como criminosos podem então ser duplamente culpabilizados: seja por obstaculizarem a construção de sua própria cidadania (eis que não fazem por merecer, de acordo com a liberdade de vontade que supostamente detêm, e a moral do trabalho, que dela se deduz); seja por obstaculizarem a plenitude do exercício da cidadania alheia, encerrada que crescentemente se encontra no cárcere gradeado de sua propriedade privada. (ANDRADE, 2003, p. 20-21).

Ter-se mais com menos esforço, mais patrimônio e mais sonegação de tributos, menos responsabilidades e mais vantagens, ser mais que o vizinho, ter o carro mais potente que o colega de serviço, a grama mais verde, a roupa da moda, o maior televisor.

Ostentar e aparecer. Ser visível pelo que veste, pelo que dirige, pelo que pilota, pelo que calça, pelo que aparenta ter. Deseja-se ser cidadão consumidor à custa de qualquer preço ou pagando-se quase nada.

3.3.3 Ciclos viciosos

O Mercado capitalista hegemônico impõe um modo de vida excludente, que se limita ao consumo de produtos e à aceitação de uma cultura homogênea que se presta à padronização das condutas sociais.

Ao aceitar essas condições de vida, o cidadão restringe a sua potencialidade de criação e *emancipação*, condicionando a sua existência à aquisição de produtos e à repetição de atitudes.

Tais produtos, por sua vez, estão condenados já em sua produção a tornarem-se obsoletos em um curto período, visto que o processo capitalista necessita da contínua superação de tecnologia e da conseqüente oferta de novas Mercadorias, num ciclo sem limites.

Desta feita, nunca será possível ao consumidor ter um produto de tecnologia de ponta ou de última geração por muito tempo, constituindo-se, mesmo, numa satisfação efêmera e passageira.

Ao Mercado do capital globalizado não é interessante que os consumidores estejam *satisfeitos* com os produtos que adquirem. Sempre será ofertado um produto mais moderno, mais eficaz, com mais recursos e mais *designer*, pois é necessário vender, instigar o público consumidor, fazê-lo desejar a mais *nova novidade*, fazê-lo ansiar, querer e, por fim, sucumbir à compra.

De outra sorte, os produtos são *feitos para não durar*, para serem descartados também em pouco tempo, já que o Mercado depende da substituição e da troca para fazer circular o seu estoque (GALEANO, 2005). Os produtos são descartáveis e descartados, tornando-se lixo que, não tendo destinação ou

reciclagem, acabará por poluir os rios, as nascentes e o solo e interferir na saúde e no equilíbrio do meio ambiente.

Assim, a negação do *direito/dever* de refletir sobre as suas escolhas e opções diante da vida compromete a satisfação pessoal e o aprimoramento das relações coletivas, a perspectiva social de emancipação e a construção das subjetividades expressas no coletivo.

[...] A fatalidade, que parece dominar a história, não é mais do que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentismo. Há fatos que amadurecem na sombra, porque poucas mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva, e a massa não sabe, porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões limitadas e com fins imediatos, de acordo com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens não se preocupa com isso. Mas os fatos que amadureceram vêm à superfície; o tecido feito na sombra chega ao seu fim, e então parece ser a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um gigantesco fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, de que são todos vítimas, o que quis e o que não quis, quem sabia e quem não sabia, quem se mostrou ativo e quem foi indiferente [...]. (GRAMSCI, 2006).

Assim, os homens do *labor e trabalho* permanecem condicionados por suas próprias características de origem. Ao delegarem o seu poder de intervenção na realidade política ao *Homem de Ação*, restringem a possibilidade de transformação de sua própria história.

Ao *Homem de Ação*, típico da esfera de poder e representação da democracia participativa, cabe a defesa e a inclusão, pela via formal e institucionalizada, dos demais indivíduos excluídos do pacto social.

As implicações para a cidadania – e a democracia – são significativas. Quanto mais se expande e legitima publicamente o sistema penal, chegando ao ponto, muitas vezes, do extermínio socialmente legitimado, mais obstáculos à construção da cidadania e mais riscos para a gestão dialogal e democrática do poder. Eis que o binômio exclusão-criminalização, que faz dos pobres e dos excluídos socialmente os selecionados penalmente (criminalizados), radicaliza a escala vertical da sociedade (a desigualdade e as assimetrias), potencializando que a sociedade excludente se torne, cada vez mais, abortiva e exterminadora. (ANDRADE, 2003, p. 26).

Não sendo ofertada essa inclusão formal e atribuídos direitos e oportunidades que autorizem a permanência e o exercício da cidadania entre os excluídos do diálogo social, resta prejudicada a potencialidade emancipatória do discurso da cidadania. Isso gera a dependência e o ciclo vicioso da troca periódica de favorecimentos, abdicando-se da participação, constituindo-se como a única forma de atribuir-se cidadania e dignidade.

Um dos processos que levaram a que o equilíbrio entre regulação e emancipação fosse quebrado a favor da regulação consistiu na redução da política a uma prática social sectorial e especializada e na rígida regulação da participação dos cidadãos nessa prática. Em consequência disso, ficaram vastíssimas áreas da prática social fora da intervenção participativa dos cidadãos e, por outro lado, a regulação hiperdetalhada da participação autorizada acabou por transformar esta última na participação dos cidadãos na sua própria regulação. (SANTOS, 2007, p. 112).

Sem a necessária *participação efetiva* – além da *participação regulada* pelo Estado – os excluídos do processo social e político continuarão à mercê dos processos econômicos. Também continuarão submetidos ao silêncio e à omissão daqueles que tomam a sua voz e ocupam o seu espaço, impossibilitando a apropriação de uma cidadania autônoma e independente, *gerada e gestada* para a *emancipação*.

3.4 O papel do Estado na Globalização

3.4.1 A redefinição do Estado-nação

As concepções do neoliberalismo e a sua vertente econômica baseada no capital acumulado impõem o afastamento do Estado de suas funções de interventor da economia e exigem restrições à sua função social.

Cabe somente ao *Mercado* – por intermédio dos organismos multilaterais de controle, tal como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras agências que coincidem com os *países centrais* –,

conduzir e regular a economia, ainda que em detrimento das funções tradicionais do Estado e da desestruturação da Sociedade Civil.

[...] A pressão sobre os Estados é agora monolítica – o “Consenso de Washington” – e em seus termos o modelo de desenvolvimento orientado para o Mercado é o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação, sendo, por isso, necessário impor, à escala mundial, políticas de ajustamento estrutural. (SANTOS, 2001, p. 43).

Na fase de Globalização do capitalismo, o controle imposto às nações por organismos de poder mundial por meio do dinheiro emprestado ou investido, do apoio dado ou retirado, das ameaças e dos desafios, as margens de desenvolvimento e liberdade dos povos limitam-se ao que permite a cartilha dessas instituições.

O estado precisa de uma redefinição para adaptar-se às transformações mundiais, já que elas se fazem prescindindo dos limites dos estados-nações. Nem as conseqüências perversas da degradação ecológica respeitam os limites políticos dos povos. A responsabilidade é coletiva e transcende os estados nacionais. (BOFF, 1994, p. 33).

O conceito de soberania é relativizado, e o Estado Nacional tem liberdade vigiada e intenções negociadas. Os investimentos internos são estrategicamente definidos para que os interesses e os juros dos credores internacionais sejam priorizados.

O foco das mudanças está localizado em dois pontos: redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva. Dito de outro modo, trata-se de um desafio à instituição do Estado-nação. A redução do papel do Estado em benefício de organismos e mecanismos de controle internacionais tem impacto direto sobre os direitos políticos [...] Grandes decisões políticas e econômicas são tomadas fora do âmbito nacional. Os direitos sociais também são afetados. A exigência de reduzir o déficit fiscal tem levado governos de todos os países a reformas no sistema de seguridade social. (CARVALHO, 2001, p. 225).

Os espaços geográficos que delimitavam a soberania e permitiam a definição autônoma das políticas locais não se prestam mais a esse fim. Os blocos econômicos determinam a redefinição dos espaços da política e a nova hierarquia imposta a Estados nacionais, seus símbolos, cultura, identidade e representação.

De fato, a soberania dos Estados mais fracos está agora diretamente ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, mas sobretudo por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais. A pressão é, assim, apoiada por uma coligação transnacional relativamente coesa, utilizando recursos poderosos e mundiais. (SANTOS, 2001, p. 44).

As conseqüências dessa *nova ordem de poder* refletem nas instituições e nos organismos internos, bem como nas relações e articulações anteriormente existentes entre eles, suas funções, características e potencialidades.

Todo esse impacto do processo de Globalização provoca processos simultâneos de reestruturação das relações entre Estado e Sociedade Civil. Se, na etapa anterior, a articulação Estado e Sociedade se processa a 'fusão', com o predomínio do princípio estatal, agora, se configura a diferenciação Estado-Mercado-Sociedade, com predomínio do Mercado. Disso decorre uma menor importância da representatividade de partidos e sindicatos, e o aumento vertiginoso de uma multiplicidade de organizações não-governamentais, voluntárias e de movimentos sociais compondo uma Sociedade Civil enquanto espaço público de participação. (WOLKMER, 2003, p. 8).

Novas relações são estabelecidas em um contexto de escala mundial que rompe as antigas concepções de Nação, percebidas pelo processo da Globalização, essencialmente a Globalização da economia e o surgimento de novas instâncias de poder transnacional, que têm conferido pelo Estado, inclusive, garantias jurídicas para a atuação eficaz.

Nos termos do Consenso de Washington, a responsabilidade central do Estado consiste em criar o quadro legal e dar condições de efetivo funcionamento às instituições jurídicas e judiciais que tornarão possível o fluir rotineiro das infinitas interações entre os cidadãos, os agentes econômicos e o próprio Estado. (SANTOS, 2001, p. 50).

Assim o poder e a autonomia dos Estados Nacionais vêm-se reduzidos e condicionados à mediação e às possibilidades atribuídas pelo *Mercado*, agora transformado no novo *Leviatã*.

Há que se relativizar a economia de Mercado. A predominância deste tipo de economia gera a monopolização e cartelização, vale dizer, a dominação do mais forte. Nos países pobres dá origem à economia do Mercado negro. Ademais a insistência só nesta vertente desconhece e deixa de valorizar outras dimensões importantes para uma sociedade, como o desenvolvimento humano, a economia do dom e da distribuição, as atividades sem fim lucrativo, mas de utilidade social. O Mercado, deixado sozinho, possui uma lógica perversa: maximização dos benefícios auferidos a partir da minimalização dos capitais investidos. Ora, essa lógica deve valer apenas em alguns domínios e não ser a determinante de todo o processo econômico-social. (BOFF, 1994, p. 22).

Também as organizações da Sociedade Civil articulam-se perante a nova configuração dos poderes. O diálogo, antes empreendido nas instâncias de poder institucional local, agora é mediado por organismos econômicos que interferem significativamente em suas demandas e em estratégias de organização, condicionando, efetivamente, as suas ações, necessidades e práticas.

3.4.2 A nova ordem interna – imposições do capital globalizado

Com a crescente limitação de liberdade imposta aos Estados Nacionais, o capital globalizado impõe as suas regras. Um dos muitos fenômenos, o da *Containerização* (mobilidade através do transporte em contêineres), já é conhecido em algumas regiões.

A indústria se instala em determinado município ou região, em troca de isenções e benefícios fiscais concedidos pelo Estado, para manter-se e gerar empregos, isenções essas que não raro são maiores que os investimentos e a renda gerada pelas empresas.

Com o passar do tempo e com a mudança de interesses, as empresas deixam de investir ou recebem propostas mais vantajosas, levando todo o seu parque industrial, a sua produção e o prometido progresso e desenvolvimento para outra região. Assim, literalmente fecham os seus *contêineres* e os instalam no novo pólo de exploração.

O processo mais visível de mundialização reside na crescente interdependência de todas as economias na integração de todos os Mercados, formando o Mercado total. Cabe, de saída, sublinhar que esta interdependência oculta verdadeira dependência dos países periféricos em face dos países centrais, pois as relações não são simétricas e eqüitativas; sem estas não existe verdadeira interdependência. Ao contrário, há profunda dependência tecnológica, financeira, política e ideológica por parte dos países que não garantiram um desenvolvimento auto-sustentado. (BOFF, 1994, p. 31).

Os poderes institucionalizados locais, as organizações sindicais e os movimentos comunitários travam uma batalha por espaços e por direitos: enquanto uns apóiam a instalação das empresas, outros se empenham em garantir a preservação do meio ambiente ou, ainda, manter a dignidade de seu modo de vida. No entanto, pouca atitude depende deles.

Na democracia de hoje, milhões de cidadãos debatem sobre seus candidatos, elegem um presidente, para que alguns dias antes da posse um jovem burocrata de um banco, sentado a dezenas de quilômetros, mova alguns botões de seu computador e desarticule toda a economia do país; ou para que, dois dias depois da posse, uma missão de funcionários do FMI traga as normas que deverão ser seguidas nos anos seguintes. (BUARQUE, 2001, p. 21).

Made in China, Indonésia, Honduras, Vietnã: as marcas famosas mundialmente *alinham* as suas roupas de boutique (de qualidade duvidosa) em porões mal-iluminados, sem ventilação, sem higiene ou segurança nos países do *Terceiro Mundo*. Pequenas mãos costuram bolas e chuteiras que serão desfiladas por astros do esporte mundial ou fabricam brinquedos que servirão de brinde na lanchonete da moda.

Em troca de centavos, famílias inteiras trabalham longas jornadas sem ver a luz do sol, sob pena de serem substituídas por outras famílias tão famintas e miseráveis quanto elas, que esperam aos milhares nas filas.

Não existem *olhos para ver ou ouvidos para escutar*. Não existe fiscalização nem existem indenizações ou multas. Os governos entregam a sua soberania e vendem a alma de seus cidadãos em troca da instalação de empresas *vampiras* em seu território, que lá permanecerão enquanto as isenções e os incentivos fiscais permitirem.

Este consenso neoliberal entre os países centrais é imposto aos países periféricos e semiperiféricos através do controlo da dívida externa efetuado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Daí que estas duas instituições sejam consideradas responsáveis pela “Globalização da pobreza” [Chossudovsky, 1997]. A nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial. (SANTOS, 2001, p. 40-41).

Há conivência das autoridades policiais, dos órgãos de fiscalização e do próprio governo local. Esses trabalhadores, de qualquer sorte, a despeito das boas intenções de seu governo ou dos empreendedores, não serão inseridos no *sistema* ou terão a sua renda e suas condições de vida melhoradas, visto que o que ganham mal dá para o arroz.

As corporações permanecem nesses locais miseráveis até o limite de sua conveniência: ou descobrem outros miseráveis mais famintos e, por conseqüência, mais dispostos a receber menos, ou ali ficam até que esses miseráveis se tornem conscientes da exploração que lhes é impingida, passando a exigir melhores condições de trabalho e remuneração.

Nos últimos anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1 e, em 1997, de 74 para 1. As 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998. A riqueza dos três mais ricos bilionários do mundo excede a soma do produto interno bruto dos 48 países menos industrializados do mundo [PNUD, 2001]. (SANTOS, 2001, p. 40).

Essa prática de formação e exploração da miséria constitui a lógica perversa e lucrativa do Mercado capitalista globalizado, globalizando, enfim, as injustiças e a pobreza.

3.4.3 As corporações de poder planetário

Segundo o documentário *The Corporation (2004)*, a moderna corporação teve seu nascedouro no advento da era industrial. Com a descoberta da bomba a vapor

(1712, pelo inglês Thomas Newcomen), a extração do carvão foi assustadoramente impulsionada, o que gerou conseqüências como o aumento da produtividade homem/hora/carvão.

Desde então, o sistema tem se repetido para aumentar os lucros e *otimizar* as horas trabalhadas: do carvão ao aço, aos têxteis, chegando-se hoje ao chip e às bugigangas, tensionando os processos de produção e as relações de trabalho.

No princípio, as corporações submetiam-se a regras bem definidas impostas pelo Estado, desde responsabilidades dos sócios até taxas e administração, e priorizavam o bem comum.

Com a guerra civil americana e a Revolução Industrial, essas corporações ganharam novo impulso e muito poder com os subsídios ofertados pelo governo para a indústria pesada e a construção das ferrovias.

Passaram, então, a requerer a proteção atribuída às pessoas negras no fim da guerra civil, pela Emenda 14 da Constituição Americana (*nenhum Estado pode tirar a vida, liberdade ou propriedade sem um processo legal*), sendo aceito tal absurdo pela corte do Supremo Tribunal, sendo-lhe atribuídas essas prerrogativas como pessoas jurídicas. Uma das modificações diz respeito à responsabilização dos sócios, que passou a ser limitada, gerando muito interesse por essa nova forma de empreendimento.

Assim, milhares e milhares de corporações passaram a fazer parte da vida de todos os indivíduos. Essas corporações constituem-se em *pessoas* sem qualquer preocupação moral, sem escrúpulos, que têm como objetivo crescer, expandir-se e gerar lucros, banalizando riscos e desprezando os problemas.

A nova configuração do poder mundial e a transformação das relações convencionais entre Estado, Sociedade e *Mercado*, imposta pelo movimento de Globalização – principalmente econômica – privilegiam esses atores políticos.

Mais poderosos que muitos Estados e com a mobilidade como trunfo, as corporações capitalistas dominam o Mercado mundial, impõem regras sociais e trabalhistas, rompem tradições milenares e estão presentes em vários setores da economia, sempre privilegiando mais lucros para seus acionistas.

O surgimento de megaconglomerados e corporações estratégicas e que atuam no nível global e multissetorial não são mais simples multinacionais, mas empresas mundiais, pois operam visando o mundo e o Mercado total e

não varias nações e Mercados regionais. Assim, por exemplo, o conglomerado Mitsubishi, de base japonesa, opera em 90 setores diferentes. Semelhantemente, a ASEA-Brow Boverly no setor de máquinas pesadas, ou a Dimler-Benz no setor de automóveis e armamentos, ou a Ciba-Geigy no farmacêutico, químico e agroindustrial. Estes conglomerados fazem alianças entre si, independentemente dos países de origem, estabelecendo uma teia realmente global de complexas relações, com parca preocupação de fidelidade à sua nação de origem ou ao povo, assim, como escapam do controle sobre sua atividade em nível global. [...] Todos estes conglomerados em nível planetário com grande flexibilidade, consoante os Mercados e as oportunidades de vantagens lucrativas. (BOFF, 1994, p. 33).

São organismos empresariais que se fazem presentes em vários países, simultaneamente, controlando diversos e variados setores pelo domínio de estratégias políticas bem definidas para que, em nome do melhor negócio, possam impor as suas regras de Mercado.

Tais corporações seriam diagnosticadas como *psicopatas* se analisadas como um paciente por seu psiquiatra: não têm compaixão, não se importam com os outros, não têm remorsos.

Financiam guerras e governos corruptos, ditatoriais e fascistas pelo mundo, com interesses políticos e comerciais, utilizando-se de espionagem, conspirações e intrigas. Garantem uma boa imagem relacionando a sua marca a atletas, celebridades e ações filantrópicas.

Causam danos aos trabalhadores, à saúde, ao meio ambiente e envenenam o Planeta, provocando o declínio de vários sistemas naturais que formam a biosfera. Privatizam os bens públicos, loteando a água, o ar e o espaço. Patenteiam as espécies, lucrando, literalmente, sobre a vida.

CAPÍTULO 4 - A OCUPAÇÃO CIDADÃ DO ESPAÇO PÚBLICO

O desafio da cidadania está, ininterruptamente, posto, para a teoria e a práxis, o conhecimento e a ação, a academia e a rua, conjuntamente.

Andrade

4.1 Reconquista do espaço público – resposta ao movimento

A democratização do espaço público – entendido como o espaço de interesses comuns à coletividade, à arena de debates e à argumentação *do Homem de Ação*, bandeira de luta no contexto apresentado após os anos 1978 na sociedade brasileira – trouxe a possibilidade da conquista dos direitos civis e políticos e a ampliação desses direitos de cidadania.

Apresentava-se como o momento do grande desafio às associações populares e sindicais, aos grupos de moradores, aos grêmios estudantis, às comunidades eclesiais de base e a todo o movimento reivindicativo de espaço e de direitos.

O caráter ascensional desses movimentos indicava uma forte tendência ao fortalecimento da sociedade, marcando o declínio da atomização dos indivíduos e abrindo a possibilidade de democratizar o Estado e aprofundar a luta pela construção de uma democracia. (ANDRADE, 1993, p. 127).

Tais movimentos saíram da clandestinidade e da ilegalidade e passaram a atuar como definidores de uma nova possibilidade de diálogo e transformação social. O espaço foi ocupado, garantindo-se potencialmente o direito à participação democrática e política.

A participação política, embora difusa e semanticamente genérica, que vem no bojo das demandas liberadas na transição, parece desafiar a principal forma política aberta efetiva nas ordens liberais-democráticas, implicando novas formas de “fazer política” que, produzidas a partir de identidades e conflitos coletivos, transcendem os limites da política institucionalizada. (ANDRADE, 1993, p. 127).

Destarte, o novo contexto do início desse século lança, também, novo desafio às entidades da Sociedade Civil em sua redefinição diante das perplexidades criadas pelo modelo *democrático* capitalista impingido pelas *articulações do movimento global*.

Na América Latina em especial, novos *movimentos de velhos grupos* buscam a reconquista e a ocupação de um espaço usurpado de seus ancestrais – são grupos *contra-hegemônicos* de populações originais, indígenas, nativas, que resgatam a história e forjam as suas identidades por meio de lutas institucionalizadas – através da ocupação de cargos de Estado – ou de confrontos diretos, como resposta às violações impostas.

[...] recentemente, a Globalização neoliberal, apesar de continuar a ser a forma dominante de Globalização, foi confrontada com outra forma de Globalização – a Globalização contra-hegemônica, alternativa, solidária, “a partir de baixo”. Nos últimos dez anos, e de um modo mais evidente a partir do levantamento de Chiapas em 1994, dos protestos de Seattle, quando da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1999, tem-se assistido ao surgimento de outra forma de Globalização resultante dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que, através de ligações simultaneamente de tipo local e global, vêm empreendendo uma luta global contra todas as formas de opressão geradas ou intensificadas pela Globalização neoliberal. (SANTOS, 2008, p. 414).

Então, sendo o exercício da cidadania profundamente atingido pela severidade das conseqüências da Globalização do capital, urge a redefinição dos papéis anteriormente adotados diante do Estado e do *Mercado* em todas as suas dimensões possíveis: cultural, social, econômica, política.

Assim, não é mais possível dissociar ou abstrair-se o discurso da cidadania das condições materiais de produção e existência em que os indivíduos se inserem. Em outras palavras, trata-se de pensar a cidadania de indivíduos histórica e socialmente situados – pois é desse *locus* que se engendram as identidades e os conflitos e se criam as condições para a emergência de sujeitos políticos. É desse *locus*, enfim, que advém o sentido da cidadania. (ANDRADE, 1993, p. 130).

Assim, o individualismo liberal e o conseqüente desinteresse pela participação política impõem o signo da omissão e da indiferença para com os assuntos sociais e

de interesse da coletividade, comprometendo de fato a realização das subjetividades coletivas.

Destarte, a atomização dos interesses e a individualização das demandas criaram *nichos* e frentes corporativas de lutas, desconstituindo, por fim, a cidadania da coletividade.

O arrebatamento por questões pontuais e de grupos específicos traz o enfrentamento pelas prioridades e o conflito de interesses, num crescente movimento de forças – políticas, sociais e econômicas – pela satisfação de suas necessidades (ou desejos) e pela ocupação de espaços. Divide pelas diferenças quando deveria privilegiar as semelhanças.

Constituindo-se, enfim, a Globalização como um movimento incontestado que se impõe aos povos, cabe a retomada dos espaços democráticos e a apropriação das oportunidades então surgidas, em nova articulação da sociedade em prol da satisfação coletiva.

Há sinais cada vez mais eloqüentes de que precisamos chegar a uma nova ordem política mundial com centros de poder e organismos que sirvam às questões planetárias, abertos a um governo mundial [...]. A imbricação que todos os problemas maiores das nações guardam com a interdependência global obriga mais e mais a formulação planetária das soluções, especialmente aquelas concernentes ao preço ecológico do desenvolvimento e a criação de alimentos e de infra-estrutura mínima aos dois terços de pobres e marginalizados do mundo. (BOFF, 1994, p. 40).

A possibilidade da convivência e o respeito entre as culturas e tradições, a troca de experiências e o aprendizado adquirido com o conhecimento das habilidades, as dificuldades e as semelhanças, trazem um novo perfil à cidadania cosmopolita. E preciso eliminar as desigualdades e aprimorar os interesses e as estratégias na busca de soluções efetivas para os problemas em comum.

A Globalização democrática é movida pelo cívico e não pelo econômico, e pelo que é comum aos povos, ou seja, a biodiversidade, as sementes, o ar e a água enquanto a base da vida, da integridade dos ecossistemas e da sustentação das comunidades humanas. Democracia, seguridade social e diversidade cultural são as bases dos direitos humanos. De acordo com o que reconhece a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, todas as pessoas têm direito à Cidadania, incluindo o acesso a

cuidados com a saúde, a educação, a moradia, o trabalho significativo com salários justos e a dignidade humana. (WOLKMER, 2003, p. 342).

A condição humana iguala os povos, a condição de vida na Terra iguala as espécies. As mazelas sofridas igualam os povos sofridos: a fome, as doenças, a falta de dignidade e as condições subumanas de existência atingem todos os continentes.

É necessária uma democracia cosmopolita – além das fronteiras geográficas, culturais, econômicas – que congregue os povos em um esforço de superação das dificuldades e dos problemas comuns à humanidade e à natureza, que concretize os valores abstratos, porém universais e comuns à condição humana.

Proponho uma racionalidade mais ampla e mais cosmopolita que a racionalidade moderna ocidental, uma racionalidade que dê conta da diversidade epistemológica do mundo. Já antes definira a razão ocidental como uma razão indolente, cuja indolência é responsável pelo imenso desperdício da experiência social de que de alimentam todas as formas de pensamento único. (SANTOS, 2008, p. 16).

Cabe a transformação de limites geográficos e espaços de encontro em espaços de debate e desenvolvimento das relações humanas.

Reconquistar os bens comuns, aquilo que é comum aos povos, tem portanto, na cidadania cosmopolita, com sua perspectiva cívica e mundial, um experimento democrático de luta contra a apropriação destes bens pelo Mercado. Assim, a cidadania cosmopolita abre novas perspectivas para a conquista de uma democracia transnacional que recupere os espaços públicos de mediação, fazendo possível tanto a integração social como a interculturalidade, e contribuindo para um desenvolvimento sustentável. (WOLKMER, 2003, p. 342).

Cabe um compromisso solidário permanente na construção de um novo *imaginário coletivo libertador*, um novo paradigma de atitudes que congregue um pensar ecológico, ético e pacificador que contemple a *cidadania da margem* – do que é esquecido no processo de inclusão e participação formal – e dos que se percebem *marginais*.

Essa consciência planetária crescente nos faz cidadãos do mundo e não apenas deste ou daquele país. Vivemos uma comunidade de destino; o destino da espécie humana está associado indissolivelmente ao destino do planeta e do cosmos. Qualquer antropocentrismo está fora de lugar. Na verdade, nós somos cosmos-e-Terra-centrados. Precisamos nos situar no conjunto do sistema da vida e não simplesmente no concerto dos povos, das raças e das nações. Somos criaturas terrenais, expressão da parte consciente do planeta Terra, que devem conviver democraticamente com outros seres e repartir com equidade os meios de vida com eles. Com todos esses elementos conscientizados vai surgindo, aos poucos, uma cultura cosmopolita e planetária, fato absolutamente inédito na história do processo de hominização. Ele não é relevante apenas para a espécie *homo*, mas para a totalidade do processo planetário e cósmico. (BOFF, 1994, p. 44-45).

Cumpra então ao homem cidadão encaminhar, em solidariedade às demais espécies e seres, o novo *processo de mundialização, através da ética da alteridade – sentindo as dores do outro –*, da consciência planetária e da harmonia com a *Mãe Terra*, privilegiando um novo saber que contemple as bases, as periferias e as margens do que hoje se apresenta como caminho único e sem retorno.

4.1.1 Alternativas ao espaço público formal

O novo contexto social global que se impõe exige novas perspectivas e criatividade para a sobrevivência. Não se trata de escolhas fáceis diante de alternativas diversas: trata-se de atitudes urgentes na emergência de uma nova ordem de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que foram criados com as mudanças, os avanços e as transformações de espaços historicamente dados: Estado, *Mercado* e Sociedade Civil.

Diante das imposições e investidas do *Mercado* – que se mostra gigantesco e globalmente localizado, recuo do Estado Nacional – *mínimo na garantia de espaços para o desenvolvimento de práticas de emancipação e máximo na regulação/controle sobre sujeitos selecionados da coletividade* –, coube à Sociedade Civil adaptar-se às novas regras.

A representação partidária e a oferta de democracia limitada já não comportam a sua função original nem mesmo a reconhecem.

Trata-se, pois, de uma história inscrita na dialética concessão/conquista; legitimação/contestação, dominação/libertação, e que permanece aberta, uma vez que o conteúdo instituído da cidadania não o esgota; ao contrário, o entreabre. É isto o que parece mostrar a dinâmica das sociedades modernas: como resultado da confluência tensa e contraditória entre institucionalização e formas emergentes de participação, os direitos adquiridos têm impulsionado os sujeitos sociais à reivindicação de novos direitos, de forma que direitos novos podem ser enunciados sempre que houver novos enunciadores. A cidadania traz consigo, pois, a possibilidade permanente de sua reinvenção [...] (ANDRADE, 2003, p. 72-73).

Aos movimentos populares tradicionais e institucionalizados pelas conveniências econômicas e sociais, diante da ineficácia e do silêncio tidos como resposta às suas reivindicações e necessidades, cabe a redefinição de estratégias e a modificação de posturas.

Junto com o estado, deve ser fortalecida a sociedade civil. Por ela se discutem as questões do bem comum e se constroem as escolhas e se definem as orientações. Por isso não basta apenas contentarmos-nos com uma democracia delegatícia, mas sem prescindir dela, praticarmos mais e mais uma democracia participativa e ecológico-social. (BOFF, 1994, p. 23).

A complexidade e a mutação constantes das relações sociais – de produção econômica, cultural, de gênero, étnica, entre outras – apresentadas pela *modernidade* impõem uma nova abordagem que comporte *alteridade*, respeito e *emancipação* em suas práticas, ou, como aponta Santos (2007, p; 112), uma nova ética:

O novo princípio da responsabilidade reside na *Sorge*, na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que acontece e nos torna responsáveis pelo outro, seja ele um ser humano, um grupo social, a natureza, etc.; esse outro inscreve-se simultaneamente na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos de garantir no presente. A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas conseqüências imediatas. É uma responsabilidade pelo futuro.

As respostas encontradas para as demandas surgidas mostram-se insuficientes, exigindo *um novo pensamento* e uma *nova ação*, posturas essas necessárias tanto aos organismos estatais quanto aos grupos constituídos além e

aquém destes. Trata-se de um novo modo de se pensar o *individual e o coletivo, o local e o global*, irremediavelmente.

Destarte, a despeito do silêncio da *modernidade* sobre soluções para a crise existente, os novos paradigmas passam, obrigatoriamente, pela análise e pela superação dos paradigmas fornecidos por essa *modernidade*.

[...] Isto significa, antes de mais nada, que só a partir da modernidade é possível transcender a modernidade. Se é verdade que a modernidade não pode fornecer a solução para excessos e défices por que é responsável, não é, menos verdade que só ela permite desejá-la. De facto, podemos encontrar na modernidade tudo o que é necessário para formular uma solução, tudo menos essa solução. (SANTOS, 2007, p. 74-75).

No entanto, aponta o autor para soluções existentes nos *princípios entre regulação e emancipação*, pela negligência nas respostas à comunidade, que passam a se chamar, então, *possibilidades*.

Em meu entender, as representações que a modernidade deixou até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalidade estético-expressiva. Dos três princípios de regulação (Mercado, Estado e comunidade), o princípio da comunidade foi, nos últimos duzentos anos, o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser quase totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do Mercado. Mas, também por isso, é o princípio menos obstruído por determinações e, portanto, o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação. (SANTOS, 2007, p. 75).

Dessa forma, o *espaço e o vazio* deixados no princípio da *comunidade*, mais que a ausência, marcam a possibilidade de criação de alternativas positivas para a construção da nova prática comunitária, num diálogo solidário e promissor com os ideais de emancipação e liberdade.

Aqui, cabe salientar a distinção dos conceitos adotados por Santos (2007), quando reconhece existir entre a dicotomia *Estado/Sociedade Civil* outros *espaços e dimensões estruturais* de poder, direito, conhecimento e práticas que se mantêm em complexas relações sociais, apesar de distintos e autônomos: *espaço doméstico, espaço da produção, espaço de Mercado, espaço da comunidade, espaço da cidadania e espaço mundial*.

Estes espaços são os conjuntos mais elementares e mais sedimentados de relações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. A distinção e autonomia estrutural dos seis espaços estruturais são resultado de um longo processo histórico, e ainda hoje eles se apresentam de forma diferente no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial, devido, em grande medida, às diferentes trajetórias históricas em direcção à modernidade ocidental. (SANTOS, 2007, p. 273-274).

Cada *espaço* delimita uma unidade de *prática social*, comporta *instituições*, *forma de poder*, *forma de direito* e *forma epistemológica*, dentro da estruturação das sociedades capitalistas (SANTOS, 2007), podendo ou não existir elementos e funções que coincidam com os conceitos adotados entre *Estado*, *Mercado* e *Sociedade Civil*.

O *espaço doméstico* é o conjunto de relações sociais de produção e reprodução da domesticidade e do parentesco, entre marido e mulher (ou quaisquer parceiros em relações de conjugalidade), entre cada um deles e os filhos e entre uns e outros e os parentes. O *espaço de produção* é o conjunto de relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de troca econômicos e de processos de trabalho, de relações de produção em sentido amplo (entre os produtores directos e os que se apropriam da mais-valia, e entre ambos e a natureza) e de relações na produção (entre trabalhadores e gestores, e entre os próprios trabalhadores) [...]. (SANTOS, 2007, p. 278).

O denominado *espaço da cidadania*, por sua vez, realiza-se perante o Estado e efetiva-se por intermédio de relações hierárquicas.

O *espaço da cidadania* é o conjunto de relações sociais que constituem a “esfera pública” e, em particular, as relações de produção da obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado. [...] o espaço mundial é a soma total dos efeitos pertinentes internos das relações sociais por meio das quais se produz e reproduz uma divisão global do trabalho.[...] o espaço mundial é, por conseguinte, a matriz organizadora dos efeitos pertinentes das condições e das hierarquias mundiais sobre os espaços doméstico, da produção, do Mercado, da comunidade e da cidadania de uma determinada sociedade. (SANTOS, 2007, p. 278).

Apesar da importância estrutural do conjunto dos *seis espaços* na análise da *sociedade contemporânea*, nesta segunda metade do presente trabalho serão referidos os espaços do *Mercado* e da *Comunidade* como conceitos fortes

explicativos que se prestam a corroborar a investigação proposta, a exemplo do anteriormente referido.

O *espaço do Mercado* é o conjunto de relações sociais de distribuição e consumo de valores de troca através das quais se produz e reproduz a Mercadorização das necessidades e dos meios de as satisfazer. O *espaço da comunidade* é constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e da reprodução de territórios físicos e simbólicos e de identidade e identificações com referência a origens ou destinos comuns. (SANTOS, 2007, p. 278).

São espaços complexos que, apesar da aparente autonomia, mantêm a dinâmica e a influência sobre os demais espaços, interagindo, perpassando, produzindo e reproduzindo valores e práticas.

4.1.2 Deslocamento e construção da cidadania

Cabe desenvolver um *contradiscurso ideológico* e uma nova prática de *alteridade e emancipação* que contemple um compromisso solidário autônomo, libertador e criativo pela construção de uma nova cultura a partir da *margem* – do que hoje está excluído – não mais uma *caricatura* do outro. Um *contradiscorso-e-prática da Globalização neoliberal*:

A minha tese é que no seio desta Globalização contra-hegemônica alternativa está a ser gerada a matriz de governação: uma governação contra-hegemônica insurgente, a qual implica a articulação e a coordenação entre uma imensa variedade de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, com a finalidade de combinar estratégias e táticas, de definir agendas, e ainda de planejar e levar a efeito acções colectivas. (SANTOS, 2008, p. 414).

Assim, após uma longa batalha pela conquista do direito à participação e à ocupação dos espaços de diálogo político, as manifestações democráticas de representação partidária esgotaram a sua credibilidade e eficiência, perdendo-se em aspectos formais e em vícios crônicos de corrupção e desvio de interesses.

No que toca à governação contra-hegemônica, [...] o impulso gerador foi, por um lado, a rejeição dos partidos operários e dos sindicatos como agentes históricos exclusivos e modos de organização privilegiados de uma transformação social de sentido progressista, e por outro lado, a formulação de um novo modelo de emancipação social assente no reconhecimento da diversidade dos agentes da emancipação social e dos objectivos da transformação social. (SANTOS, 2008, p. 414).

Propõem-se, então, a ultrapassagem e a superação da cidadania liberal e das limitações que se impõem ao potencial emancipatório da sociedade civil e do cidadão, democratizando o poder gerado.

Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado. (CARVALHO, 2001, p. 227).

Desta feita, alternativas criativas se fazem urgentes sob pena de subutilizar o potencial de espaços democráticos históricos que foram arduamente conquistados e que podem ser relegados ao desperdício de oportunidades transformadoras.

Cabe a construção de uma *cidadania além do Estado* que ultrapasse a centralidade atribuída ao Poder Executivo, que corresponde ao braço forte repressor ou paternalista.

O Estado é sempre visto como o todo-poderoso, na pior da hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor e cobrador paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. [...] Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de “estadania”, em contraste com a cidadania. (CARVALHO, 2001, p. 221).

Além do Estado, que se mostra ineficaz e omissor, além do *Mercado*, que despreza e confronta, a Sociedade Civil – *Comunidade* nos dizeres de Santos (2007) – precisa impor a sua força criativa, ocupar o seu espaço e participar do diálogo democrático que a constituiu.

Paralelamente a estes, movimentos sociais ou comunitários de base, organizações profissionais, comitês de bairro, associações de moradores e de defesa dos direitos humanos, comunidades eclesiais de base, organizações de auxílio mútuo, organizações não-governamentais (e sua articulação em redes, em nível local ou planetário) fazem parte de uma longa lista de organizações que têm encontrado, na micropolítica, uma nova forma de politizar o tratamento das questões sociais. (ANDRADE, 2003, p. 73).

Para isso, é pressuposto essencial a consciência sobre a função estrutural dos movimentos sociais, as garantias e a importância assim como de seus deveres e suas responsabilidades, numa crescente e necessária *politização do coletivo*.

É necessária uma troca permanente e dinâmica, entre *ciência e senso comum* – *academia e rua*, conforme aponta Andrade (2003) – saberes marginais e cultos, conhecimentos teóricos e conhecimentos populares.

Proponho a idéia de uma *dupla ruptura epistemológica* como forma de superar este beco-sem-saída. A expressão dupla ruptura epistemológica significa que, depois de consumada a primeira ruptura epistemológica (permitindo, assim, à ciência moderna diferenciar-se do senso comum), há um outro acto epistemológico importante a realizar: romper com a primeira ruptura epistemológica, a fim de transformar o conhecimento científico num novo senso comum. Por outras palavras, o conhecimento-emancipação tem de romper com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório. (SANTOS, 2007, p. 107).

Novas práticas, posturas e discursos políticos devem ser privilegiados, novos pensamentos e atitudes devem ser adotados, sob pena de esgotamento das perspectivas de emancipação.

Cabe àqueles que não se conformam com a atual situação refletir alternativas que não subestimem a importância da Globalização, mas que busquem alternativas para uma inserção democrática e justa para todos os sujeitos no processo de mundialização. (WOLKMER, 2003).

É necessária a democracia, duramente conquistada, e a sua retomada como movimento dialogal e transformado, o qual sujeite os indivíduos a uma postura dialética que privilegie a alteridade – *estar* no lugar do *outro* – e o respeito a todos os seres viventes.

O contraste entre estas duas imagens oculta um outro, entre as democracias reais e o ideal democrático. Rousseau foi quem melhor definiu este ideal: uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém. Segundo este critério, estamos ainda longe da democracia. (SANTOS, 2006).

A democracia, pois, também está sendo desafiada, seja pelas desigualdades materiais e pelas discriminações culturais, seja pelas imposições dos países dominantes no campo econômico e militar, ou seja por manipulações ideológicas que sujeitam os países periféricos.

Os desafios que são postos à democracia no nosso tempo são os seguintes. Primeiro, se continuarem a aumentar as desigualdades sociais entre ricos e pobres ao ritmo das três últimas décadas, em breve, a igualdade jurídico-política entre os cidadãos deixará de ser um ideal republicano para se tornar uma hipocrisia social constitucionalizada. Segundo, a democracia atual não está preparada para reconhecer a diversidade cultural, para lutar eficazmente contra o racismo, o colonialismo e o sexismo e as discriminações em que eles se traduzem. Isto é tanto mais grave quanto é certo que as sociedades nacionais são cada vez mais multiculturais e multiétnicas. Terceiro, as imposições econômicas e militares dos países dominantes são cada vez mais drásticas e menos democráticas. Assim sucede, em particular, quando vitórias eleitorais legítimas são transformadas pelo chefe da diplomacia norte-americana em ameaças à democracia, sejam elas as vitórias do Hamas, de Hugo Chávez ou de Evo Morales. (SANTOS, 2006).

Conforme o autor, a participação democrática, por sua vez, impõe condições para se realizar e aperfeiçoar, ameaçando o futuro democrático quando não contempla a promoção de condições efetivas de inclusão: *condições materiais, liberdade e informação*.

Finalmente, o quarto desafio diz respeito às condições da participação democrática dos cidadãos. São três as principais condições: ser garantida a sobrevivência: quem não tem com que se alimentar e alimentar a sua

família tem prioridades mais altas que votar; não estar ameaçado: quem vive ameaçado pela violência no espaço público, na empresa ou em casa, não é livre, qualquer que seja o regime político em que vive; estar informado: quem não dispõe da informação necessária a uma participação esclarecida, equivoca-se quer quando participa, quer quando não participa. Pode dizer-se com segurança que a promoção da democracia não ocorreu de par com a promoção das condições de participação democrática. Se esta tendência continuar, o futuro da democracia, tal como a conhecemos, é problemático. (SANTOS, 2006).

Portanto, é necessário aperfeiçoar a participação democrática por meio de uma cidadania exigente, revista em sua expressão política a partir do olhar e das condições periféricas percebidas na sociedade, reagindo às suas latências e faltas, ampliando a sua reação e o potencial democráticos.

O senso comum emancipatório é um senso comum discriminatório (ou desigualmente comum, se preferirmos), construído para ser apropriado privilegiadamente pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos, e, de facto, alimentado pela prática emancipatória destes. A neo-comunidade, que é também uma constelação de neo-auditórios relevantes, não é uma amalgama de consensos e diálogos indiferenciados. É um processo sócio-histórico que começa por ser o consenso local-imediato mínimo sobre os pressupostos de um discurso argumentativo que permita identificar o colonialismo como forma específica de ignorância. A construção da emancipação neo-comunitária avança à medida que a argumentação introduz exercícios de solidariedade cada vez mais vastos. [...] (SANTOS, 2007, p. 109).

Urge capturar e desenvolver os aspectos positivos da Globalização mundial: a convivência sem fronteiras, a comunicação entre culturas e saberes, a construção de espaços comuns de luta e conquista, a superação de problemas pela troca de experiência, a solidariedade e a humanidade que, enfim, congregam os povos.

4.1.3 O *Morro* desce à *Cidade* – a busca por inclusão

Descer o Morro significa despojar-se dos signos impressos pelos preconceitos que a palavra carrega. O *Morro* tem sido o local escolhido para a exclusão e para os excluídos, para onde se viram os *olhares da repressão* e de onde se afastam os *braços institucionais* garantidores de direitos de inclusão econômico-social.

Sobre a experiência dos *moradores do Morro*, é nítido o caráter repetidor das relações sustentadas e das tensões existentes; daí a ilustração trazida pela comunidade de Mont Serrat – uma simbologia tipicamente de exclusão, seja pelo que proclama, seja pelo que silencia diante da perpetuação dos papéis e das condutas, ainda que na emergência de um novo exercício de cidadania.

No desenvolvimento da vida da comunidade criou-se uma forma de viver caracteriza pela guetificação dos moradores, é um processo em que as relações sociais mais íntimas e pessoais se dão unicamente na comunidade, um ditado corrente na comunidade diz que “aqui se faz, aqui se casa”. [...] Com a impossibilidade de ultrapassagem do muro que separa a comunidade da cidade, ali eles não seriam malvistas, ali eles podiam ser eles mesmos, andar com o que tinham. O “fechamento” da comunidade se mostra como forma de defesa frente ao olhar do outro sempre desconfiado, com medo, frente ao olhar que despreza, que maltrata. Em relação aos extensos laços familiares criados na comunidade, percebe-se que dadas as impossibilidades de mobilidade social na estrutura da cidade, as oportunidades de relações inter-pessoais mais íntimas, e aqui entram o namoro e o casamento, eram (entre) os próprios membros da comunidade, o resultado disso foi o grande número de casamentos entre primos [...] (BARBOSA, 2007, p. 10).

As relações sociais e econômicas com a *Cidade* reproduzem a discriminação e os *preconceitos* dos antepassados, num *ciclo vicioso* de faltas e de carências estruturais.

Essa reprodução de relações dos descendentes dos moradores antigos se estende também às relações de trabalho e estudo, que culminam na impossibilidade, mais uma vez de mobilidade social. No momento em que os filhos continuam tendo uma educação de má qualidade, e que também por isso não conseguem alcançar nível elevado de qualificação no Mercado de trabalho, eles terminam num *continuum* das relações antigas de trabalho, continuam a exercer a mão-dobra quase que exclusivamente doméstica e subalterna, porque se não é como lavadeira, agora é como mão-de-obra terceirizada para trabalhar em serviços gerais (de limpeza, entre outros) e de vigilância.[...] (BARBOSA, 2007, p. 2)

Encontrar-se na *Cidade*, ao contrário, é fazer-se parte do processo social e estar inserido em uma comunidade: é ser alguém, é ser visto e aceito – momento que gera tensões ao confrontar-se com os reflexos surgidos do *Morro*.

Retornando à questão do gueto, preciso ressaltar o papel simbólico representado pela Avenida Mauro Ramos na vida da comunidade do Mont Serrat. A Mauro Ramos representa o muro invisível que tem por função demarcar até aonde o negro do morro pode ir, até onde é a ele permitido chegar/estar, porque se de um lado da avenida temos o Mont Serrat, do outro temos a cidade enquanto identidade constituída pelas forças hegemônicas, enquanto cidade modelo, e na configuração dessa cidade modelo o morro não está incluído, o morro é invisibilizado. (BARBOSA, 2007, p. 2).

Então, como expressão da *margem* e da exclusão impostas, a periferia cria as suas possibilidades para ocupar seu espaço e ser vista. A partir do resgate de sua identidade, da realização de parcerias e da intervenção realizada por meio de políticas públicas de inclusão social, a periferia impõe-se como meio de inserção no *pacto de cidadania*, não mais à margem da sociedade, mas sim, como *parte e sujeito* de um novo processo em construção.

Conforme assevera Santos (2007), o *princípio da comunidade*, diferentemente dos princípios do *Mercado* e do *Estado*, é um espaço em construção, aberto à participação e à solidariedade, propício à participação e à inclusão democráticas.

Porque é uma representação aberta e incompleta, a comunidade é ela própria dificilmente representável – ou é-o apenas vagamente – e os seus elementos constitutivos, também eles abertos e inacabados, furtam-se a enumerações exaustivas. Têm, contudo, uma característica comum: todos resistiram à especialização e à diferenciação técnico-científica através das quais a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna colonizou os outros dois princípios modernos da regulação: o Mercado e o Estado. Ao contrário dos dois últimos, o princípio da comunidade resistiu a ser totalmente cooptado pelo utopismo automático da ciência e, por isso, pagou duramente com a sua marginalização e esquecimento. Mas, pelo facto de ter ficado afastado, o princípio da comunidade manteve-se diferente, aberto a novos contextos em que a sua diferença pode ter importância. (SANTOS, 2007, p. 75)

Um novo olhar sobre a mesma paisagem, um novo sentir sobre as mesmas impressões. Mais que a escolha entre várias alternativas, mais que seguir um caminho entre tantos oferecidos: a criminalidade, a exclusão e a violência impostas à periferia tornaram mais aguda e evidente a necessidade de se trilhar um novo caminho que conduza a outras possibilidades e a outras formas de se fazer política, e, principalmente, uma política social voltada para a inclusão.

Deseja-se essa inclusão através das *identidades*, das *experiências* e dos *olhares de cima*, olhares e impressões do *Morro*, que gesta e executa as suas possibilidades e alternativas muito além do espaço que lhe é reservado pela *Cidade*.

Assim, junto ao *princípio da comunidade*, que resiste a ser colonizado, Santos (2007) enfatiza a *racionalidade estético-expressiva* (de “natureza tão permeável e inacabada como a própria obra de arte”) – que encerra os conceitos de *prazer*, *autoria* e *artefactualidade discursivas* – como se constituindo em representações abertas, dialéticas e dinâmicas e, portanto, representações potencialmente capazes de um contradiscurso hegemônico colonizador que se expressa *indomável* e *criativo*.

O princípio da comunidade e a racionalidade estético-expressiva são, assim, as representações mais inacabadas da modernidade ocidental. Por esta razão, deve dar-se prioridade à análise das suas potencialidades epistemológicas para restabelecer as energias emancipatórias que a modernidade deixou transformar em *hubris* regulatória. Depois de dois séculos de excesso de regulação em detrimento da emancipação, a solução procurada não é um novo equilíbrio entre regulação e emancipação. Isso seria ainda uma solução moderna cuja falência intelectual é hoje evidente. Devemos, sim, procurar um desequilíbrio dinâmico que penda para a emancipação, uma assimetria que sobreponha a emancipação à regulação. Se a pós-modernidade de oposição significa alguma coisa, é justamente esse desequilíbrio dinâmico ou assimetria a favor da emancipação, concretizada com a cumplicidade epistemológica do princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva. (SANTOS, 2007, p. 78).

Assim, a *comunidade* desce para a *Cidade*, mas leva consigo a sua história, cultura e experimentação para que sejam ofertadas num processo de comunhão e partilha, solidariedade e respeito, numa troca que permita o crescimento por meio da alteridade e a construção de uma *cidadania exigente, comprometida e emancipatória*.

4.1.3.1 Projetos sociais do Centro Cultural Escrava Anastácia – Mont Serrat

Constituindo-se como *resposta* às imposições executadas pelo *modelo capitalista neoliberal*, ilustramos a experiência comunitária no município de Florianópolis, gerada entre as possibilidades de *regulação e emancipação*.

Assim, a comunidade de Mont Serrat, localizada no centro da *cidade* – apesar de *viver à margem* – já em sua origem histórica representa a forma peculiar de constituição de seus moradores, simbolizando a estrutura social da época que insiste em permanecer nos dias atuais.

São os ex-escravos e descendentes de escravos que serão empurrados para a vida urbana, por falta de condições no campo e serão encurralados a construir suas vidas no morro. Na nova conjuntura da cidade, assim como na antiga, não existia espaço para os negros. A comunidade nasce, primeiramente, como um gueto no meio da cidade de Florianópolis, como um novo quilombo dos escravos libertos que encontrarão refúgio nos altos no morro, onde seus familiares e pares (em grande maioria de cor negra) iam morar, porque só ali era permitido a eles viver na cidade emergente. Esses negros exercerão as mesmas atividades que antes, como já dito, servirão de mão-de-obra essencialmente doméstica (mulheres), para a classe média e alta, e de mão-de-obra na construção civil (homens) para o desenvolvimento vertical da paisagem da cidade. (BARBOSA, 2007, p. 92).

Destarte, o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) abriga na comunidade de Mont Serrat mais que um prédio que se destina a encontros e desenvolvimento de atividades voltadas para crianças e jovens em situação iminente de risco: abriga a possibilidade transformada em realidade, em que os projetos em execução criam caminhos reais de exercício de cidadania, resgate da identidade e dignidade perdidas ou nunca antes percebidas.

(Re)Pensar os espaços na comunidade do Mont Serrat significa discutir quais os papéis que a comunidade representa numa conjuntura de direitos e garantias desprezados pela mão estatal, os simbolismos que permeiam o viver e o pensar dos moradores de uma comunidade pobre de Florianópolis – cidade modelo de vida para o Brasil. Implica também questionar as estruturas postas pelo *modus operandi* da cidade, que impõe certas formas de pensar e agir e transcender os meios e espaço de vida dos moradores, no sentido de “romper os muros” que dividem a Comunidade (pobre) da Cidade (modelo). (BARBOSA, 2007, p. 2).

Nesse contexto, trata-se de um projeto em execução que se propõe a modificar as histórias de vida, desenvolvido no *trilhar* do caminho, com diálogo, respeito e alteridade.

A reflexão e sua sistematização, a partir do fazer-fazendo, do aprender-aprendendo, são ferramentas fundamentais para irmos além de um programa focal de alguns meses, buscando compreendê-lo dentro das redes dos projetos já existentes na grande Florianópolis, para gerar embriões de uma política pública e social para essa faixa etária de jovens de 16 e 24 anos que é nossa grande demanda diante da precarização do trabalho, onde a violência torna-se uma consequência que leva os jovens ao caminho do crime e do narcotráfico não porque querem, mas antes por uma condição que se lhes apresentar pela falta de outras oportunidades. (Pe. Vilson Groh, ALZIBEIRO, 2006).

Surge como resposta, negando-se a aceitar as imposições do Mercado excludente e resistindo a ocupar o *espaço de carências* reservado para a periferia. Propõe, trabalha e executa um plano de ação voltado para a inclusão permanente e a criação de esperança e *apoderamento* daqueles destituídos de poder.

Apesar da participação eclesial desde 1927, com a construção da capela Nossa Senhora do Mont Serrat, foi a partir das presenças dos padres Agostinho Stahelin (1954-1968) e Vilson Groh que a comunidade passou a organizar-se, “[...] ocasionando a estruturação de um discurso político e de lutas. Vilson se torna mais marcante também pelo fato de ele morar na comunidade, diferente dos outros padres, residentes, em geral, na Catedral Metropolitana”. (BARBOSA, 2007, p. 12).

A concepção de Igreja aplicada por Vilson e construída pela comunidade não se restringe a uma Igreja meramente celebrativa. Quem teve a oportunidade de acompanhar uma missa dele sabe que o espaço construído ali é um espaço de reflexão, de busca pelo entendimento, de ação política, uma Igreja que se faz como instrumento de libertação, no momento em que dá subsídios para a pergunta, o questionamento, a contestação. O resultado disso é o desenvolvimento, como já dito, do sentimento de descontentamento transformado em resistência, ação dos moradores como sujeitos capazes de modificar suas realidades. (BARBOSA, 2007, p. 2).

O Centro Cultural nasceu “numa noite de Natal, a partir da força e intuição das mulheres da comunidade, que desejavam que seus filhos jamais ficassem à mercê das drogas ou do tráfico” (ALZIBEIRO, 2006).

Foi pelo *direito a ter direito* que nasceu em 1995 o Centro cultural Escrava Anastácia, oriundo da articulação da comunidade que precisava construir novos horizontes para seus filhos e netos. O Centro Cultural leva o nome da escrava que é símbolo da resistência do povo negro, em especial da mulher

negra, porque mesmo com a língua cortada ela resistiu e mostrou que não era possível cortar seus ideais de libertação. É num processo caracterizado, principalmente, pela luta matriarcal que busca ir contra as condições que ferem a comunidade, de mães que antes não podiam ver seus filhos passarem fome e que hoje não podem ver perecer na guerra do tráfico sem fazer nada. (BARBOSA, 2007, p. 22).

Hoje, o centro cultural ampliou as suas atividades e *desceu o Morro*, cultivando a esperança e abrindo novos caminhos, interferindo na trajetória de violência de jovens e de suas famílias.

Além do trabalho com adolescentes de 7 a 14 anos, atendidos no Centro Social Marista, o CCEA amplia seu trabalho com a juventude. Através do Aroeira – Consórcio Social da Juventude, abre agora seu leque de atuação em outras quatro dimensões: 1) IPC – Incubadora Popular de Cooperativas; 2) Frutos do Aroeira; 3) Programa Aprendiz; 4) Programa de Esporte Aventura. (ALZIBEIRO, 2006).

Trata-se de uma iniciativa que se apropria das ferramentas oferecidas pelo próprio Estado e que, a custo de muita organização e persistência, promove parcerias e *tece* redes de solidariedade e compromisso social. É uma interferência que gera a revolução individual e constrói o processo coletivo de resgate da identidade.

Essa experiência, a que este texto quer trazer elementos para a sistematização, já se disse, é o Aroeira – Consórcio Social da Juventude da Região da Grande Florianópolis, que se configura como uma forma de atuação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal, em convênio com uma entidade-âncora local, no caso o Centro Cultural Escrava Anastácia, e vinte e seis entidades-executoras escolhidas entre organizações da sociedade civil com atuação na região. Esse programa tem como objetivo principal promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens – mulheres e homens – em situação de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização e articulação das várias forças da sociedade civil e do Estado. (ALZIBEIRO, 2006).

Os projetos do Mont Serrat não só oportunizam a transformação de um cotidiano de *faltas*, mas criam a esperança que se materializa no dia-a-dia, tornando real a *utopia* e possível o sonho.

Por meio desses projetos, jovens nascidos de famílias e comunidades empobrecidas, rompem os limites da violência e violação de direitos, negando-se ao conformismo de uma vida privada de dignidade e respeito, resgatando a auto-estima perdida ou nunca antes conquistada.

Diante da atual e complexa relação entre *Estado, Mercado e Sociedade Civil* – refletida pela redução das respostas sociais do primeiro e agigantamento do segundo –, esta última se encontra em uma encruzilhada que requer a revisão de seus pressupostos, estratégias de intervenção e de seu papel fundamental na construção e no desenvolvimento da cidadania.

Para o Padre Vilson Groh, coordenador dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia, na conjuntura atual e com a supervalorização do consumo para sustento do *Mercado*, as relações da periferia também são atingidas: “o Mercado dá a identidade e é claro que a periferia não está isenta, ela sofre e reproduz as relações”. (Groh, 2007).

A melhor maneira de se construir a cidadania dessa periferia atingida pelas idiossincrasias do Mercado é a emancipação por meio de políticas públicas que se construam e permaneçam além dos governos. Requerem-se efetivas políticas de Estado, e não meras políticas e projetos de governo, transitórios ou oportunistas, que não tenham continuidade ou que se restrinjam a soluções paliativas; políticas sociais que se proponham a modificar a estrutura social e que promovam reformas necessárias para a permanência e a distribuição de oportunidades que permitam a partilha dos bens sociais.

Que sejam políticas capazes de interferir na vida da periferia com o intuito de melhorar suas condições, com projetos voltados à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico e à geração de empregos que oportunizem dignidade e que acrescentem qualidade e desenvolvimento permanente a essa *cidadania em construção pela margem*.

O desafio, então, está na consolidação das relações com o Estado, além do *paternalismo regulador*, numa relação que modifique as estruturas da periferia na condição de sujeito e reproduzidor no contexto de Mercado globalizado.

O desafio que está colocado ao movimento social é a capacidade de transformar programas e projetos em discussão em políticas públicas, incidir em políticas públicas, vinculadas às questões estruturais. Questionar a função do Estado: sua função social, políticas de Estado, papel da iniciativa

privada, a sua produção de riqueza e a reprodução social dessa riqueza e como a sociedade civil rompe com o conceito de representatividade para o conceito de participação. (GROH, 2007).

A participação, destarte, é condição imprescindível para a reconquista do espaço de discussão e reivindicação das demandas necessárias ao fortalecimento e ao exercício da nova cidadania em construção, uma cidadania exigente que não se conforma com a ineficácia dos meios de representação política tradicional e que se impõe ativa e contestadora, resistindo entre a *regulação* – limitações e contornos preestabelecidos – e a *emancipação* – possibilidades de construção solidária e responsável.

Organização que passe pela participação em políticas de Estado, aprender a usar o processo e demandar, negociar suas demandas, recuperando o espaço público, porque senão, vai encolhendo em relação ao Estado. O papel do Centro Cultural, nada mais é do que uma rede de relações [...] É espaço de mediação e não um fim em si mesma, não é o papel do Estado. A ONG tem que criar condições de *empoderamento* das pessoas para que elas lutem para que se construa política de Estado, acho que esse é o grande papel, em síntese de uma ONG, ir além do Estado, mas exigir do Estado, negociar com o Estado se apoderar com instrumentais que as pessoas consigam mexer com o Estado; porque o Estado é tão burocrático: uma ONG que não tem formação política, jurídica, financeira, não chega a captar recursos. (GROH, 2007).

Assim, o papel das organizações da sociedade não pode se restringir a substituir uma função de governo, assumindo compromissos historicamente vinculados à função social do Estado, encerrando *um fim em si mesma*.

Deve, portanto, impor o diálogo necessário para aproveitar o espaço e as verbas institucionais, rompendo com o clientelismo e o ciclo de empobrecimento que atinge gerações da periferia. Uma conduta, nos dizeres de Santos (2007), entre os *desequilíbrios da regulação e emancipação*.

Para o padre Wilson Groh (2007), a organização não-governamental deve possuir uma postura *politizada e politizadora*:

Se a ONG (Organização Não-Governamental) isenta o Estado, é paternalista e contribui na formação do ciclo de pobreza, (tem que) romper os mecanismos que produzem o empobrecimento, trabalhar em cima dessa estrutura, propor um plano de desenvolvimento para romper o ciclo de

pobreza das próximas gerações. Ser intérprete desse diálogo. Se não tiver esse papel, vai se tornar um papel assistencialista, não político e não politizado. (GROH, 2007).

O desafio, então, está na consolidação das relações com o Estado, além do paternalismo e dos limites da *regulação*, intervindo para modificar as estruturas da periferia na condição de sujeito e reproduzidor do contexto de Mercado globalizado.

É necessário contribuir para a formação do cidadão exigente, que discuta as suas necessidades, saiba demandar ante o Estado e construa o seu caminho para o exercício definitivo de cidadania em *emancipação*.

O desafio da ONG é romper com esse processo frente ao clientelismo, usar as verbas públicas. Não ser refém, já que o dinheiro é uma forma de conter. E ficar refém e não lutar para rediscutir o papel do Estado. Como que na verdade se apropria das verbas públicas, através da captação de recursos e mantém a sua profecia. A exigência de um processo é o papel do cidadão que pensa e reflete. [dentro da instituição da Igreja católica], a teologia da libertação assumiu uma linha progressista que nada mais é do que discutir a Justiça Social. (GROH, 2007).

Deve-se trabalhar a dinâmica e a dialética dos espaços construídos socialmente, as contradições e as possibilidades, desafiando o que está instituído em nome do ideal *emancipatório* e da Justiça solidária.

4.1.4 A Academia sobe o Morro – desafios além da teoria

O domínio dos saberes é um poder incalculável: seduz e envaidece os estudiosos e faz perder o objetivo da pesquisa e do ofício sagrado do ensinar. Presente em todas as áreas do conhecimento – porque é próprio do *ser humano* –, evidencia-se nas áreas de ciências humanas e sociais, porque é essência de seus estudos.

O culto ao *academicismo* então dominante gera a segregação e um fim em si mesmo: volta-se para disputas internas pelo exercício do poder dentro de instituições, colegiados, centros, associações, o que contribui para a manutenção da redoma que o protege das *impurezas da rua* e o separa do *mundo*.

Saberes cristalizados que não chegam a ser praticados. Retórica para obtenção de títulos e venda de livros. Pesquisadores de gabinete de universidades públicas que não contribuem com a comunidade que os cerca (e que os sustenta e mantém) ou aproveitam-se desta para experimentos sem compromisso social, político e ético, retirando-se após a obtenção dos dados necessários à sua pesquisa *acadêmica de relevância e alcance contidos*.

No domínio jurídico, o *academicismo* e o *bacharelismo* fizeram e fazem história:

O bacharel assimilou e viveu um discurso sócio-político que gravitava em torno de projeções liberais desvinculadas de práticas democráticas e solidárias. Privilegiaram-se o fraseado, os procedimentos e a representação de interesses em detrimento da efetividade social, da participação e da experiência concreta. Concomitantemente, o caráter não-democrático das instituições brasileiras inviabilizava, também, a existência de um liberalismo autenticamente popular nos operadores do Direito. (WOLKMER, 2000, p. 101).

São saberes isolados e professados para a exaltação do individualismo e para a satisfação de vaidades, verdades condicionadas e apropriadas para manutenção do encanto pelo poder do conhecimento e pelo domínio exercido sobre o *mundo da rua, da prática e do outro*.

O domínio do poder pelo conhecimento necessita de segredos e das verdades preservadas.

Não se esqueçam, parte de toda a vocação intelectual é criar um nicho para si próprio, e, se todo mundo pode entender sobre o que você está falando, você como que fracassou, porque, então, o que o torna especial? O que o torna especial tem de ser alguma coisa que você teve de fazer realmente muita força para entender e que então você dominou, e aquele pessoal todo por aí não entende, e então isso se torna a base para o seu privilégio e o seu poder. (CHOMSKY, 2005, p. 308).

A academia, que se nega a compartilhar o seu poder com a *rua* – *conhecimento/saber do senso comum* – e contribuir na construção de uma prática voltada para a melhoria da vida de sua comunidade, esgota um potencial valioso de transformação e exercício de cidadania.

O conhecimento-emancipação tem de converter-se num senso comum emancipatório: impondo-se ao preconceito conservador e ao conhecimento prodigioso e impenetrável, tem de ser um conhecimento prudente para uma vida decente. A reinvenção do senso comum é incontornável dado o potencial desta forma de conhecimento para enriquecer a nossa relação com o mundo. Apesar de o conhecimento do senso comum ser geralmente um conhecimento mistificado e mistificador, e apesar de ser conservador, possui uma dimensão utópica e libertadora que pode valorizar-se através do diálogo com o conhecimento pós-moderno. (SANTOS, 2008, p. 107-108).

Um aliado precioso que não pode abster-se de aperfeiçoar as relações sociais em que está inserido e interferir na dimensão *político-econômico-cultural* que pode ser alterada e desenvolvida a partir de seu estudo, pesquisa e extensão.

Compete à universidade criar as condições para que a comunidade científica possa reflectir nos pesados custos sociais que o seu enriquecimento pessoal e científico acarretou para comunidades sociais bem mais amplas. A primeira condição consiste em promover o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas. A universidade deve ser um ponto privilegiado de encontro entre saberes. A hegemonia da universidade deixa de residir no carácter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no carácter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona. (SANTOS, 2003, p. 224).

O *Homem do Pensar* que compõe a elite acadêmica e se recusa a traduzir para a *rua* os mistérios apreendidos em seu saber iguala-se ao *Homem de Ação* que restringe as suas atitudes para seu próprio benefício em detrimento da construção e evolução do *Homem do Labor* e do *Homem do Trabalho*, em sua busca por emancipação e espaço.

Negando-se à *contaminação* com outros saberes, nega-se ao conhecimento de sua função e à veracidade de suas teorias, nega-se a expandir a sua força criadora que impulsiona e realiza-se na prática do cotidiano, nega-se ao alternativo e a novos conhecimentos.

A racionalidade cosmopolita, o pensamento alternativo de alternativas, a sociologia das ausências e das emergências e, enfim, a ecologia de saberes aqui propostas não implicam apenas novos conhecimentos. Implicam, mais do que isso, novos processos de produção de conhecimentos, e estes não podem prosperar nas instituições modernas que ao longo de dois séculos produziram e reproduziram a razão indolente,

as monoculturas e o bloqueio das emancipações sociais. A mais importante dessas instituições é a universidade moderna. Com isto não quero dizer que a universidade não possa ser reformada de modo a tornar-se mais hospitaleira aos novos processos de produção de conhecimentos. Pelo contrário, defendo essa possibilidade [...]. Penso, no entanto, que para que tal possibilidade se concretize, é necessário criar novas instituições as quais, nas condições presentes, serão simultaneamente universidades e contra-universidades. [...] (SANTOS, 2008, p. 17).

Destarte, pela superação da inércia acadêmica e pelo rompimento com a cultura dos *saberes cristalizados*, é necessário propagar *um novo pensamento*, num outro processo que descubra na *prática dos saberes* uma possibilidade cosmopolita capaz de reconhecer a importância da *diferença e resgatar o vínculo com as emancipações por construir*, solidariamente.

4.1.4.1 Projeto Universidade Sem Muros – UFSC

Na Academia, paradigmas estão sendo quebrados, e revoluções estão sendo executadas. A lucidez que percebe a emergência de uma nova postura acadêmica exige despir-se de preconceitos segregadores e busca relacionar-se com a *Rua* para transformar um cotidiano de ausências e de restrições.

O projeto de extensão *Universidade Sem Muros – Desterritorializando “Nós” e “Os Outros”*, constitui uma iniciativa da professora Vera Regina Pereira de Andrade, doutora, e dos bolsistas do Programa de Ensino Tutorial (PET), os quais contaram com a participação da graduação e da pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse projeto se dá em três eixos, a saber:

a) núcleo da legalidade: atuará focado nas necessidades básicas, nos direitos e deveres dos sujeitos aprisionados, reconstruindo e fortalecendo a subjetividade, a cidadania, e a responsabilidade desses sujeitos. [...] b) núcleo da família: atuará na promoção e realização da interação entre os sujeitos aprisionados e seus microcosmos afetivos, abrindo diálogo para perceber os relatos e as dores da família enquanto sofridora da extensão da pena aplicada. [...] c) núcleo da comunidade: atuará na formação de parcerias levantadas na Universidade e na comunidade e na constituição de redes com conselhos e associações das comunidades, com o Mercado de trabalho e com os meios de comunicação, visando a abertura recíproca e interação entre prisão e Universidade/sociedade, com vistas à redução da estigmatização, bem como a colocação dos egressos do sistema penitenciário no Mercado de trabalho. (ANDRADE, 2006, p. 3-4).

A proposta trata de uma nova prática que se reconhece como partícipe e responsável pelas mudanças possíveis no cotidiano das comunidades carentes de voz e de espaço, em atividade interdisciplinar. Mais que discursar a sua retórica erudita, propõe uma atitude de *escuta*.

O projeto no Complexo Penitenciário de Florianópolis constitui projeto piloto e será desenvolvido paulatinamente em outras instituições locais e regionais. O projeto, de base interacionista e interdisciplinar, tem na humanização do processo de prisão seu objetivo central, buscando tornar menos dolorosas e menos danosas as condições presentes do cárcere e a vida futura do condenado, favorecendo a sua recepção na sociedade. (ANDRADE, 2006, p. 2).

Propõe a troca de experiências e saberes, sugerindo a interação entre teoria e prática, *Academia e Rua* – entendidos como saber formal, científico, diante do saber *marginal e popular* –, convida outros *saberes oficiais* a despirem-se, também, das becas acadêmicas com o objetivo de contribuir para a construção de uma nova dimensão de cidadania.

Nesse novo espaço de diálogo e alteridade, a proposta assume efetivamente um compromisso com as transformações e com o aprimoramento das relações sociais e da contribuição para as *políticas públicas*.

Trata-se de um saber que brotou, ele próprio, no fecundo ambiente acadêmico, evidenciando que a Universidade é, ainda, uma arena de saberes polissêmicos, na qual a disputa pela hegemonia não impede, antes integra, a percepção de seu caráter genuinamente democrático. Justifica-se, pois, o presente projeto, pela tentativa de fazer a academia dialogar com a “rua” instrumentalizando-se um paradigma criminológico que já conta com quase meio século de consolidação teórica e empírica sobre a não-violência; sobre os antídotos à violência do sistema penal, particularmente da prisão, procurando interferir positivamente, com todos os limites estruturais desta “positividade”. Especial relevância apresenta o projeto para a sociedade catarinense, pois, com seu desfecho, almeja-se, inclusive, o amadurecimento de sugestões para conversão em políticas públicas relativas ao problema. (ANDRADE, 2006, p. 6-7).

Apresenta como *objetivo geral*, inserido nos saberes da *Criminologia Crítica*:

Redução do impacto violento do encarceramento, minimização da dor e da estigmatização dos reclusos, e potencialização de abertura da Universidade e da sociedade para com as instituições fechadas (prisões e manicômios,

masculinos e femininos) através de processos de interação intersubjetiva. [...] (ANDRADE, 2006, p. 3).

Assim, interessam a mudança de atitude e a nova postura em comprometer-se com a transformação, acrescentando ao que já está sendo *exercido* e aperfeiçoar o que pode ser melhorado com a ajuda dos instrumentos institucionais colocados à disposição e pouco explorados pela extensão.

O contexto presente está a exigir, pois, não apenas a presença da Universidade, mas uma presença diferenciada daquela da instituição que apenas escuta para testar os ensaios de seus estudantes ou a fidalguia de seu próprio saber. Eleger um projeto de extensão universitária com este propósito implica, portanto, a grande responsabilidade de não coisificá-lo, seja tratando de seres humanos em condições de vulnerabilidade como objetos de investigação, tal como procedeu a Criminologia tradicional, seja portando discursos e práticas assistencialistas que conduzem a apreender o “Outro” (no caso os encarcerados) novamente como objeto do salvacionismo acadêmico. O “Outro” deve ser tratado como sujeito de sua história e responsável por ela. (ANDRADE, 2006, p. 6).

Trata-se de um potencial *adormecido* que agora se descobre parceiro na revolução das comunidades que buscam o resgate de identidade e a inserção pela política de participação consciente.

É necessário fazer-se confiável na condição de parceiro, e não ser somente mero pesquisador. Há que se escutar para perceber as carências e as faltas, propondo soluções a partir do que é útil e necessário para a comunidade, realizando a interação entre os sujeitos sociais em uma nova perspectiva emancipatória e desmistificadora de papéis historicamente constituídos, e assim propor uma nova ética.

A revalorização dos saberes não científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não científicos implicam um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo que subordine o *know-how* técnico ao *know-how* ético e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente com o impacto da aplicação. À universidade compete organizar esse compromisso, congregando os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhes diz respeito. (SANTOS, 2003, p. 224).

Desta feita, reunidos na Comunidade de Mont Serrat, em 31 de março de 2007, *Academia e Rua* – Projeto de Extensão Universidade sem Muros, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Projetos Sociais do Centro Cultural Escrava Anastácia – realizaram a profecia do encontro.

Por tudo que até agora foi exposto no presente trabalho, representando mais que símbolos de saberes que se contrapõem, a possibilidade tornada realidade traz a esperança na utopia.

É um caminho que se faz caminhando, e desde então a parceria tem sido reafirmada a cada dificuldade e renovada na dinâmica que reveste as relações e os saberes que a constituem.

No entanto, entre *Academia e Rua, Morro e Cidade, teoria e prática, saberes cultos e populares*, entre as possibilidades de *regulação e emancipação*, entre o que é *dado* e o que é *conquistado*, persiste a certeza da necessária interação para a superação das *dores* e a realização de uma outra ética e de um outro discurso, que não seja somente contra a *hegemonia* das formas de exploração e violência, mas acima e apesar de tudo, seja a *favor da vida* e de um *viver solidário e emancipador*.

A história? Ainda está sendo escrita.

4.2 O consumidor comprometido

O consumo prudente se faz necessário. Consumir para alimentar-se e viver. Consumir o suficiente para uma *vida decente* (Santos, 2007), partilhada e solidária. É necessário restabelecer o equilíbrio e uma nova aliança contra o desperdício e o desprezo pela natureza, por seus recursos – agora sabidos limitados – e o insulto aos povos *marginais* e *periféricos* levado a cabo pelo modo de vida de *consumo capitalista*.

O Mercado é uma entidade social e democrática indispensável como o lugar onde se encontra a oferta com a procura e onde se atende à necessidade de consumo dos atores sociais. Portanto, precisamos de uma economia *com* o Mercado e não uma economia só *de* Mercado. (BOFF, 1994, p. 22).

Formas conscientes e responsáveis de consumo já são conhecidas e adotadas em várias comunidades e exigem maiores sacrifícios e abstenções. Muitas pessoas já percebem que suas atitudes de consumo interferem, além de suas próprias vidas, no meio ambiente, na economia e na sociedade, condicionando mesmo as políticas públicas e sociais (investimentos em educação, saúde, moradia) que deixam de receber recursos porque novas obras precisam ser executadas para o aumento do lixo produzido, para recuperar o rio poluído, entre outros desperdícios.

No espaço do Mercado, a contradição e a competição ocorrem entre o paradigma do consumismo individualista e o paradigma das necessidades humanas, da satisfação decente e do consumo solidário. No paradigma emergente, os meios de satisfação estão a serviço das necessidades – sendo as necessidades simultaneamente privação e potencialidade –, o Mercado é apenas uma de entre muitas formas de organização do consumo, e as necessidades são concebidas como experiência subjectivas que podem ser expressas de variadíssimas formas, de acordo com os contextos e as culturas, ora como objectos de desejo, ora como desejos de intersubjetividade. (SANTOS, 2007, p. 338).

O que antes era considerado excentricidade e exagero – coisa de *eco-chatos* – hoje se reconhece como uma atitude de sabedoria e compromisso.

Novas práticas de cultivo da terra – sem agrotóxicos ou aditivos – que preservam a saúde e o meio ambiente, combustíveis alternativos e menos poluentes, uso racional da água, tratamento de afluentes, reciclagem de lixo, uso de materiais alternativos para fabricação de utensílios para diversos fins para indústrias e domicílios, entre outros, geram maior conhecimento, interesse e aceitação sobre essas práticas.

Agora importa colocar a economia a serviço do desenvolvimento social, a economia política a serviço do bem-estar da sociedade e da natureza. Uma economia da produção do necessário para todos e não uma economia da produção material ilimitada. A função da economia, em seu sentido originário, consiste em gerenciar a carência, em assegurar a satisfação de necessidades quantitativas vitais, em propiciar o acesso aos bens qualitativos e em realizar os desejos de cada um em solidariedade com os desejos dos outros. (BOFF, 1994, p. 21).

Até mesmo a moda e o consumismo trataram de aproveitar a nova onda ecológica: ecobolsas, ecotecidos, ecocouro, ecojóias, adotando o *slogan é chique ser eco*. Claro, em nome de uma boa causa: o lucro.

Enfim, *fins* distorcidos e *meios* nobres. Enquanto isso, a natureza agradece, mas exige um tratamento mais permanente e digno, em que essas práticas se tornem cotidianas e naturais, e permaneçam além das estações e semanas de moda.

Outra prática atual a ser observada e que ajuda a equilibrar as necessidades e os desejos do consumo é o exercício dos quatro erres: *Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar*: repensar as necessidades, reduzir os gastos, reutilizar o que for possível – diminuindo o lixo produzido – e reciclar. Deve-se, no entanto, ficar atento. Mesmo sendo muito difundida, a prática da reciclagem traz novos gastos de energia e de recursos naturais para o reaproveitamento do produto.

De outra sorte, para ser consciente o consumidor precisa estar informado: conhecer a origem dos produtos que consome, saber a história da empresa e sua postura ante as condições ambientais, de saúde, as relações com seus trabalhadores, os compromissos sociais que executa.

É necessário que o consumidor saiba que pode requerer mudanças por meio dos poderes que possui: o poder de reclamar, de exigir respostas, e o poder mais eficaz de que ele dispõe: aquele que constitui o poder de não comprar, optando por outra marca que o respeite integralmente.

Se uma empresa esforça-se para esconder informações preciosas de seu consumidor, é um bom indício de que seus produtos não são confiáveis: como exemplo, uma batalha judicial procura garantir ao consumidor o direito à informação sobre a existência de organismos geneticamente modificados (transgênicos) em determinados produtos.

Saber o que se está consumindo e a que se está sujeito por isso constitui direito sagrado do consumidor, sob pena de colocar em risco o seu dinheiro, a sua saúde, a preservação das espécies e a sustentabilidade do Planeta. (GREENPEACE, 2008).

O novo senso comum emancipatório do espaço do Mercado baseia-se numa tópica retórica orientada pelos *topoi* da democracia, das necessidades radicais e dos meios de satisfação genuínos. No espaço do

Mercado, a dimensão de providência social do Estado consiste em garantir a experimentação de formas alternativas de consumo, tanto quanto possível em igualdade de circunstâncias. (SANTOS, 2007, p. 338).

É preciso democratizar o consumo, produzir para a satisfação das necessidades vitais de consumo sustentável: consumo exigente, consciente e solidário, que inclua pela superação das condições do *homem labor* e seja capaz de suprir as exigências emancipatórias do *Homem de Ação*. Consumir para viver, e não viver para o consumismo.

4.2.1 Compromisso com a Mãe Terra – reatando os laços, redescobrimo o mistério

Saberes milenares estão sendo resgatados, novos saberes estão sendo descobertos. Saberes que militam pela saúde do Planeta, do homem, pela permanência das espécies e do mundo.

Ante as perplexidades científicas atuais, o que antes era considerado conhecimento marginal e empiria tradicional dos povos, tornou-se material importante de estudo e experimentos, na busca pela superação de doenças e pela melhoria na qualidade de vida ou mesmo pela obtenção de mais lucros.

De qualquer sorte, a *Mãe Terra* continua a dar seus frutos e suas lágrimas pela boa vida do homem. Cabe, então, uma nova postura diante dos esgotáveis recursos naturais que são ofertados.

Estamos assistindo a um fenômeno novo: o processo de mundialização que se dá pela via do Mercado, da política, da estratégia militar, da tecnociência, da comunicação e da espiritualidade. Junto emerge um novo tipo de consciência, o patamar planetário, uma nova lógica, a da complexidade, e uma nova cosmologia. Esta nos habitua a ver a Terra como parte do cosmos, contemplada a partir da perspectiva dos astronautas. Por isso, como aquele planeta azul e branco, não uma nave inerte mas um imenso organismo vivo, Gaia, realidade una e diversa, contraditória e complementar, nossa pátria (pai) e mátria (mãe) comum. O ser humano se entende como filho e filha desta Terra, emergindo de forças e energias ancestrais que estão atuando no universo há bilhões de anos. (BOFF, 1994, p. 7).

Almeja-se uma época de reconciliação e uma nova aliança que preservem as condições de vida, o bem-estar e a saúde do Planeta; uma consciência planetária e libertadora, solidária e de compaixão pelas espécies, pela natureza e pelo outro.

Ciência e saberes populares, tradição e tecnologia, prática e teoria, novo e velho pela superação das crises e conquista de uma identidade sadia e sustentável que cresça e se desenvolva em harmonia e respeito às condições da Terra, que permita a participação e a gestão de todos os povos.

Predominou em nossa cultura a lógica linear e a causalidade unidirecionada. Por isso, vigorou a lógica da identidade e do terceiro excluído. A centralidade da nova percepção reside em dar-se conta da complexidade da realidade. Junto ao sabido está sempre o não sabido; o contrário e antagônico não são negadores do real, mas manifestações de sua pluridimensionalidade; caos e ordem se pertencem mutuamente. O próprio ser humano é simultaneamente *sapiens* e *demens*, quer dizer, um ser de razoabilidade mas também um ser de intemperança e de demência. Por isso, importa superar os discursos excludentes dos que imaginam, romanticamente, que o povo tudo sabe e que as bases sempre vêem melhor, bem como a arrogância dos tecnocratas e dos políticos que não têm consciência de seus limites e de sua própria ignorância. (BOFF, 1994, p. 27).

Mostra-se urgente a superação de paradigmas hegemônicos e dogmas que esgotam as possibilidades de transformação e ultrapassagem das crises que afetam de forma comum e contínua os povos, promovendo um encontro fraterno e necessário de saberes que comportem a sustentação da vida e a preservação de *Gaia*.

Tal postura é necessária diante do esgotamento dos recursos naturais e da iminente extinção de espécies, comprometendo a diversidade, o conhecimento e a transmissão da herança natural aos que nos sucederão.

Trata-se de um resgate do *natural* e do *sobrenatural*, do *Divino* e do *Mistério*, do conhecido e do que *ainda não se deu a conhecer*, da *Mística* que se perdeu no emaranhado de coisas supérfluas que se esgotam em si mesmas.

A percepção e a vivência do Sagrado no dia-a-dia fazem justiça, promovem a paz e oportunizam alternativas a todos os seres ligados pelas semelhanças, não dispersos pelas diferenças.

É momento de reconciliação, comunhão e partilha, de compromissos entre a *Ação*, o *Trabalho* e o *Labor* e, especialmente, entre *Homens de Ação*, *Trabalho* e

Labor, em que os primeiros sintam-se responsáveis e co-participantes da libertação e emancipação dos demais que não são *os outros*, mas sim a extensão de *nós*.

4.2.1.1 Responsabilidade pelos atos

Para a superação da crise atual, cabe a cada indivíduo/cidadão a modificação de pensamentos e de posturas. O conhecimento e a aceitação da crise – mesmo que discutível ainda em sua dimensão – exige a transformação de hábitos, abdicando-se dos excessos e assumindo-se responsabilidades pelas conseqüências de suas escolhas e de seu estilo de vida.

Os países em desenvolvimento e os que sofrem pelo desenvolvimento alheio empreendem uma batalha de argumentos, propostas e estratégias para superar as barreiras impostas pelos países desenvolvidos – em especial os EUA – na busca por soluções para os problemas ambientais e econômicos que atingem o resto do mundo (GREENPEACE, 2007).

Encontros, rodadas de negociação, conferências, avanços, recuos, demonstram mais e mais que os demais países percebem a importância de se unirem para diminuir as agressões ambientais que são reflexo de políticas e de governos que privilegiam o Mercado voraz e as suas práticas insanas pelo maior lucro – inversamente proporcional a responsabilidades sócio-ambientais e à solidariedade com os demais povos.

Assim, resta a cada ser constituinte do social uma postura individual: ao consumidor, *consumir para viver*, e *não viver para consumir*, comprometendo-se com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e com a destinação adequada de seus rejeitos, saber de onde vêm e para onde vão os produtos consumidos e utilizados, adotar postura consciente e coerência entre discurso e ação, exigindo respeito, satisfação e explicação de seus fornecedores; ao empresário, efetivos enfrentamentos das demandas surgidas com lealdade, assumindo os riscos de seu negócio e o comprometimento social de sua atividade com a preservação da saúde, a promoção da vida e a sustentabilidade da natureza; aos eleitores, o acompanhamento de seus representantes no exercício dos mandatos eletivos e nos compromissos assumidos em campanha, numa postura de diálogo democrático que ultrapasse o período eleitoral, que discuta, decida e

demande as suas necessidades coletivas; ao servidor público e ao agente político, devem ser claros os limites institucionais de sua função – servir pelo bem comum, servir-se de prerrogativas profissionais não como privilégios pessoais, ter como precioso o que é coletivo mais que seu particular, cumprir seu dever porque assumiu essa tarefa, sendo bem remunerado para a função, limitar-se ao que é legal e moral nos termos dos princípios e das regras que o instituem; aos pais, planejar a chegada de seus filhos e, ao tê-los, saber da imensa responsabilidade em orientá-los nos primeiros passos da vida, formando cidadãos atuantes e conscientes de seu espaço no mundo; à mulher, praticar a sua independência e autonomia, saber também de suas responsabilidades e de seus direitos, estando disposta a assumir as conseqüências naturais de sua condição de portadora da vida; aos cidadãos, enfim, do *Homem do Labor* ao *Homem da Ação*, contemplando o *Homem do Trabalho*, conhecer a sua condição, os seus limites e as suas potencialidades, cada qual contribuindo para o aperfeiçoamento das relações e para a superação das limitações do outro, numa constante rede de solidariedade que privilegie a vida, a saúde e a realização do justo, da alteridade e da emancipação de cada um e de todos no dia-a-dia.

4.3 Ciclos virtuosos

Conhecer para escolher, escolher para preservar, preservar para permanecer. Refletir que em virtude da exigência de Mercado e da manipulação das pessoas, a natureza e a vida na terra estão se esgotando.

Países e pessoas estão percebendo os limites da exaustão dos recursos naturais levados ao extremo, e em decorrência disso se faz urgente a mudança de atitude sob pena de perecimento de vidas.

É necessário impor uma nova ordem de responsabilidades e atitudes conscientes que gerem a vida e alternativas sustentáveis de consumo e desenvolvimento. Urge que partamos de atitudes individuais no dia-a-dia, gerando revoluções pessoais e construindo a consciência coletiva com posturas de respeito e resgate de valores de solidariedade que possam se partilhados e ensinados às gerações presentes e futuras.

Requer que se redefina um espaço de diálogo e prática de reconciliação e responsabilidade diante da vida e diante do *outro*, e que se retome a atitude do *pensar* e do agir, negando-se ao mimetismo e à repetição de condutas destrutivas impostas por interesses já denunciados; do consumidor consciente ao eleitor consciente – rompendo com as limitações do conceito liberal – sabendo-se que, dessa forma, a cidadania está sendo construída.

Haverá, então, que agir não pela via cômoda da esteticização da brutalidade do presente, mas pela via estrênuo do reencantamento de tudo o que possa impedir o mundo de cair no futuro “clônico” que o utopismo automático da tecnologia lhe reservou. Por outras palavras, haverá que agir através do reencantamento das práticas sociais locais-globais e imediatas-diferidas que plausivelmente possam conduzir do colonialismo à solidariedade. (SANTOS, 2007, p. 116).

O consumidor deve tomar conta de si, da comunidade e de *Gaia*, num *ciclo virtuoso* de dar e receber, compartilhar e crescer, em atitudes de responsabilidade, compromisso e engajamento social e político.

4.4 O direito a consumir consumiu o cidadão?

O direito a consumir transformou os desejos dos indivíduos, os quais nem sempre coincidem com as suas necessidades. Tensionou as relações entre o Estado e a Sociedade Civil sob impacto do *Mercado*, que se mostrou global. O cidadão modificou-se num momento em que muitos tiveram a sua ascensão à cidadania condicionada ao acesso ao produto.

De qualquer sorte, milhares ainda vivem à margem das opções do *Mercado* e muito aquém da condição de cidadania. O consumo tornou mais profunda a divisão existente entre os incluídos e os excluídos dos processos e benefícios da mundialização, mas propiciou uma *ilusão democrática coletiva* quando *etiquetou* estilos, tendências, cultura de massa e, literalmente, quando *vendeu* ao mundo em suaves prestações.

O direito a consumir foi inserido no *rol* de direitos de cidadania, junto com os direitos sociais, políticos, econômicos, ambientais – que muitos indivíduos ainda não acessaram –, mas seu *status* é superior porque importa mais conquistá-lo do que aos demais.

O consumismo condiciona o indivíduo, limita-o e cega-o: limita a possibilidade do diverso e o direito às manifestações alternativas, e manipula a expressão original e singela das práticas culturais locais, que se perdem no tempo por falta de lembrança.

O potencial da cidadania está ameaçado enquanto for cerceado o direito às diferenças, à inclusão e à escolha de práticas que emancipem e libertem o cidadão das armadilhas do Mercado consumidor, que consome sonhos, esperanças e vidas.

Cabe ao cidadão retomar o seu poder de *conhecer, reivindicar e escolher*, de se fazer ouvir, reclamar e exigir, de controlar o *Mercado* por suas necessidades, e não se deixar controlar por seus desejos.

Ao cidadão senhor de uma *cidadania exigente* cabe *consumir o direito a ter direitos*: ser consumidor de espaços democráticos em que reinvente a forma de expressão de suas necessidades, de renovação da solidariedade latente e potencial das arenas de encontro, argumentação e *possibilidades* de um novo discurso que contemple o consumo necessário, solidário e consciente.

O cidadão deve consumir um espaço ocioso, um espaço em aberto, consumir as potencialidades e transformá-las em possibilidades de inclusão, não como uma *caricatura neocolonizada*, mas como *obra de arte* que se percebe e se transforma no dia-a-dia inacabado dos nossos tempos – um tempo inacabado que exige se construir a partir das *margens centrais*, dos movimentos tidos por marginais pelo discurso hegemônico, mas que são centrais pelas reivindicações de inclusão e partilha, beleza e cultura, identidades e saberes.

[...] Nesta tensão [dialética] ocorre também a constante reinvenção da comunidade enquanto trajetória do colonialismo à solidariedade. Refiro-me a processos sociais concretos que freqüentemente se desenrolam sob os nossos olhos, demasiado perto para que possam ser vistos. [...] esta vasta panóplia de práticas político-culturais, nas palavras de um dos grandes inspiradores da investigação, Orlando Fals Borda (1987), visa reinventar a comunidade através de um conhecimento emancipatório que habilite os seus membros a resistir ao colonialismo e a construir a solidariedade pelo exercício de novas práticas sociais, que conduziram a formas novas e mais ricas de cidadania individual e coletiva. (SANTOS, 2007, p. 96).

É necessário que o consumidor retorne à *arena da prática política social* – um lugar que nunca esteve ausente, apenas silenciado – a partir das vivências comunitárias que resistem à *ignorância* da colonização e à violação do *direito a ter direitos*, vivências essas pastorais, humanitárias, populares, comunitárias, redes e associações que reivindicam o direito a manterem-se diferentes praticando saberes de forma solidária, utópica e libertadora.

CONCLUSÃO

O homem quer retornar ao seio materno: a sua incursão por terras longínquas e por *mares nunca dantes navegados* trouxe o encontro consigo mesmo, e o vazio existente revelou a necessária *volta para casa*.

A reconciliação se faz urgente: cuidar da Terra, dos seres viventes e de seus semelhantes, resgatar a dignidade dos povos explorados, da natureza violada, reconstruir o encantamento das práticas de solidariedade e respeito.

É necessário, então, perceber a nova aliança que se propõe à preservação de condições de vida, bem-estar e saúde para o Planeta por meio da apropriação dos aspectos positivos da *Globalização*, pelas redes mundiais de convergência de saberes e práticas políticas democráticas e cosmopolitas.

Urge apropriar-se das possibilidades ofertadas pelo *Mercado* e pelo *Estado*, e ir além de suas limitações e de seus interesses; tomar o seu espaço e impor as revoluções culturais, políticas, econômicas e sociais necessárias à emancipação e à redescoberta do espaço público, do exercício de poder e da realização do bem comum.

Assim, é preciso ampliar o conceito de cidadania além do *Mercado*, incluindo o *Homem do Labor e Trabalho*, num processo contínuo de diálogo, democracia e crescimento que contemple idéias de solidariedade, respeito e alteridade com o *outro* – extensão do *nós* – e com a natureza – extensão de *todos*. Há que se redefinir o papel do *consumo*, reservando ao consumidor um espaço na arena politizada de debate e valorizando a prática política social que resista à manipulação impingida pelo *Mercado*.

Para tal, é necessário então promover a efetiva inserção do *direito a consumir* no *rol* de direitos de cidadania, atribuindo-lhes importância tanto quanto aos demais direitos conquistados – direitos sociais, políticos, econômicos, ambientais – sem preceder-lhes ou superá-los.

Que o *direito ao consumo* seja possível para a satisfação das necessidades do bem-viver, sem as armadilhas do *Mercado* que desfiguram, sem imposições e angústias, massificações e exclusões, ilusões e sofrimentos.

Que se deseje consumir o *direito a ter direitos*, que se anseie o consumo de espaços democráticos de reinvenção e renovação do potencial das arenas de

encontro, argumentação e *possibilidades* de um novo discurso que contemple o consumo necessário, solidário e consciente. Almeja-se um consumo sustentável que contemple a preservação do Planeta, a satisfação das necessidades do *Homem Labor* e a dignidade do *Homem do Trabalho*, promovendo-os à condição política de *Homem de Ação* capaz de fazer-se visível na arena de argumentação e interferir na tomada de decisões sobre o seu destino.

Cabe a valorização dos movimentos de resistência ao colonialismo – o qual impõe o consumo para a satisfação dos interesses do *Mercado*, que limita as expressões culturais e aprisiona o cidadão – e a reafirmação de identidades singelas e nativas, próprias de espaços de reinvenção de cidadanias exigentes que se descobrem *empoderadas* pelo potencial emancipatório e libertador, que constroem as suas identidades a partir do local, *gestando* o novo muito além dos acenos de uma democracia liberal.

Deve-se valorizar os movimentos que postulam a negação ao silêncio e a indiferença imposta pela “coisificação” de existências marginais, e a não-aceitação dos papéis de neocolonizados, relegados a espaços de faltas e de ausências.

O espaço ocioso que se encontra no *princípio da Comunidade* – nos termos dados por Santos (2007) –, mais que ausência, marca a possibilidade de criação de alternativas positivas para a construção de uma nova prática comunitária, que se dispõe a ser a base de uma nova cidadania.

Há que se fortalecerem os potenciais da *Comunidade* para se produzir tensão e reduzir o impacto da *lógica do Mercado*, enfocando uma nova lógica e ética da *Comunidade* que articule a convergência de ações a partir de suas necessidades, democratizando o poder emanado de suas relações.

É imprescindível o diálogo solidário e promissor com os ideais de emancipação e liberdade, numa articulação local e planetária de movimentos e de forças sociais que conciliem táticas e ações de interesse coletivo, respeitando a diversidade e democratizando o poder gerado e emanado desse encontro.

Por meio da politização das questões coletivas, deve-se empreender a construção da cidadania democrática que se apodere das ofertas do *Estado* e das oportunidades do *Mercado* – *entendidos como necessários à cidadania* – sem, no entanto, ceder às limitações de seu poder.

Pela redefinição de espaços, é necessário proclamar a parceria entre *Academia* e *Rua*, *teoria* e *prática*, *conhecimentos científicos* e *saberes populares*,

pela realização da utopia no exercício da nova *cidadania exigente e libertadora*, participativa e solidária, que contemple a nova aliança entre o *Profano* e o *Sagrado*, o *Mistério* e a *Revelação*, num compromisso de alteridade e respeito entre as mais diversas formas de viver e de vida.

Estamos, por certo, diante de uma nova consciência de cidadania que está a ser *gestada* no Sul alternativo – que se nega a ser colonizado –, na Rua – que se reconhece detentora de direitos – e no Morro – local de identidades e saberes genuínos, que constituem respostas ao movimento hegemônico global que impõem o *Sul periférico*, a *Cidade* que exclui e os *Saberes* que limitam.

Requer-se uma cidadania que exige espaço e voz na redefinição dos papéis tradicional e historicamente constituídos do *Estado*, do *Mercado* e da *Sociedade Civil/Comunidade*; uma nova configuração que se preste a perpassar as três entidades, resistindo ao aprisionamento, aos *maniqueísmos*, à *definição de extremos* – *bem* e *mal*, *bom* e *ruim*, negando-se a processos generalizantes e discriminatórios – redescobrimo-nos além e aquém do espaço que lhe foi atribuído.

É necessário perceber as falhas e as faltas, sabendo-se das limitações e da coexistência de aspectos positivos e negativos, entre avanços e retrocessos, entre o bem e o mal, que coexistem em todos os espaços, por revelarem-se características tipicamente humanas e próprias das relações que se estabelecem.

Propõe-se, enfim, por meio da *planetização* de Boff, do *reencantamento* de Santos, do *empoderamento* e da *realização da profecia* de Groh, da *academia* e da *rua* de Andrade, a esperança das possibilidades tornadas realidade pela ocupação de espaços ociosos e negligenciados pela ordem globalizada hegemônica, vazios a serem preenchidos pela reinvenção de movimentos de resistência que delineiam uma prática de solidariedade, convertendo o *consumidor de coisas* em *consumidor de uma cidadania plena e exigente*.

Uma confissão necessária

Parafrazeando a socióloga Rose Muraro em obra recente, digo que neste ensaio não devem importar as teorias, mas, sim, as idéias. Este é uma atitude temerária em exercício acadêmico de trabalho de conclusão de curso, problema que me compete resolver. Acredito que as tentativas para se resolver um problema são, em geral, determinadas pela forma como ele é colocado, e justamente o esforço para focar objetivamente uma

situação problemática significa desde logo a própria solução: o mais são explicações e justificativas. (MOOL, 1986).

Ao final deste caminho acadêmico – que não significa o final do que foi proposto – faz-se necessário ao *meu espírito rebelado* revelar as bases e os fundamentos de uma abordagem que não se prestou a uma tradicional e formal estrutura acadêmica, mais por ingenuidade do que por opção.

É exigente, assim, contar a história: confesso então não ser produto da erudição das teorias tornadas verdades, dos teóricos consagrados, das grandes retóricas e frases de efeito que bastam a si mesmas e sustentam as bases dos estudos jurídicos. Não pactuei com as formalidades de estilos, com a *cara sisuda* do jurídico, com a verborragia das salas de aula, dos fóruns e das rodas de *doutores*. Encantei-me com as incertezas inevitáveis do humano, com as surpresas incontrolláveis do cotidiano, que não se prestam aos condicionamentos das formalidades dos fenômenos científicos – previsíveis, controlados e de resposta certa.

Pesquisando entre conceitos já apropriados por teorias outras que dizem mais do que eu pretendia dizer, traçava linhas imprecisas temendo escrever mais do que podia compreender. Ousei perguntar: e a Constituição? E os direitos humanos? E a cidadania? Onde se realizam e se cumprem as promessas? Ingenuamente, mais uma vez, usei perceber que *o rei estava nu*.

Com o caráter e o espírito forjados em movimentos populares, pastorais e comunitários, e acreditando na *supremacia* e na força de uma *Constituição*, na importância do estudo e no esforço do trabalho, não houve muito tempo ou recursos para os clássicos jurídicos e as teorias consagradas, restando o que no dia-a-dia se apresentava e se fazia necessário à sobrevivência: a poesia, a contestação, as biografias marginais não contadas.

Assim, a descrição do que via e a necessidade de compreender o que era fizeram-me traçar paralelos e relações entre o que estudava, aprendia, vivia e sentia – *reflexo do que reflito*, tempestade de idéias, verdade do que me faz sentido. A honestidade do que foi escrito revela a indignação da busca por respostas, alternativas e esperanças.

Confesso: sou do *Morro* invadindo a academia, da prática buscando a teoria. Entendo, assim, que sou a *minoría* que revela discriminações e possibilidades, a

insistência e a realização e que esta só foi possível pela intervenção – por palavras, atitudes, gestos e exemplos de grandes e verdadeiros mestres (Vera Regina Pereira de Andrade e Antonio Carlos Wolkmer), *que mesmo quase sem querer* despertaram a esperança da inclusão, de fazer parte, de acrescentar.

Mas, afinal, ao longo da pesquisa, também descobri a beleza, a importância e o *empoderamento* do *Morro*, a necessidade imprescindível da prática e a força incondicional da *Rua*: fiz-me *Rua, prática e Morro*, contaminada pela *Teoria, pela Academia* e pela *Cidade*, agora mais livre por ser o que sou, ousando realizar a *Profecia*.

Ao apelo de Santos (2007) – *não disparem sobre o utopista* – acrescento: *não disparem sobre a ensaísta*. Assim, ensaiando para concluir, concluo que ensaiava para a vida – *sem ensaios prévios, ao vivo* – e vivia o que aqui foi ensaiado. Entre palavras e sentimentos, teorias e idéias, tem-se a verdade do que foi construído: esta *Dissertação* – uma parte de minha vivência e o muito de meu crescimento ao longo da pesquisa e do caminho de meu viver, *gestando sonhos e gerando a vida*.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. Lindgren. **Direito e cidadania na pós-modernidade**. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. (Coord.). **Projeto Universidade Sem Muros**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. Universidade sem muros. In: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 6., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da Globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ALZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que cara tem o aroeira?**. Florianópolis: CEPEC, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BARBOSA, Mário Davi. (Re)Pensando os espaços na comunidade do Mont Serrat: uma abordagem da resistência dos moradores da comunidade na luta pelos direitos humanos. In: MOSTRA LATINO-AMERICANA DE ENSAIOS JURÍDICOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA., 1., 2007; COLÓQUIO LATINO-AMERICANO INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, 1., 2007, Videira. [Anais...], Videira: UNOESC, 2007. p. 24.

BAUMAN, Zigmund. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRECHT, Bertold. **Analfabetos políticos**. Disponível em: <<http://www.lumiarte.com/luardeoutono/brecht.html>>. Acesso em: 10. jul. 2008.

BOFF, Leonardo. **Nova era: a civilização planetária**. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

BONSOR, Kevin. **Como funcionam os diamantes**. Traduzido por HowStuffWorks Brasil. Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/diamantes2.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

BUARQUE, Cristovam. Prefácio. In: VIEIRA _____. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadão: conflitos multiculturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHOMSKY, Noam. **Para entender o poder**: o melhor de Noam Chomsky. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

_____. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Tradução de Pedro Jorgesen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania?**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DISCOVERY CHANNEL. Descubra o verde. Disponível em: <<http://www.discoverybrasil.com/descubraverde/>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo do avesso. 8. ed. Porto Alegre: L&PM, 2005.

_____. A natureza não é muda. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

GANDHI, Mahatma. [Citações]. Consciência.net. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/citacoes/gh/gandhi.html>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

GRAMSCI, Antonio. Os indiferentes. **Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 6, n. 64, set. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/064/64tc_gramsci.htm>. Acesso em: 25 maio 2008.

GREENPEACE. Milho transgênico questionado na Europa é liberado no Brasil. **Envolverde Revista Digital**: ambiente, educação, sustentabilidade, São Paulo, 13 fev. 2008. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=43257&edt=>>>. Acesso em: 13 fev. 2008.

GROH, Vilson. **Efeitos da Globalização no exercício da cidadania comunitária**: experiência dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia, Mont Serrat: depoimento [nov. 2007]. Entrevistadora: Mára Leal. Florianópolis, 2007. 1 fita cassete (60 min).

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOOL, Luiza Helena Malta. **Direito administrativo**: relações sociais e espaços políticos. 1986. 170 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O futuro da democracia. **Carta Maior**, São Paulo, 6 set. 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3302>. Acesso em: 25 fev. 2008.

_____. (Org.). **Globalização fatalidade ou utopia?**. Porto: Afrontamento, 2001.

_____. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THE CORPORATION. [Produção] de Mark Achbar e Jennifer Abbott. Canadá: [S. n.], 2004. Documentário baseado no livro de Joel Bakan.

THUSWOHL, Maurício. Ibama e Anvisa pedem anulação da liberação de milho. Transgênico. **Envolverde Revista Digital**: ambiente, educação, sustentabilidade, São Paulo, 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br/materia.php?cod=34235&edt=>>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____; Antonio Carlos (Org.). **Introdução à história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

WOLKMER, Maria de Fátima S. **A cidadania na era da Globalização neoliberal**: a convergência dos espaços para a radicalização da democracia. 2003. 357 f. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. **A modernidade**: nascimento do sujeito e subjetividade jurídica. Rev. de Informação Legislativa, Brasília, n. 164, p. 41, 2004.

ANEXOS

Anexo A - Cartilha Verde Greenpeace